

Boletim Mensal de Actividade Económica

Nº 10/2007

Índice

Sumário	2
Seleção de Indicadores de Actividade Económica	3
Conjuntura	4
1. Conjuntura Internacional	4
2. Conjuntura Nacional	8
3. Dinâmica Sectorial	12
Artigos	
4. Ensaio: Innovation diffusion and technological competition: the case of Portuguese industries, por Maria do Rosário Oliveira Martins	17
5. Em Análise: Sector do Turismo – Evolução recente, por Merícia Gouveia e Leonilde Ventura	25
6. Em Análise: Fabricação de Mobiliário, Reciclagem e Outras Indústrias Transformadoras, por Hortense Martins	39
7. Competitividade: Ease of Doing Business 2008	51
8. Agenda	58
Abreviaturas Utilizadas	63

Sumário

- O FMI, no *World Economic Outlook* (Outubro de 2007) reviu ligeiramente em baixa o crescimento da Zona Euro para 2007 (-0,1 p.p. face à estimativa anterior), fixando a sua estimativa em 2,5%. A economia dos **EUA** acelerou no 3º trimestre de 2007, crescendo 3,9% em termos anualizados após 3,8% no 2º trimestre.
- Em Setembro de 2007, o **preço relativo do petróleo** importado situou-se em cerca de 52,7% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.
- Relativamente aos indicadores **de actividade geral**, os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação. O Indicador Coincidente Mensal (BP) (3º trimestre) e o Indicador de Actividade Económica (INE) (Julho e Agosto) acentuaram a trajectória ascendente verificada no 2º trimestre. O Indicador de Clima Económico do INE, apesar de ter estabilizado nos meses de Julho a Setembro, desacelerou ligeiramente no 3º trimestre.
- No que respeita ao **consumo privado**, os sinais apontam no sentido de algum abrandamento, num contexto de aumento das taxas de juro.
- Relativamente ao **Investimento**, os indicadores avançados para o terceiro trimestre sugerem uma nova melhoria do investimento, incluindo a construção.
- No que se refere ao **comércio externo**, os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para Agosto de 2007, apontam para uma desaceleração das “exportações” de bens e serviços, crescendo 9,0% no conjunto dos meses de Julho e Agosto, contra 10,5% no 2º trimestre, enquanto que as importações de bens e serviços registaram um aumento de 7,3%, contra 5,2% no 2º trimestre.
- As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram a Indústria, seguida do Comércio, Restaurantes e Hotéis e os Outros Serviços.
- No que respeita à **indústria** transformadora, os índices de Produção Industrial abrandaram em Setembro face a Agosto, encerrando o 3º trimestre com taxas de crescimento inferiores às registadas no 2º trimestre.
- No sector da **Construção**, a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007.
- No sector dos **Serviços**, o Volume de Vendas (3º trimestre) e o Índice de Volume de Negócios (Agosto) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna.
- No sector do **Comércio**, registam-se, no 3º trimestre de 2007, evoluções favoráveis do indicador do Volume de Vendas (extensível às componentes Comércio a Retalho e Comércio por Grosso) e do Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho.
- O relatório *Doing Business 2008*, o quinto da série anual, disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios. Este índice é apresentado como um *ranking* que compara 178 economias e incide em 10 áreas de negócios: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos e encerramento de empresas. No relatório são identificadas as áreas que foram alvo de reformas positivas e negativas em 2006/2007 surgindo **Portugal** com menção positiva em seis áreas: “Registo de Propriedade”, “Criação de empresas”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”.

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais		Fonte	Última actuali- zação	Unidade	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	III TR 07	Abr 07	Mai 07	Jun 07	Jul 07	Ago 07	Set 07	Out 07
Indicador de Actividade Económica	INE	19-10-2007	MSM		0,7	0,6	0,6	1,1	1,9		1,5	1,6	1,9	2,3			
Indicador Coincidente	BP	19-10-2007	VH		0,7	1,1	1,4	1,7	2,1	2,2	2,0	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	
Indicador de Clima Económico	INE	05-11-2007	SRE/MGM		0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	1,0	1,2	1,4	1,3	1,2	1,2	1,3
Indicador de Sentimento Económico	CE	31-10-2007	SRE		92,2	95,5	98,4	100,3	101,8	100,7	101,6	102,0	101,9	100,9	99,1	102,0	99,8
Indicador Compósito Avançado	OCDE	08-11-2007	LI 6M		6,0	6,5	6,2	6,0	3,8		4,5	3,3	3,5	3,4	3,5		
Indicador de FBCF	INE	19-10-2007	MSM		-5,3	-2,9	-3,8	-1,7	4,9		0,7	0,7	4,9	8,7	6,5		
Vendas de Cimento	BP	22-10-2007	VH		-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	-0,6	-5,4	-5,3	5,8	-1,1	0,4	
Importação de Bens de Investimento	INE	09-10-2007	VH		25,2	18,4	10,7	19,4	16,2		15,7	0,4	33,2	12,6			
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	05-11-2007	VH		-11,6	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-5,0	11,0	34,7	72,7	-19,9	31,2	-18,6	-13,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	05-11-2007	VH		24,8	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	-19,6	-56,5	148,3	88,0	37,2	51,0	-55,5	139,0
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	19-10-2007	VH		0,7	1,1	1,6	1,5	1,5	1,3	1,5	1,6	1,6	1,5	1,3	1,0	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	05-11-2007	VEIMGM		-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-33,4	-33,0	-32,9	-33,2	-34,6	-35,5	-36,8
Índice Volume Vendas Comércio a Retalho	INE	05-11-2007	SRE/VE		-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	-5,6	-10,7	-0,9	5,4	4,1	-14,2	-3,2
Importação de Bens de Consumo	INE	09-10-2007	VH		4,8	6,4	10,1	8,3	-0,1		5,3	-0,5	-4,0	5,8			
Procura Interna Bens Consumo Ind. Transf.	INE	05-11-2007	SRE/VE		-30,3	-30,3	-27,0	-23,7	-21,3	-20,7	-22,0	-23,0	-19,0	-26,0	-15,0	-21,0	-25,0
Vendas de Veículos Ligeiros Passageiros	ACAP	05-11-2007	VH		-9,2	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	13,7	-5,8	1,8	2,7	20,2	12,8	4,8	9,3
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	05-11-2007	VEIMGM		-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	-1,3	-1,1	-1,1	-2,0	-2,6	-1,9	-1,3
Indicador de Confiança na Construção	INE	05-11-2007	VEIMGM		-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-43,3	-41,0	-40,7	-40,7	-39,5	-38,7	-38,3
Indicador de Confiança no Comércio	INE	05-11-2007	VEIMGM		-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,5	-5,8	-6,1	-6,5	-7,6	-7,8	-7,5	-6,6
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	05-11-2007	VCS/MGM		1,7	4,5	7,2	6,6	9,1	9,4	8,7	9,4	9,1	8,3	7,9	9,4	9,1
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	06-11-2007	VH, MGM		4,9	7,1	7,1	7,1	5,2	3,7	7,5	6,3	5,2	5,2	4,7	3,7	
Índice Vol. Neg. Comércio a Retalho (Deflacionado)	INE	30-10-2007	VH, MGM		-0,7	3,4	1,2	1,7	0,1	0,2	1,1	0,6	0,1	0,7	1,5	0,2	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	12-10-2007	VH, MGM		-0,7	2,9	0,2	3,7	4,0		4,4	4,1	4,0	4,1	5,7		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-10-2007	VHVCS		2,2	3,6	4,2	4,3	1,6	1,5	2,9	2,2	-0,2	2,1	1,0	1,4	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-10-2007	VHVCS		1,5	3,5	2,5	4,7	3,6	2,3	6,4	3,7	0,8	3,2	2,2	1,7	
Receitas na Hotelaria	INE	10-10-2007	VH		11,7	9,6	8,5	9,1	6,7		3,4	-1,2	18,2	11,8	8,1		
Dormidas na Hotelaria - Portugal	INE	10-10-2007	VH		11,0	5,9	7,7	8,4	2,1		-3,9	2,1	7,6	9,9	3,0		
Norte	INE	11-10-2007	VH		17,0	10,6	12,5	12,0	6,5		1,1	6,2	12,6	8,2	9,2		
Centro	INE	11-10-2007	VH		8,7	6,8	11,0	6,9	5,7		3,7	4,9	8,6	13,4	6,3		
Lisboa	INE	11-10-2007	VH		15,7	10,8	15,8	8,0	3,4		2,7	2,7	4,9	12,0	5,5		
Alentejo	INE	11-10-2007	VH		4,4	1,0	14,6	15,6	12,2		6,2	9,4	22,2	13,8	25,7		
Algarve	INE	11-10-2007	VH		5,5	3,9	2,3	5,1	3,9		0,3	7,4	3,9	3,0	0,5		
R.A. Açores	INE	11-10-2007	VH		12,2	6,0	5,2	14,3	-0,6		-5,7	-1,3	4,3	2,3	1,0		
R.A. Madeira	INE	11-10-2007	VH		9,9	1,2	-3,2	-0,2	4,5		1,6	6,0	6,3	7,4	1,7		
Nº de Desempregados (média trimestral)	IEFP	22-10-2007	Unid.		456 254	440 810	454 469	449 942	402 262	393 179	420 685	397 482	388 619	389 571	392 038	397 928	
Preço de importação do petróleo (USD)	Gaip Energia	15-10-2007	VH		35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	7,5	0,5	-1,6	11,2	0,3	5,7	18,5	
Preço relativo do petróleo (USD)	GEE	15-10-2007	1979=100		54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	54,3	49,7	49,7	54,8	54,8	55,4	52,7	
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	16-10-2007	VM12		-	-	-	-	-	-	2,8	2,7	2,6	2,5	2,5	2,4	
Preços Consumidor (IHPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	16-10-2007	VM12		-	-	-	-	-	-	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,9	
B. Bens e Serviços	BP	22-10-2007	VH		7,4	8,8	5,4	2,6	5,1		10,1	5,3	0,7	7,0	6,2		
Importações: Bens	BP	22-10-2007	VH		9,8	8,9	4,1	2,9	5,4		9,0	5,4	2,3	8,8	13,2		
Serviços	BP	22-10-2007	VH		7,8	8,8	5,2	2,6	5,2		9,9	5,3	0,9	7,2	7,4		
Bens e Serviços	BP	22-10-2007	VH		12,9	13,5	13,2	11,9	8,3		15,4	4,2	6,6	9,5	1,3		
Exportações: Bens	BP	22-10-2007	VH		15,0	15,0	15,1	16,1	15,0		17,6	16,0	11,5	18,6	12,0		
Serviços	BP	22-10-2007	VH		13,4	14,0	13,7	12,9	10,2		16,1	7,4	8,0	12,4	5,6		
Bens e Serviços	BP	22-10-2007	VH														
Balança Pagamentos Tecnológica:	BP	22-10-2007	VH		13,1	26,8	10,7	12,7	8,8		19,7	23,2	47,9	55,5	-20,8		
Crédito	BP	22-10-2007	VH		4,9	-8,9	-1,1	0,8	-2,8		-7,9	-14,7	-2,1	28,1	-0,8		
Débito	BP	22-10-2007	(%)		79,3	112,4	99,9	107,9	112,6		117,5	107,6	113,4	129,7	103,6		
T. Cobertura	BP	22-10-2007															

COMERCIO INTERNACIONAL - EXPORTAÇÕES

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos

		2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Jul 07
UE-25		81,3	81,0	80,9	80,0	77,4	76,7
t.v.h.		1,9	2,1	6,1	1,7	8,8	8,9
Espanha		20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,4
t.v.h.		10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	10,5
Terceiros		18,7	19,0	19,1	20,0	22,6	23,3
t.v.h.		1,3	4,4	7,1	7,4	26,8	19,0
Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE.							
Taxa de Cobertura (%)							últimos 12m até Jul 07
2002	2003	2004	2005	2006			
64,5	67,3	64,1	62,5	65,0			67,2

	Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	últimos 12m até Jul 07
Máquinas	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,0	21,4
Material de Transporte	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,2	13,2
Vestuário e Calçado	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	1,6
Químicos	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,7	6,9
Minérios e Metais	10,3	6,6	6,2	34,3	10,8	29,3	20,2
Madeira, Cortiça e Papel	8,7	0,9	2,7	1,7	1,6	8,0	8,4
Agro-Alimentares	8,7	9,8	1,5	9,6	12,6	11,6	12,2
Outros	18,0	2,6	0,2	7,2	7,4	15,8	3,4
Total da Saída	100,0	1,8	2,5	6,3	2,8	12,4	11,1

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no comércio Intra-UE.

Fonte: GEE; a partir de dados de base do INE; 2000 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar.

1. Conjuntura Internacional

De acordo com a Comissão Europeia, apesar da recente instabilidade nos mercados financeiros e da crise no mercado imobiliário dos EUA, a actividade económica global permanece favorável. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento mundial em 2007 face a 2006. No seu mais recente *World Economic Outlook* (Outubro de 2007) manteve a estimativa de crescimento para a Economia Mundial em 2007 e reviu em baixa de -0,4 p.p. o crescimento para 2008, apontando para 4,8%, devido à turbulência nos mercados financeiros (Quadro 1.1). De acordo com o FMI, o crescimento económico mundial em 2008 permanecerá ainda robusto suportado pelo forte crescimento das economias dos mercados emergentes. Contudo, existem riscos relacionados com um prolongamento das tensões nos mercados financeiros. O FMI, refere riscos adicionais que incluem pressões inflacionistas, a volatilidade do preço do petróleo, as fortes entradas de capitais nos mercados emergentes e grandes desequilíbrios nas contas externas.

Quadro 1.1
Previsões de Crescimento da Economia Mundial

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
MUNDO	5,4	-	5,2	5,2	-	4,8	4,8	-	4,8
OCDE	-	3,2	-	-	2,7	-	-	2,7	-
ZONA EURO	2,8	2,8	2,7	2,5	2,6*	2,5*	2,1	2,3	2,5
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,7	3,6	3,7*	2,7	2,7	3,4
ALEMANHA	2,9	3,0	2,7	2,4	2,6*	2,4*	2,0	2,2	2,4
R. UNIDO	2,8	2,8	2,8	3,1	3,1*	2,9*	2,3	2,5	2,5
EUA	2,9	3,3	3,3	1,9	1,9*	2,2	1,9	2,5	2,7
CHINA	11,1	10,6	10,7	11,5	10,3	10,5	10,0	10,7	10,4
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,0	2,4*	2,3	1,7	2,1	2,1

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2007; OCDE, Economic Outlook Nº81, Maio 2007 e (*) - Interim Assessment - Setembro 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007 e (*) - Interim Forecast, Setembro 2007".

O FMI estima uma desaceleração do comércio mundial de bens e serviços em 2007 e 2008, face a 2006, tendo revisto em baixa as estimativas de crescimento para os dois anos. Para 2007, estima um crescimento real de 6,6% (9,2% em 2006) e para 2008 estima uma ligeira recuperação do comércio mundial, para 6,7%, (Quadro 1.2).

Quadro 1.2
Comércio Mundial

	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Out-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Out-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
- Crescimento real do Com. Mundial (%)									
Imp.+ Exp.de bens e serviços	9,2	9,6	..	6,6	7,5	..	6,7	8,3	..
Imp. de bens e serviços *	7,4	7,3	8,7	4,3	4,2	7,4	5,0	5,9	7,3
Exp. de bens e serviços *	8,2	8,9	8,9	5,4	6,0	7,7	5,3	7,1	7,3
Imp.+ Exp.de bens	9,3	..	..	6,3	..	..	6,9	..	..
Imp. de bens *	7,8	..	9,2	3,9	..	7,7	5,1	..	7,6
Exp. de bens *	8,7	..	..	4,7	..	..	5,4	..	..
- Exportações Mundiais em valor (bilhões de dólares)									
Bens e serviços	14,697	..	..	16,786	..	..	18,334	..	..
Bens	11,893	..	..	13,581	..	..	14,854	..	..

* FMI - economias avançadas; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº 81, Maio 2007; CE, "Economic Forecasts" - Spring 2007

De acordo com a estimativa avançada do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica dos **EUA** acelerou no 3º trimestre de 2007, crescendo 3,9% em termos anualizados após 3,8% no 2º trimestre. Esta aceleração reflecte principalmente acréscimos superiores ao esperado no consumo privado e nas exportações. O FMI (Outubro 2007) reviu em baixa de 0,1 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 1,9%. (Quadro 1.3) em resultado de uma quebra do investimento residencial superior à estimada anteriormente. De acordo com o FMI persistem incertezas na economia dos EUA quanto ao impacto da crise do mercado imobiliário. Para 2008, o FMI reviu em baixa o crescimento do PIB dos EUA em -0,9 p.p., estimando uma taxa de 1,9%.

Quadro 1.3
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA

EUA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Outubro-07	Maio-07	Maio-07	Outubro-07	Maio-07	Maio-07	Outubro-07	Maio-07	Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,9	3,3	3,3	1,9	1,9 ^{b)}	2,2	1,9	2,5	2,7
-Consumo privado	3,1	3,2	3,2	2,9	3,1	2,9	2,2	2,4	2,0
-Consumo Público	1,4	1,6	1,7	1,6	2,5	2,4	1,4	2,5	2,0
-FBCF	2,6	3,1	3,6	-2,4	-2,9	-1,2	-1,3	1,8	4,5
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	8,9	8,9	9,0	8,0	5,6	7,0	7,0	7,1	7,2
-Importações Bens e Serviços ^(a)	5,8	5,8	5,8	2,9	2,0	3,2	5,0	4,7	5,1
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-0,1	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	0,3	0,0	0,0
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	2,7	2,6	2,3	2,3	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,7	4,6	4,7	5,7	4,8	5,0
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,3	-2,3	-2,6	-2,7	-2,6	-2,9	-2,9	-2,9
Balança Corrente (% PIB)	-6,2	-6,5	-6,1	-5,7	-6,1	-5,8	-5,5	-6,2	-6,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses) ^(a)	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	..	-	5,0	..

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Outubro de 2007) o crescimento do PIB no 2º trimestre de 2007 desacelerou para os 2,5% (3,2% no 1º trimestre), em resultado de um abrandamento do investimento e apesar de um aumento do crescimento do consumo privado e das exportações. Ainda de acordo com estas projecções, o intervalo de crescimento em cadeia para os 3º e 4º trimestres de 2007 situa-se entre 0,3% e 0,7%. O FMI, no *World Economic Outlook* (Outubro de 2007) reviu ligeiramente em baixa o crescimento da Zona Euro para 2007 (-0,1 p.p. face à estimativa anterior), fixando a sua estimativa em 2,5% (Quadro 1.4).

De acordo com o FMI, a procura interna deverá manter-se como o principal factor de crescimento do PIB da Zona Euro. Para 2008, o FMI reviu em baixa de -0,4 p.p. o crescimento económico para a Zona Euro, estimando uma taxa de crescimento do PIB de 2,1% devido ao aperto das condições de financiamento e ao abrandamento do crescimento das exportações.

Quadro 1.4
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Outubro-07	Maio-07	Maio-07	Outubro-07	Maio-07	Maio-07	Outubro-07	Maio-07	Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8	2,8	2,7	2,5	2,6 ^{b)}	2,5 ^{c)}	2,1	2,3	2,5
-Consumo privado	1,8	1,9	1,8	1,6	2,0	2,1	2,1	2,3	2,4
-Consumo Público	1,9	2,1	2,1	2,0	1,8	1,8	1,8	1,6	1,8
-FBCF	5,0	5,1	4,7	4,8	4,3	4,4	3,3	3,0	3,6
-Exportações Bens e Serviços	7,8	-	8,2	6,0	-	6,7	5,5	-	6,0
-Importações Bens e Serviços	7,8	-	7,7	5,6	-	6,7	6,1	-	6,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1	-0,1	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	1,8	2,0 ^{c)}	2,0	2,0	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,8	7,8	7,9	6,9	7,1	7,3	6,8	6,7	6,9
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-0,9	-1,0	-1,0	-1,1	-0,7	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-	0,1	0,0	-0,2	0,4	0,2	-0,4	0,4	0,1
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,08	3,1	3,1	4,02	4,1	-	4,06	4,3	-

(b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; © CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro de 2007; OCDE, *Economic Outlook* N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, *Economic Forecasts*, Spring 2007

Segundo as estimativas mais recentes do Eurostat (Outubro 2007), a **economia alemã** abrandou no 2º trimestre de 2007, crescendo a uma taxa de 2,5% em termos homólogos, após 3,6% no 1º trimestre. O FMI nas suas previsões mais recentes (Outubro de 2007), estima um crescimento do PIB da Alemanha de 2,4% em 2007 (Quadro 1.5), o que se traduz em menos 0,2 p.p. relativamente às previsões anteriores. Para 2008, o FMI reviu em baixa de menos 0,4 p.p. o crescimento da economia alemã, estimando uma taxa de 2,0%. Também os vários institutos de conjuntura alemães reviram em baixa as suas previsões de crescimento para economia alemã para 2008, prevendo uma taxa de 2,2% (2,4% nas previsões anteriores). De acordo com aqueles institutos, o contributo das exportações para o crescimento deverá reduzir-se devido à forte valorização do euro e ao abrandamento da economia mundial, o que, a par da turbulência nos mercados, constitui um factor de risco para o crescimento daquela economia.

Quadro 1.5

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,9	3,0	2,7	2,4	2,6 ^(b)	2,4 ^(c)	2,0	2,2	2,4
-Consumo privado	1,0	1,0	0,8	-0,1	0,9	1,0	1,9	1,7	2,3
-Consumo Público	0,9	1,8	1,8	1,8	1,3	1,0	1,2	1,8	0,9
-FBCF	6,1	6,4	5,6	6,0	4,9	4,9	3,8	2,7	3,7
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	12,5	12,9	12,5	6,2	9,4	8,7	4,7	7,2	7,1
-Importações Bens e serviços ^(a)	11,1	11,5	11,1	5,7	7,7	8,5	5,0	7,5	7,6
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	0,5	-0,3	0,4	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,1	1,8	2,1 ^(c)	1,8	1,7	1,7
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	8,4	6,5	6,9	7,3	6,3	6,3	7,5
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,7	-1,7	-0,2	-0,7	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3
Balança Corrente (% PIB)	5,0	5,1	4,7	5,4	6,7	5,6	5,1	7,0	5,7

(a) FMI - World Economic Outlook, Abril 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; (c) CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

De acordo com o Banco de **Espanha**, o crescimento da economia espanhola abrandou no 3º trimestre de 2007, ao crescer a uma taxa de 3,7% em volume em termos homólogos, (4,0% no 2º trimestre). Para esta evolução contribuiu o abrandamento do crescimento da procura interna, em particular do investimento em construção. O FMI (Outubro de 2007) reviu ligeiramente em baixa o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,7% (-0,1 p.p. face às previsões anteriores) (Quadro 1.6). Em 2007, a actividade económica em Espanha deverá continuar apoiada na procura interna. Para 2008, o FMI reviu em baixa de -0,7 p.p. as estimativas para o crescimento em Espanha, prevendo uma taxa de 2,7%. De acordo com o FMI, a Espanha, devido ao seu elevado défice da balança corrente, revela uma exposição significativa à actual crise no mercado hipotecário.

Quadro 1.6

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Outubro-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,9	3,9	3,9	3,7	3,6	3,7 ^(b)	2,7	2,7	3,4
-Consumo privado	3,8	3,7	3,7	3,3	3,6	3,5	2,2	2,8	3,3
-Consumo Público	4,8	4,4	4,4	5,1	5,5	4,6	4,4	3,9	4,8
-FBCF	6,8	6,3	6,3	5,8	4,8	6,0	3,0	2,7	5,0
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	6,2	6,2	6,2	6,2	6,3	5,8	6,2	6,3	5,4
-Importações Bens e serviços ^(a)	8,4	8,4	8,4	7,3	7,9	7,6	6,9	6,5	7,0
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,2	-1,0	-1,0	-0,9	-0,9	-0,9	-0,3	-0,5	-0,9
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,5	2,5	2,5 ^(b)	2,8	2,7	2,6
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,6	8,1	8,2	8,1	8,2	8,1	7,8
Saldo Global do SPA (% PIB) ^(a)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,6	-8,7	-8,5	-9,8	-10,1	-9,1	-10,2	-10,5	-9,7

(a) FMI - World Economic Outlook, Abril 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; (c) CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

Em Outubro, a cotação média do **petróleo (brent)** acentuou a trajectória ascendente do mês anterior, atingindo novos máximos históricos, tendo atingido cerca de 83 dólares por barril. Em 1 de Novembro, o preço do crude, atingiu novo máximo histórico absoluto, situando-se próximo dos 92 dólares por barril em Londres e ultrapassando os 96 dólares nos EUA. Para esta situação contribuiu principalmente a quebra de stocks de petróleo a nível global, a especulação sobre uma eventual escassez de oferta e o novo máximo do euro face ao dólar, que tem originado um movimento especulativo a favor das aplicações em matérias-primas. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo situou-se nos 80 dólares para contratos com entrega para Novembro e Dezembro de 2007. Para o primeiro semestre de 2008, o preço médio do crude contratado rondou os 78 dólares por barril.

Quadro 1.7
Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

		Unidade	2005	2006	2006				2007			2007					
					I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	III TR 07	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
(a)	Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	7,5	0,5	-1,6	11,2	0,3	5,7	18,5
(b)	Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-5,5	-7,6	-7,5	-3,8	-5,1	-7,6	-6,4	-8,9
(c)	Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	-2,4	-0,7	-7,1	-5,4	5,6	-7,3	-1,1	8,0
(d)	Deflador do PIB ¹	VH	2,8	2,9	2,7	3,1	2,8	2,9	3,3	3,0	3,0	3,1	3,0	2,9	3,0	3,0	3,0
(e)	Preço relativo do petróleo ²	VH	31,8	17,2	50,6	30,5	8,7	-8,5	-15,3	-5,2	-3,5	-9,8	-8,1	2,6	-10,0	-4,0	4,9
Por memória:																	
(f)	Preço de importação do petróleo (f.o.b) ³	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	66,6	72,9	64,9	64,1	70,8	73,0	74,1	71,6
(g)	Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	66,1	73,6	65,1	65,1	68,2	73,7	70,1	76,9
(f/g)	Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	100,7	99,1	99,7	98,4	103,8	99,1	105,6	93,2
(h)	Preço relativo do petróleo (USD) (1979=100)	(%)	44,7	52,4	52,2	54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	54,3	49,7	49,7	54,8	54,8	55,4	52,7

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflator utiliza-se o último deflator conhecido.

(2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.

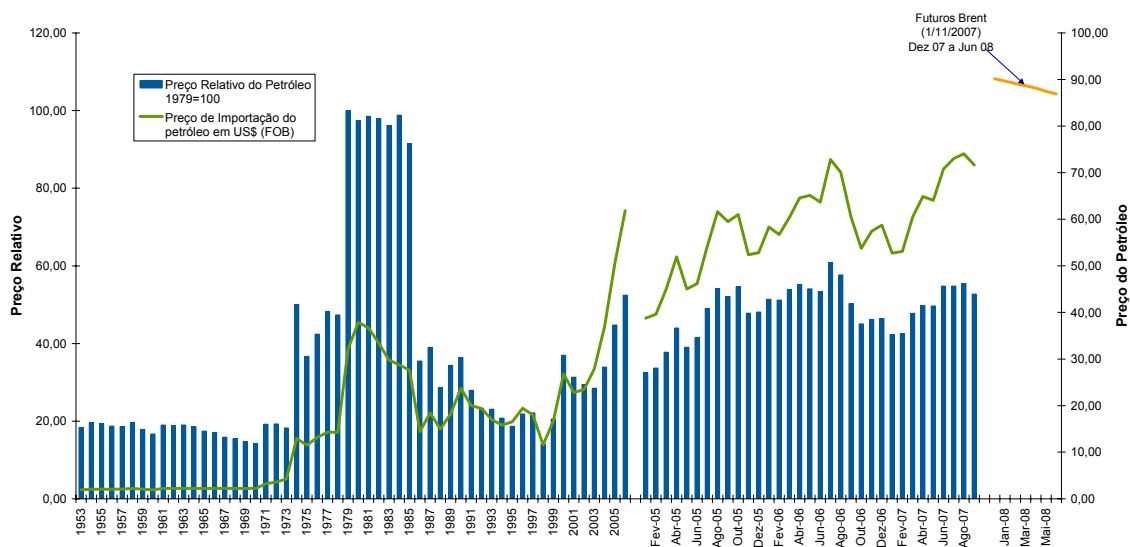
(3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.

Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate;

Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflador do PIB - INE, Contas Nacionais.

Em Setembro de 2007, o preço de importação de petróleo em euros aumentou face ao período homólogo do ano anterior (+8%) (Quadro 1.7). Essa evolução reflectiu uma subida do preço das ramas descarregadas, avaliadas em dólares (+18,5%) e um efeito cambial favorável (-8,9%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Setembro de 2007, em cerca de 52,7% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Figura 1.1
Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$ e taxa de câmbio); INE (deflador do PIB - Contas Nacionais); Futuros - ICE Futures - Intercontinental Exchange.

O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

De acordo com as **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **2º trimestre de 2007** (Quadro 2.1), a economia portuguesa desacelerou face ao 1º trimestre, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) crescido 1,6% em termos homólogos (2,0% no 1º trimestre). Esta evolução foi determinada pelo abrandamento da procura externa líquida, que contribuiu com 0,5 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB (1,9 p.p. no 1º trimestre de 2007). Por sua vez, aumentou o contributo da procura interna que passou de 0,1 p.p. no 1º trimestre de 2007 para 1,1 p.p. no 2º trimestre. Esta evolução da procura interna reflecte uma aceleração no Consumo Privado e também uma melhoria da FBCF, que registou uma taxa de crescimento positiva (+0,2%) pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2004. As Exportações de Bens e Serviços cresceram 5,6% em termos homólogos, desacelerando face ao trimestre anterior (8,5%), enquanto as importações cresceram acima do verificado no 1º trimestre (3,4%, contra 2,4%).

Quadro 2.1
Indicadores Económicos

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2005	2006	2007	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
PIBpm	INE	Milhões euros	148 852	155 131		37 841	37 917	38 628	39 019	39 568	39 941	40 409	
PIBpm		VH Real	0,5	1,3		1,0	1,2	0,9	1,5	1,6	2,0	1,6	
Consumo Privado		VH Real	2,2	1,1		1,3	1,1	0,3	1,7	1,2	1,1	1,4	
Consumo Público		VH Real	2,2	-0,5		1,0	0,2	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	-0,7	
FBCF		VH Real	-3,3	-1,6		-3,5	-1,1	-1,3	-1,4	-2,7	-0,9	0,2	
Exportações Bens e Serviços		VH Real	1,2	8,9		3,5	8,6	7,7	9,2	10,0	8,5	5,6	
Importações Bens e Serviços		VH Real	1,9	4,3		-0,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,4	3,4	
FBCF sem construção	INE	VH Real	-1,9	2,9		-2,4	0,5	5,1	4,3	1,7	2,1	1,5	
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-9,7	-9,4		-9,7	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,7	-9,2	
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-6,1	-3,9	-3,3								
Taxa de desemprego	INE	(%)	7,6	7,7		8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9	
Inflação	INE	(%)	2,3	3,1		2,7	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6	2,2
Contributo da Procura Externa Líquida p/ PIB	INE	(%)	-0,4	1,0		1,2	0,6	1,4	0,7	1,4	1,9	0,5	
Contributo da Procura Interna p/ PIB	INE	(%)	0,9	0,3		-0,2	0,6	-0,5	0,8	0,1	0,1	1,1	

De acordo com o INE, no 2º trimestre de 2007 a **taxa de desemprego** fixou-se em 7,9%, baixando 0,5 p.p. face ao 1º trimestre (8,4%) e invertendo a tendência de subida que se vinha verificando desde o 3º trimestre de 2006 (Quadro 2.1). O Eurostat estima que a taxa de desemprego tenha aumentando para 8,3% no 3º trimestre de 2007 (8,2% no 2º trimestre) (Quadro 2.2). Em termos homólogos, no conjunto do 3º trimestre, o IEFP registou uma diminuição de 10,8% (menos 47 631 indivíduos) no número de desempregados inscritos nos centros de emprego (-11,8 VH no 2º trimestre). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, que apresenta uma variação homóloga de -12,9% no 3º trimestre (-14,0% no 2º trimestre).

Quadro 2.2
Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,5	7,9	8,2	8,2	8,3	8,2	8,3	8,3
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	440 810	454 469	449 942	402 262	393 179	389 571	392 038	397 928
Variação dos desempregados inscritos	IEFP	Período n-Período (n-1)	-15 444	13 659	-4 527	-47 680	-9 083	952	2 467	5 890
Desempregados inscritos	IEFP	VH	-6,1	-6,0	-7,5	-11,8	-10,8	-10,8	-10,2	-11,3
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-6,5	-7,8	-10,5	-14,0	-12,9	-13,9	-12,4	-12,4
Variação da população empregada	INE	Período n-Período (n-1)	6 500	-44 500	-7 100	18 900				
Evolução da população empregada	INE	VH	1,1	0,2	0,2	-0,5				
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	3,8	4,3	3,8	3,2				
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,5	2,4	2,3	2,5				
Por memória:										
Inflação (IPC)	INE	VH	3,0	2,5	2,4	2,6	2,2	2,4	2,1	2,1

Relativamente aos indicadores avançados de **actividade económica** (Quadro 2.3), os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação. O Indicador Coincidente Mensal (BP) (3º trimestre) e o Indicador de Actividade Económica (INE) (Julho e Agosto) acentuaram a trajectória ascendente do 2º trimestre, situando-se a variação homóloga dos dois indicadores em 2,2%, VH e 2,3%, VH M3M, respectivamente.

O Indicador de Clima Económico do INE (Figura 1.1), apesar de ter estabilizado em 1,2 (SRE/M3M) nos meses de Julho a Setembro, desacelerou ligeiramente no 3º trimestre quando comparado com o trimestre anterior (1,4 SRE M3M), quando tinha atingido o máximo em cinco anos. O Indicador de Sentimento Económico (Comissão Europeia) situou-se em 100,7 no 3º trimestre, abaixo do nível registado no trimestre anterior (101,8). Por sua vez, o Indicador Compósito Avançado da OCDE apesar de melhorar ligeiramente em Agosto manteve-se ainda abaixo do nível verificado no 2º trimestre.

Relativamente ao mês de Outubro, o Indicador de Clima Económico (INE) (1,3 SRE/M3M) recuperou ligeiramente face ao valor registado no 3º trimestre (1,2 SRE/M3M) e o Indicador de Sentimento Económico (Eurostat) (99,8) inverteu a recuperação do mês anterior (102,0) situando-se abaixo do valor do 3º trimestre (100,7).

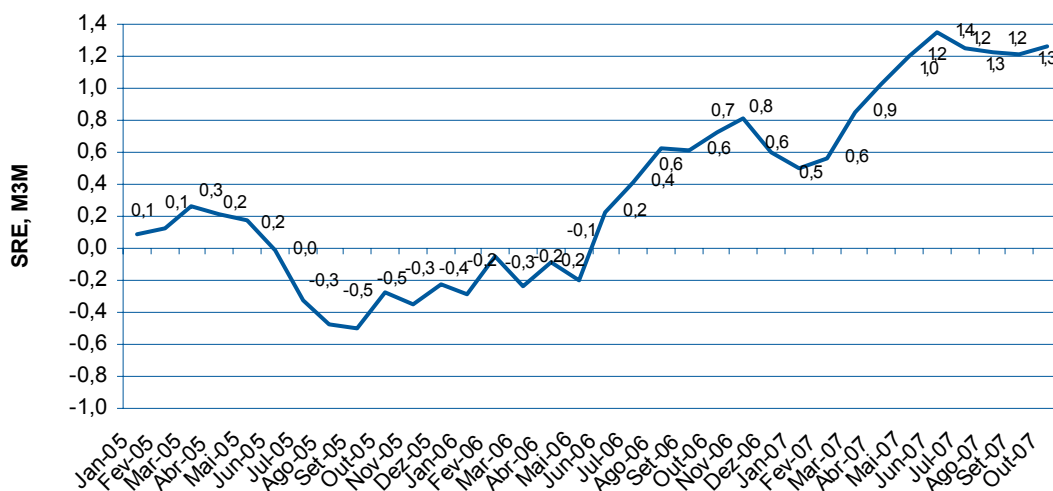
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	0,6	0,6	1,1	1,9				
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	1,1	1,4	1,7	2,1	2,2	2,2		
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	1,2	1,2	1,3
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	6,5	6,2	6,0	3,8	3,5			
Indicador do Sentimento Económico	C. Europeia	(1990-2003)=100	95,5	98,4	100,3	101,8	100,7	99,1	102,0	99,8

Figura 1.1

Indicador de Clima Económico (INE)



No que respeita aos indicadores do **Consumo Privado** (Quadro 2.4) para o 3º trimestre de 2007, os sinais apontam no sentido de algum abrandamento face ao trimestre anterior. O Indicador Coincidente do Consumo Privado (BP) desceu ligeiramente no conjunto do 3º trimestre face ao nível registado no 2º trimestre de 2007 (1,3% VH e 1,5% VH, respectivamente) e o nível de Confiança dos Consumidores (INE) deteriorou-se no 3º trimestre (-35,5 SRE) face ao 2º trimestre (-32,9 SRE). Esta evolução foi acompanhada por uma desaceleração do Índice do Volume de Negócios nos Serviços (INE), no mês de Agosto, face ao crescimento verificado no 2º trimestre de 2007. Inversamente, o Índice de Volume de Negócios de Comércio a Retalho registou, no 3º trimestre de 2007, uma ligeira subida suportada por uma evolução favorável da componente não alimentar. Também as Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros da ACAP registaram, no 3º trimestre de 2007, uma evolução muito positiva face ao trimestre anterior. No mês de Outubro, continuou a agravar-se a confiança dos consumidores e deteriorou-se também o Índice do Volume de Vendas do Comércio a Retalho face ao 3º trimestre.

Quadro 2.4
Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	1,1	1,6	1,5	1,5	1,3	1,3	1,0	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-35,7	-36,8	-37,8
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	3,4	1,2	1,7	0,1	0,2	1,2	-1,1	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	5,0	2,2	3,3	1,9	0,7	0,3	0,2	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,1	0,4	0,4	-1,3	-0,2	2,1	-2,2	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	4,1	-14,2	-3,2
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	1,6	1,4	0,8	2,9	2,6	2,6		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	13,7	12,8	4,8	9,3

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), os dados disponíveis apontam no sentido da continuação da recuperação. Em Julho de 2007, o Indicador de FBCF(INE) acentuou a recuperação significativa já verificada no 2º trimestre e apesar de ter desacelerado em Agosto, no conjunto dos dois meses (7,6 M3M) situou-se acima do valor registado no 2º trimestre (4,9 M3M). O Indicador de Confiança na Construção (INE) melhorou no 3º trimestre face ao trimestre anterior e as vendas de cimento inverteram a tendência negativa dos trimestres anteriores, tornando-se trimestralmente positivas pela 1ª vez desde o 1º trimestre de 2002, ao crescerem 1,8 VH no 3º trimestre de 2007 (-3,9 VH no 2º trimestre). Os Índices de Produção Industrial de Bens de Investimento e de Máquinas e Equipamentos (INE), apesar de registarem uma recuperação em Setembro, desaceleraram no conjunto do 3º trimestre face ao trimestre anterior. O Índice de Novas Encomendas de Bens de Investimento (INE) apesar de ter abrandado em Setembro face ao mês anterior registou, no conjunto do 3º trimestre, uma forte recuperação face ao 2º trimestre. As Vendas de Viaturas Comerciais Ligeiras e Pesadas (ACAP) revelam uma evolução desfavorável na componente de investimento em Material de Transporte.

Quadro 2.5
Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-2,9	-3,8	-1,7	4,9		6,5		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4	-1,7	-6,6	1,3	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	1,8	1,3	6,0	2,5	0,8	-3,2	1,1	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	1,5	7,0	23,7	-3,7	25,8	46,2	14,9	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	10,1	11,3	7,0	6,9				
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-36,0	-38,5	-40,5
Vendas de Cimento	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	-1,1	0,4	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-5,0	31,2	-18,6	-13,9
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	-19,6	51,0	-55,5	139,0

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), assinala-se um comportamento diferenciado nas componentes “mercadorias” e “serviços”. De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, as exportações de mercadorias cresceram 5,4% em média nos meses de Julho e Agosto, em desaceleração face ao 2º trimestre de 2007 (8,3%), tendo as importações de mercadorias registado uma aceleração significativa (para 6,6%, após 5,1% no 2º trimestre). No que respeita à componente de serviços, as exportações aumentaram 15,3% e as importações aumentaram 11,0% em termos homólogos no conjunto dos dois meses. As exportações de bens e serviços desaceleraram em Agosto, crescendo 9,0% no conjunto dos meses de Julho e Agosto, contra 10,5% no 2º trimestre, enquanto que as importações de bens e serviços registaram um aumento de 7,3%, contra 5,2% no 2º trimestre. Estes dados sugerem a manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento económico, apoiado fundamentalmente na componente de serviços.

Quadro 2.6
Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa

	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07	Out-07
BENS*											
Crédito (Exportações)*	BP	Tx Cobertura	67,8	68,3	72,8	69,4		73,1	59,9		
Débito (Importações)*	BP	VH	13,5	13,2	11,9	8,3		9,5	1,3		
	BP	VH	8,8	5,4	2,6	5,1		7,0	6,2		
SERVIÇOS*											
Crédito*	BP	Tx Cobertura	186,7	153,9	137,9	161,7		197,5	198,4		
Débito*	BP	VH	15,0	15,1	16,1	15,0		18,6	12,0		
	BP	VH	8,9	4,1	2,9	5,4		8,8	13,2		
BENS E SERVIÇOS*											
Crédito*	BP	Tx Cobertura	86,5	81,2	82,8	83,3		92,8	85,2		
Débito*	BP	VH	13,6	12,7	12,1	10,5		12,4	5,6		
	BP	VH	8,8	5,2	2,6	5,2		7,2	7,4		
Por memória:											
Indicadores Avançados de Procura Externa											
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5	0,3	7,1	-0,5	-5,7	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6		2,7	9,4		
Inquérito à Ind. Transformadora - Procura Externa	INE	SRE-VE	-14	-11	-7	-2	-1	-1	-3	0	-1

O *World Economic Outlook* (Outubro de 2007) do Fundo Monetário Internacional, manteve as previsões de crescimento para a Economia Portuguesa em 2007 (1,8%), apontando para uma taxa de desemprego de 7,4%, e um défice da balança corrente de -9,2%. Para 2008, esta instituição reviu em baixa as previsões de 2,1% para 1,8%, estimando uma taxa de desemprego de 7,1% e um défice da balança corrente de -9,1%. O relatório do Orçamento de Estado para 2008 estima um crescimento da economia portuguesa de 2,2%. As estimativas do OE, apesar de apontarem para um crescimento menos acentuado do que as previsões anteriores, caracterizam-se por uma continuação da aceleração da actividade económica. De acordo com o OE, à semelhança do estimado para 2007, espera-se para 2008, um aumento do contributo da procura interna para o crescimento, impulsionado pelo investimento.

No Quadro 2.7 apresenta-se um mapa com as **previsões** de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

Quadro 2.7
Previsões para a Economia Portuguesa

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE Maio-07	CE Mai-07	FMI Out-07	BP Jul-07	OE-2008 Out-07	OCDE Maio-07	CE Mai-07	FMI Out-07	BP Jul-07	OE-2008 Out-07
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	1,8	2,2	2,2
-Consumo privado	1,4	1,3	1,3	1,4	1,2	1,8	1,5	1,4	1,4	1,4
-Consumo Público	-1,0	-0,1	0,0	-0,1	-0,4	-1,1	0,3	0,4	0,3	-1,1
-FBCF	0,8	0,4	1,0	0,6	1,0	5,2	2,9	1,9	3,1	4,0
-Exportações Bens e Serviços ⁽¹⁾	6,3	6,8	5,7	7,2	6,9	6,3	5,9	5,8	6,5	6,7
-Importações Bens e serviços ⁽¹⁾	3,0	3,6	2,8	3,4	3,8	5,5	4,2	3,5	4,2	3,9
IHPC (t.v.) ⁽²⁾	2,0	2,3	2,5	2,5	2,3	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,6	7,7	7,4	-	7,8	7,1	7,5	7,1	-	7,6
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,3	-3,5	-3,3	-	-3,0	-2,4	-3,2	-2,4	-	-2,4
Balança Corrente (% PIB) ⁽³⁾	-8,8	-9,5	-9,2	-7,9	-9,1*	-9,5	-9,0	-9,1	-8,1	-8,4*

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do OE - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, Staff Report 2007, Article IV Consultation, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007;

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007; BP- Boletim Económico, Verão de 2007;

OE-Relatório do Orçamento de Estado para 2008, MFAP, Outubro de 2007

* dados do PEC-Plano de Estabilidade e Crescimento 2006-2010, Dezembro de 2006

3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 (*Quadro 3.1a*) apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%, o que representa uma ligeira desaceleração em relação ao trimestre anterior (1,8%). Os sectores mais dinâmicos foram mais uma vez a Electricidade, Gás e Água e a Indústria embora esta última registasse uma ligeira desaceleração no 2º trimestre face ao trimestre anterior. Registaram-se apenas situações ligeiras de crescimento negativo, na Agricultura e na Construção, sendo que esta última registou uma melhoria face à dinâmica verificada nos trimestres anteriores. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram a Indústria, seguida do Comércio Restaurantes e Hotéis e dos Outros Serviços (*Quadro 3.1b*).

Quadro 3.1a

Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,6	-8,1	8,4	9,4	11,5	9,4	3,5	-0,4
Electricidade, gás e água	2,8	1,3	4,7	3,1	5,9	5,2	3,7	4,4
Indústria	16,5	-1,7	1,5	-0,2	2,5	2,5	4,0	3,2
Construção	5,9	-3,3	-5,3	-6,7	-6,3	-6,1	-3,5	-0,8
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0	1,8	1,7	1,5	2,7	2,0	2,7	2,3
Transportes e Comunicações	7,5	-0,6	0,7	0,5	0,8	1,9	1,8	2,6
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,3	1,3	3,0	1,7	2,6	4,0	1,7	1,2
Outros Serviços	31,3	1,0	0,6	0,5	0,8	0,9	1,0	1,2
<i>Por memória:</i>								
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,0	1,3	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Setembro 2007

Quadro 3.1b

Contributos sectoriais para a Evolução real do VAB, preços constantes, variação homóloga (%)

	Fonte	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,1	0,0
Electricidade, gás e água	INE	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Indústria	INE	-0,3	0,2	0,0	0,4	0,4	0,6	0,5
Construção	INE	-0,2	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-0,2	-0,1
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,5	0,4
Transportes e Comunicações	INE	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	0,2	0,5	0,3	0,4	0,6	0,3	0,2
Outros Serviços	INE	0,3	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4
Valor Acrescentado Bruto Total	INE	0,0	1,3	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Setembro 2007

Relativamente ao **Emprego**, verificou-se uma redução homóloga de -0,5% no 2º trimestre de 2007, com comportamentos diferenciados ao nível sectorial (*Quadro 3.2a*). Os sectores que mais contribuíram para esta redução foram a Indústria Transformadora e os Outros Serviços, tendo o sector das Actividades Financeiras e Imobiliárias contribuído de forma positiva para o emprego, reduzindo os efeitos negativos de outros sectores (*Quadro 3.2b*).

Quadro 3.2ª
Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-1,9	-0,4	1,7	0,2	-2,5	-0,2	-1,5
Electricidade, gás e água*	0,8	-4,1	-0,5	-0,5	-0,7	3,2	24,6	24,7
Indústria Transformadora	19,0	-3,4	1,2	0,4	3,3	2,4	-1,2	-2,4
Construção	10,7	1,1	-0,2	0,8	-2,4	-0,5	1,6	1,3
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	0,1	-1,7	-1,9	-1,3	-2,9	-0,2	-1,2
Transportes e Comunicações	4,6	3,0	8,5	10,5	8,0	10,1	1,8	-6,0
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	-2,6	1,5	0,2	7,0	3,6	7,7	8,8
Outros Serviços	25,6	3,4	1,7	2,1	0,6	-0,2	-2,0	-1,4
Por memória:								
Emprego - Total		0,0	0,7	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2007

Quadro 3.2b
Contributos sectoriais para a Evolução do emprego, variação homóloga (%)

	Fonte	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,2	0,0	0,2	0,0	-0,3	0,0	-0,2
Electricidade, gás e água*	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
Indústria Transformadora	INE	-0,7	0,2	0,1	0,6	0,4	-0,2	-0,4
Construção	INE	0,1	0,0	0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,1
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,0	-0,3	-0,4	-0,3	-0,6	0,0	-0,2
Transportes e Comunicações	INE	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,1	-0,3
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	-0,2	0,1	0,0	0,5	0,3	0,6	0,7
Outros Serviços	INE	0,8	0,4	0,5	0,1	-0,1	-0,5	-0,4
Emprego - Total	INE	0,0	0,7	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5

*Inclui Indústria Extractiva

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2007

No que respeita aos indicadores avançados para a **indústria** (Quadro 3.3), o Índice de Produção Industrial Total apesar de ter registado em Setembro uma aceleração face ao crescimento verificado em Agosto, fechou o 3º trimestre com uma variação homóloga de 1,5%, ou seja, 0,1 p.p abaixo do valor do 2º trimestre. Na Indústria Transformadora, o Índice de Produção Industrial diminuiu em Setembro para 1,7% (VH), fixando o 3º trimestre em 2,3% (VH), valor inferior ao registado no 2º trimestre (3,6%, VH). O Índice de Volume de Negócios na Indústria desacelerou nos meses de Agosto e Setembro, situando-se o valor do 3º trimestre (3,7, VH) abaixo do registado no 2º trimestre (5,2, VH), devido ao abrandamento da componente Mercado Externo, registando a componente Mercado Nacional uma aceleração no 3º trimestre. O Índice de Novas Encomendas na Indústria, apesar de ter desacelerado em Setembro, no conjunto do 3º trimestre registou uma recuperação face ao valor observado no 2º trimestre (4,3%, VH contra 3,7%, VH no 2º trimestre), principalmente ditada pela componente “mercado interno”. Segundo o Eurostat, o nível de confiança no sector registou uma diminuição no 3º trimestre, situou-se em -2,7 (SRE-VE), valor inferior ao registado no 2º trimestre. De acordo com esta fonte, em Outubro continuou a agravar-se o nível de confiança na indústria (-3,0 SRE-VE). Também o Indicador de Confiança na Indústria Transformadora, do INE, apresenta no 3º trimestre um agravamento face ao registado no 2º trimestre de 2007 (-1,9 e -1,1 SRE-VE, respectivamente) e que se acentua no mês de Outubro (-2,7 SRE-VE). Tendência oposta evidencia a Carteira de Encomendas Global com um desagravamento no 3º trimestre face ao 2º trimestre de 2007 (-1,0 e -2,0 SRE-VE, respectivamente).

Quadro 3.3

Indicadores Sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	3,6	4,2	4,3	1,6	1,5	1,0	1,4	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	7,2	7,2	7,1	5,2	3,7	3,0	-0,5	
Mercado Nacional	INE	VH	2,3	2,4	3,9	4,5	5,8	4,9	2,7	
Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5	0,3	-0,5	-5,7	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	10,2	10,1	12,5	3,7	4,3	11,0	-3,8	
Mercado Nacional	INE	VH	2,0	3,5	13,3	0,7	9,3	13,5	7,0	
Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6	-1,5	8,2	-16,3	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-7,3	-6,0	-2,3	-0,7	-2,7	-3,0	-1,0	-3,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-2,7	-2,7	-1,9	-1,7	-1,1	-1,1	-0,8	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu, vcs)	INE	VH	3,5	2,5	4,7	3,6	2,3	2,2	1,7	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	7,1	7,1	7,1	5,2	3,7	2,9	-0,7	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora										
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	-1,7	0,3	-2,7
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-6,0	-4,0	0,0	-2,0	-1,0			

Quanto aos Índices de Produção Industrial sectoriais, para o 3º trimestre de 2007 (Quadro 3.4), destacam-se pela positiva a Indústria Extractiva com 9,6% (VH) e alguns dos subsectores da indústria transformadora como a “Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica”, que já se havia evidenciado no 2º trimestre (com 12,8%, VH) a “ Fabricação de material” e “ Indústria da madeira e da cortiça e suas obras” com uma variação homóloga de 5,8% e 5,5%, respectivamente.

Quadro 3.4

Índice de Produção Industrial por subsecções¹, variação homóloga

	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Índice de Produção Industrial (Total)	2,8	3,6	4,2	4,3	1,6	1,5	2,1	1,0	1,4
C- Indústrias extractivas	-9,9	-12,1	-10,0	8,0	5,3	9,6	6,5	14,4	7,9
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-9,9	-12,1	-10,0	8,0	5,3	9,6	6,5	14,4	7,9
D- Indústrias transformadoras	2,3	3,5	2,5	4,7	3,6	2,3	3,2	2,2	1,7
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3,7	6,6	6,7	8,6	4,9	2,7	1,5	1,2	4,8
DB- Indústria têxtil	-4,3	-3,2	-3,0	-0,5	-3,0	-2,3	-2,7	1,0	-5,3
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-8,7	-7,9	-9,3	-5,4	-3,1	-7,2	-5,4	-10,9	-5,1
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,2	4,4	2,0	3,7	3,8	5,5	14,2	-0,2	2,4
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,8	6,3	-0,4	1,7	-1,8	-3,9	-7,3	-2,6	-1,8
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,7	0,4	-1,9	-9,3	-3,9	-6,5	-3,4	-9,7	-6,4
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1,6	1,9	-3,8	1,7	1,3	-0,9	0,3	-0,5	-2,5
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-0,1	-3,5	1,5	11,7	11,5	12,9	14,3	23,0	1,1
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-1,5	-2,5	-2,5	-0,1	4,1	1,8	2,5	1,8	1,0
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	5,7	2,0	4,2	0,8	0,8	4,7	8,4	4,6	1,1
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-3,1	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4	-1,7	0,5	-6,6	1,3
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	18,3	21,2	16,7	18,2	16,5	12,8	11,7	15,1	11,7
DM- Fabricação de material de transporte	3,7	6,5	15,4	21,8	10,1	5,8	15,6	-3,1	6,3
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-6,7	-2,3	-1,2	0,1	4,0	0,9	2,9	2,7	-2,7
E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	6,3	18,1	1,0	-11,5	-5,2	-5,2	-8,1	-1,8
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	6,3	18,1	1,0	-11,5	-5,2	-5,2	-8,1	-1,8

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007. De acordo com o Banco de Portugal, as vendas de cimento registaram um acréscimo em Setembro (0,4%), encerrando o 3º trimestre em sinal positivo com 1,8% (VH), facto que não acontecia desde o 1º trimestre de 2002. Relativamente aos Indicadores de Confiança do Eurostat e do INE, embora ainda negativos no 3º trimestre de 2007, ambos apontam no sentido de uma recuperação, destacando o indicador do INE, com -38,7 (SRE-VE) para o período referenciado, face à média do 2º trimestre (-40,7, SRE-VE). Relativamente ao mês de Outubro os dados disponíveis, do Eurostat e do INE, apontam para uma deterioração do nível de confiança da construção, bem como da carteira de encomendas (INE), Perspectivas de Emprego (INE) e Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (INE).

¹ Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

Quadro 3.5
Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/VM3M	-7,9	-7,2	-6,8	-4,7		-2,7		
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	-1,1	0,4	
Licenciamento de obras	INE	VH	-8,0	-9,8	-11,4	-9,6				
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	4,3	4,9	-14,3	-23,3				
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-34,0	-40,3	-39,0	-38,3	-34,7	-35,0	-34,0	-37,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas										
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-36,0	-38,5	-40,5
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-65,7	-67,3	-65,7	-60,0	-58,0	-56,0	-56,0	-60,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-29,7	-30,0	-22,0	-21,3	-19,3	-16,0	-21,0	-21,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-25,3	-28,0	-25,3	-22,3	-24,3	-24,0	-25,0	-26,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-22,3	-20,0	-18,3	-17,7	-18,3	-19,0	-16,0	-17,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-6,8	-6,1	-5,6	-4,2		-2,2		

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), o Volume de Vendas (no 3º trimestre de 2007) e o Índice de Volume de Negócios (Agosto) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna. Os indicadores de confiança do INE e os do Eurostat evidenciam uma recuperação dos níveis de confiança no 3º trimestre quando comparados com o trimestre anterior. Em Outubro, os indicadores de confiança do INE e do Eurostat apontam para conclusões diferentes. De acordo com o INE melhoraram o nível de confiança do sector e as perspectivas da procura para os próximos 3 meses.

No sector do **Comércio**, há a registar uma melhoria do Indicador de Volume de Vendas no 3º trimestre de 2007, 0,6 SRE-VE, face ao trimestre anterior (-3,7 SRE-VE). Essa melhoria foi extensível às duas componentes, Comércio a Retalho e Comércio por Grosso. Também o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma ligeira aceleração no 3º trimestre (0,2 VH,M3M) comparativamente ao 2º trimestre (0,1 VH,M3M). No entanto, o Indicador de Confiança do INE para o sector registou uma deterioração no 3º trimestre, resultante da quebra das perspectivas de actividade para os próximos 3 meses. Relativamente ao mês de Outubro, melhorou o Indicador de confiança do INE no sector do comércio, extensível apenas ao sector do comércio a retalho. Por sua vez, deteriorou-se o indicador Volume de Vendas no Comércio abrangendo os sectores do comércio a retalho e do comércio por grosso.

Quadro 3.6
Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	2,9	0,2	3,7	4,0		5,7		
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	7,7	7,9	6,2	5,4	8,8	7,4	7,0	18,8
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	11,7	12,7	17,7	21,0	22,0	21,0	21,0	19,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	4,5	7,2	6,6	9,1	9,4	6,6	11,1	9,7
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	2,7	5,6	9,4	9,9	9,5	8,1	11,3	4,1
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-3,4	-1,4	-1,1	4,9	2,3	-1,7	6,1	0,9
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	14,2	17,4	11,6	12,7	16,4	13,4	15,9	24,1
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	-0,8	-1,0	0,0	-0,4		0,2		
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-10,5	-4,2	-9,6	-3,7	0,6	5,9	-5,1	-2,2
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,5	-7,1	-6,4	-6,2
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	3,2	5,2	6,0	7,2	0,7	1,1	2,4	7,0
Nível de existências	INE	SRE-VE	5,0	4,2	5,4	6,6	6,1	7,0	4,1	4,9
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	3,4	1,2	1,7	0,1	0,2	1,5	0,2	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	4,1	-14,2	-3,2
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-0,7	3,3	4,0	6,3	7,0	7,0	7,0	8,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,3	-12,8	-12,2	-12,7	-13,6	-13,4	-12,2	-10,7
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,6	0,0	0,4	1,3	2,2	2,2	2,6	
Bens alimentares	INE	VH	0,0	0,3	1,3	4,6	6,1	5,8	6,7	
Bens não alimentares	INE	VH	1,0	-0,1	-0,2	-0,7	-0,3	-0,1	0,0	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-6,6	-2,6	-6,8	-2,1	2,3	7,3	2,4	-1,3
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	0,0	-9,2	-7,1	-7,0	-6,2	-8,8	-2,9	-2,0
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-0,7	-1,0	-1,5	-1,4	-2,5	-2,0	-1,7	-2,6

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis

(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

Figura 3.1

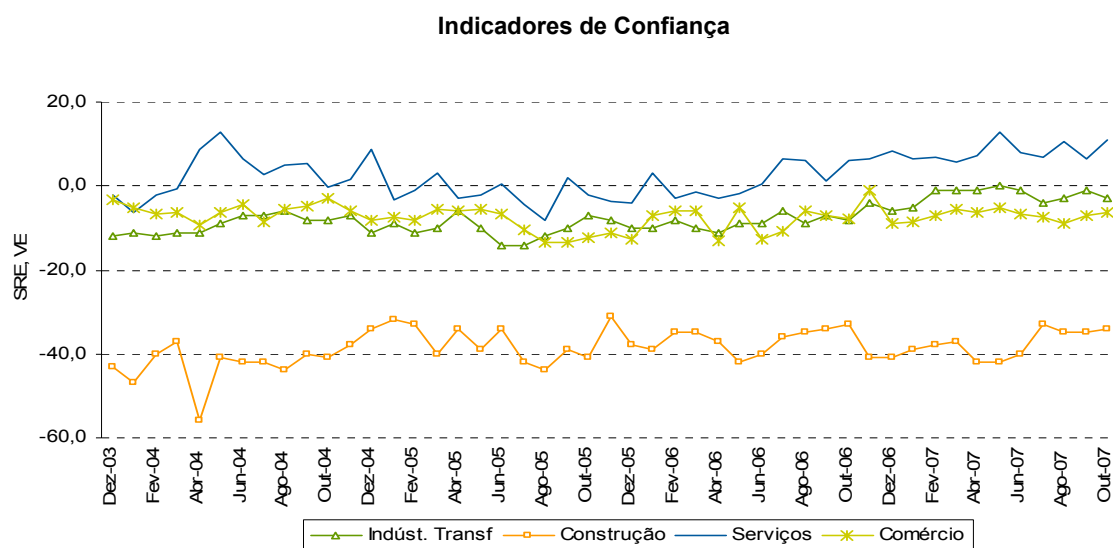
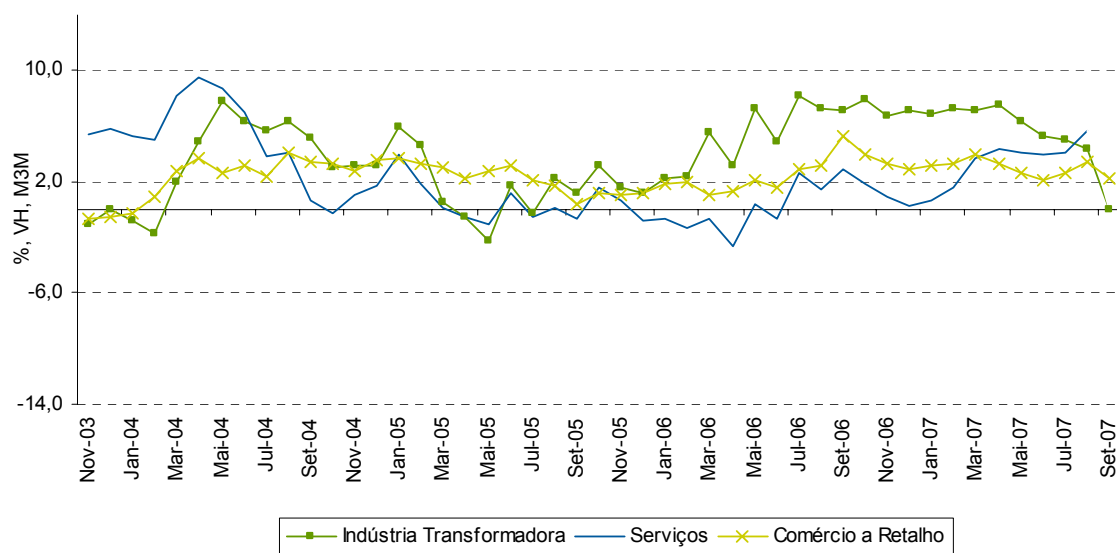


Figura 3.2
Índice de Volume de Negócios



4. Ensaios: Innovation diffusion and technological competition: the case of Portuguese industries²

ABSTRACT. In this article, that is based on the paper: “Patterns of innovation diffusion and technological competition in Portuguese manufacturing and service industries”, to be published by the *International Review of Applied Economics*, we analyse the inter-industry heterogeneity in the diffusion of innovations and level of technological competition in Portuguese manufacturing and service industries. The industries are classified with reference to the relationship between the level of participation in innovation and the strategies of innovative firms. Methods of multivariate statistics are used to synthesize the data and to group the observations into subsets. Four distinctive innovation patterns are identified, defined along the following dimensions: output-orientation of innovation, importance of disembodied innovation, role of technologically advanced innovation and level of innovation opportunities. It is also found that high levels of technological competition tend to occur in sectors with relatively low dimension, productivity and overall investment.

4.1. Introduction

Empirical evidence suggests that there are significant inter-industry differences in the firms' innovation behaviour. This evidence is often understood as a sign of technological or economic determinism in innovation: different industries will follow different innovation patterns and these patterns depend on structural characteristics specific to each industry.

The study of sectoral-specific innovation patterns and its determinants is relevant for policy purposes, since the recognition of substantial differences in innovation patterns implies the necessity of introducing selective technological policies, suitable to the specific needs of each industry. General policies may not have an impact on the innovation behaviour of the firms in some industries.

Innovation patterns at the industry level are often explained with reference to the concept of technological regimes (Nelson & Winter, 1982; Winter, 1984), according to which the firms' decision to innovate and subsequent innovation behaviour are determined by the environment in which they operate. Technological regimes have been characterized by aspects such as the level of technological opportunities (Klevorick *et al.*, 1995), continuity of innovation through time (Malerba & Orsenigo, 2000; Cefis & Orsenigo, 2001) and appropriability conditions of the innovation (Cohen *et al.*, 2002).

The evolution of innovation patterns in time may also follow a path characterized by certain industry-specific technological trajectories (Nelson & Winter, 1977; Dosi, 1982). It is argued that firms in each industry tend to follow similar innovation strategies, as they have the same perceptions of the available alternatives. Several empirical studies have studied dimensions of sectoral technological trajectories, such as orientation towards product or process innovation (Pianta, 2000; Nascia & Perani, 2002), sources of information (Audretsch, 1997), type of innovation input (Sellenthin & Hommen, 2002; Veugelers & Cassiman, 1999) and degree and type of interaction between firms (Malerba, 2002).

A stream of literature has focused on the classification of industries according to their innovation patterns. The primary source of reference for many studies is the work developed by Pavitt (Pavitt, 1984, Pavitt *et al.*, 1989), who developed an industry taxonomy based on type of innovations (product vs process

² Por Maria Rosário Oliveira Martins. O texto é da responsabilidade da autora e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

innovation), objectives of R&D, sources of information and appropriability mechanisms. Other studies have also classified industries according to a mix of indicators of technological regimes or technological trajectories. Recently, Castellacci (2004) systematized a series of dimensions related to both technological regimes and technological trajectories and developed an alternative to Pavitt's taxonomy.

Most of the recent studies on the identification of sectoral innovation patterns use formal statistical methods, first introduced by Evangelista (2000), where the industries are classified using clustering methods applied on a series of variables related to the firms' average innovation behaviour.

This paper attempts to identify for the Portuguese economy the inter-sectoral patterns of innovation with reference to two specific (and inter-related) dimensions: the level of innovation diffusion and the level of technological competition. These dimensions may be considered as a characteristic of the industries' technological regime (if understood as constraints to the firms' decision to innovate and to their innovative behaviour) or technological trajectory (if understood as explaining the firms' strategic choices in terms of innovation).

Either way, it is expected that the relations between the levels of innovation diffusion and technological competition in an industry and the behaviour of the firms that innovate will follow some patterns. The aim is to classify industries according to these innovation patterns.

The second objective of this study is to investigate the relations between innovation diffusion, technological competition and innovation environment. The innovation environment of an industry is defined as the set of conditions that firms face when deciding to innovate or engaging in innovation activities. It is assumed that the innovation environment can be assessed by the firms' perceived obstacles to innovation and the industries' structural characteristics.

The study uses Portuguese Community Innovation Survey (CIS III), at the sector level, covering the period 1998-2000 and considers both manufacturing and services in the same framework of analysis, in order to test whether there are distinctive patterns of innovation in those industries, given the increased opportunities for introduction of information technologies in services during the last decade (Coombs & Miles, 2000).

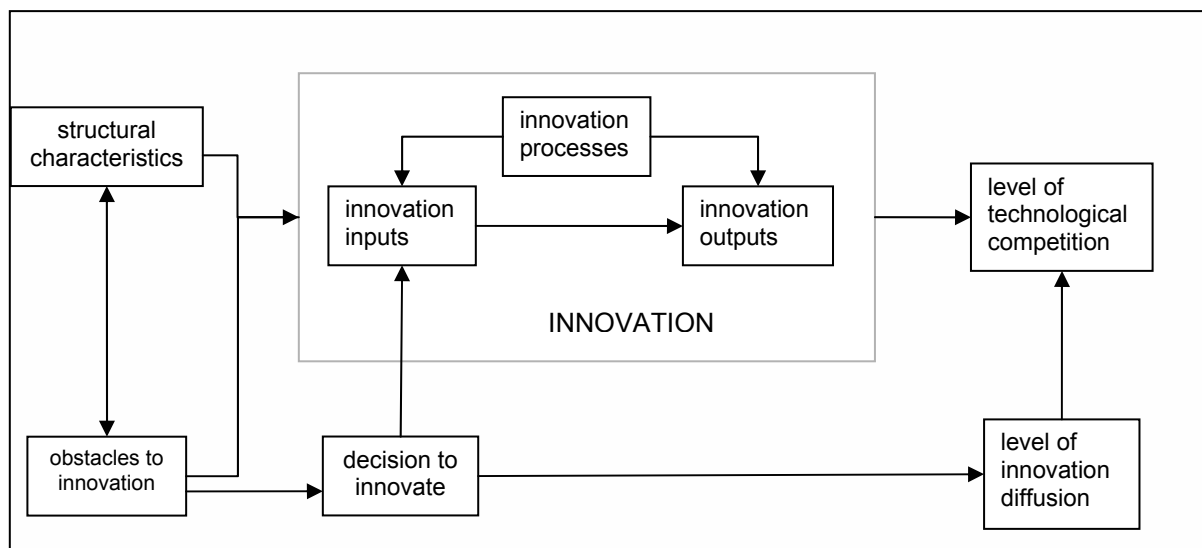
4.2. Conceptual framework, Data and Methodology

Innovation has been traditionally regarded as a linear process, where firms invest in research and development (R&D) in order to generate knowledge to create new products, which are patented and introduced in the market.

This perspective is being largely abandoned, based on the recognition that many innovations do not originate on investments in R&D or are not aimed at the creation of new products. Also, many innovations are not patented, especially in the service industries (Evangelista & Sirilli, 1995). Furthermore, innovation effort is not always effective in terms of creation of innovation output (Klomp, 2001). The formulation of innovation policies thus requires a greater insight on the firms' innovation behaviour, by distinguishing between innovation inputs and outputs and by looking into the innovation process itself, that is, the way the innovation activities are organized in order to generate innovation output. It is nowadays accepted that the innovation process is a complex phenomenon, featuring many linkages from inputs to outputs and from the R&D department to other departments in the firm (Kline & Rosenberg, 1986).

The conceptual framework used in this study (Figure 1) considers the firms' innovation strategies (the set of innovation inputs, innovation processes and innovation outputs) together with the firms' decision to innovate and the sectoral determinants of both.

Figure 1. Framework of analysis



The objective of the firms that innovate is to use innovation inputs (R&D expenditure and others) and create innovation outputs (new products or new processes). The use of inputs is characterized by a set of processes (such as funding, cooperation or organizational changes). The generation of innovation outputs is also accompanied by a series of related processes (such as the protection of innovation). The innovative firms' strategies depend on the perceived obstacles to innovation and also on the structural characteristics of the sector. Both are possibly inter-related. The level of innovation diffusion in a given industry is defined by the percentage of firms that innovate. The level of technological competition in the industry is characterized, using cluster analysis, by the level of innovation diffusion and the type of innovation strategies of the innovative firms

The CIS is a survey on firms' innovative behaviour which is carried out throughout the whole European Union using a harmonized questionnaire. It is suitable for the analysis of our research question since it provides information on both the firms' decision to innovate and the behaviour of the innovative firms. For both innovators and non-innovators, information is also available on the perceived obstacles to innovation.

This survey distinguishes between innovation input and innovation output. On the input side, it acknowledges the existence of other innovation activities besides expenditure in R&D, such as the acquisition of machinery and equipment, external knowledge acquisition and expenditures in training, marketing and design. On the output side, innovation is assessed not only by the number of patents applied or hold by the firm but also from the introduction of processes and products new to the firm. A further advantage of the CIS data is the inclusion of information about the innovation processes, such as financing methods, cooperation arrangements, structural and management changes, sources of knowledge and ways of protection of innovation (where besides patents, a variety of strategic methods of protection are considered, such as time lead, secrecy and complexity of design).

The choice of variables to include in the study is based on the conceptual framework described in the last section. Information on the total sectoral innovation expenditure is not considered, since the analysis is not focused on innovation intensity but either on the firms' decision to innovate and type of innovation strategy. Also, information on the economic effects of innovation is not included, since it is not a dimension that is under direct control of the firm.

A series of indicators were calculated from the information available on the CIS III dataset:

- Variables on the innovation inputs: expenditure in intramural R&D as a share of the total sectoral innovation expenditure ($\text{Exp. R\&D} / \text{total innovation exp.}$) and expenditure in acquisition of machinery

and equipment (Exp. machinery / total innovation exp.) as a share of the total sectoral innovation expenditure.

- b) Variables on the innovation processes with impact on innovation inputs: percentage of firms in the industry receiving public funding from the European Union; percentage of firms that have been cooperating in innovation projects; percentage of firms indicating as very important sources of knowledge sources from within the firm, sources from customers, sources from universities and sources from competitors; percentage of firms that have implemented new corporate strategies, advanced management techniques, changed organizational structures and changes in the products' aesthetic appearance.
- c) Variables on innovation outputs: percentage of firms in the industry that have introduced into the market a new or improved product, sectoral turnover due to new or improved products as a share of total sectoral turnover, percentage of firms that have introduced a new or improved process.
- d) Variables on the innovation processes with impact on innovation outputs: turnover covered by patent application as a proportion of total sectoral turnover, percentage of firms in the industry reporting protection of innovations through complexity of design and through long-time advantage.

The selected indicators on innovation inputs, innovation processes and innovation outputs are first synthesized by factor analysis. The factors are interpreted as dimensions of the firms' decisions to innovate and innovation behaviour and are used in a cluster analysis to identify different, homogeneous and mutually-exclusive sectoral patterns of innovation diffusion and technological competition. These clusters are then interpreted and characterized in terms of the principal components and the original variables.

In a second stage, the consistency of the innovation patterns found is tested against other CIS data not used in the clustering procedure: variables related to the sectoral structural characteristics and perceived obstacles to innovation. A factor analysis is performed on these new set of variables, in order to disentangle the associations that may exist between some of the indicators. The factors obtained are identified as different dimensions of each industry's innovation environment and then used to characterize the clusters of innovation patterns. Finally, the sectors are once more clustered, according to the factors related to the innovation environments and the resulting cluster membership is compared with the one obtained for the clustering of innovation patterns (the definition of the variables used and the detailed results on factor and cluster analysis can be found in the International Review of Applied Economics' paper).

4.3. Patterns of innovation diffusion and technological competition

Using multivariate statistical analysis, the industries were classified in 4 clusters (Table 1) based on both inter-cluster and intra-cluster heterogeneity. Cluster 1 contains a series of mostly low-tech extractive and manufacturing industries and six service industries, including some standardised transport services. This group can be labelled **non-competitive process innovation**, since the high proportion of process innovators is not associated with clear strategies to gain and secure innovation advantage (as measured by use of internal R&D and sources of knowledge from customers, universities and competitors) or to protect the benefits from innovation (either with formal or strategic methods).

Table 1. Innovation patterns

Cluster Characterization	Cluster Membership: Sectors
Cluster 1: non competitive process innovation	Other mining, Food and beverages, Textiles, Pulp and paper, Publishing and printing, Non-metallic minerals, Basic metals, Machinery and equipment, Electricity and gas supply, Recycling, Wholesale, Land transport, Water transport, Transport-related and travel, Finance-related, Other business activities

Cluster 2: non-competitive widespread innovation	Air transport, Post and Telecommunications, Financial intermediation, Insurance
Cluster 3: output-competitive innovation	Chemicals, Fabricated metals, Electrical machinery, Motor vehicles, Furniture, Computer-related activities.
Cluster 4: input competitive innovation	Wearing apparel, Leather and footwear, Wood and Cork, Radio/TV and telecommunication equipment, Medical and precision instruments, Other transport equipment

Cluster 2 contains four sectors from the service industries. The innovation pattern in the sectors in this cluster can be labelled **as non-competitive widespread innovation**: innovation is a part of the business strategies of a large proportion of firms, although there is not intense competition to be ahead of other firms and explore the benefits of innovation, since the commercial importance of innovation is relatively small. The lack of competition is confirmed by the low importance attached to advanced process innovation, and in particular, to patent innovations. Cluster 3 includes five manufacturing industries and one service industries (Computer-Related Activities). The characteristics of this cluster are related to an **output-competitive innovation**: a relatively high number of firms develop new products that are important in terms of the sectoral turnover. Innovation is aimed at securing a market share in the innovative products market, that is, in the innovation outputs market. Cluster 4 contains six manufacturing industries. Innovation in this cluster is concentrated on a relatively few number of firms and can be labelled as **input-competitive innovation**: a small proportion of firms rely on their technological position to secure the benefits of innovation (sales of new products). This technological position is determined by the quality of innovation inputs used, that is, the stock of knowledge and the innovation potential possessed by the firm, which lead to the creation of technology barriers for the decision to innovate of other firms.

Overall, the patterns of technological competition in Portuguese industries are defined by the coexistence of high level of innovation opportunities and a tendency to secure the benefits of innovation. In economic terms, this is equivalent to a strong demand for innovation and a tendency of the suppliers of innovation (the firms that innovate) to secure their market share in innovation sales or their share on available public funding. High levels of technological competition appear both in industries with relatively high level of innovation diffusion (Cluster 3) and in sectors where innovation activities are concentrated in a small set of firms (Cluster 4). In first case, the firms develop innovation strategies oriented to the output, mainly using external resources and in the second case competition is based on the input side of the innovation, through the use of internal resources.

Lower levels of technological competition occur when the demand for innovation is relatively low and the suppliers do not show a strong tendency to protect the benefits of the innovation. This can occur when the innovation is widespread diffused within the sector (Cluster 2) or when the dominant type of innovation is process innovation, which is not directly linked to commercial results (Cluster 1).

Also, high levels of technological intensity seem to imply high levels of technological competition. With the exception of Machinery and Equipment, all the sectors classified as high-tech in the OECD taxonomy (OECD, 1997) belong to clusters classified here as competitive in terms of technological strategies. In opposition, low levels of technological competition occur in most of the service industries. The only exception is the sector of Computer-related Activities, a fact which may be explained by the relatively high level of market competition in this industry.

4.4. Innovation diffusion, technological competition and innovation environment

According to the technological regime/technological trajectory literature, the sectoral patterns of innovation diffusion and technological competition are determined by characteristics specific to the sector- what we can call the “sectoral innovation environment”. In this section we verify whether the clusters of innovation patterns are both distinct and internally homogeneous when considering those determinants. We also investigate whether the individual sectors within each of the clusters are associated with substantially different innovation environments. We assume that the innovation environment can be assessed by the perceived obstacles to innovation and the industries’ structural characteristics.

Based on multivariate statistical methods, we found that: (i) patterns of innovation diffusion and technological competition seem to be associated with different innovation environments. In particular, the level of vitality and the perceived market, organization and information problems are the factors that most differentiate the clusters found. The importance of risks and financial obstacles do not seem to differ substantially across the four clusters; (ii) the clusters classified as patterns of high technologic competition (Cluster 3 and Cluster 4) are more internally homogeneous than the clusters classified as patterns of low technological competition (Cluster 1 and 2).

4.5. Concluding remarks

There are four distinctive innovation patterns of innovation diffusion and technological competition in Portuguese manufacturing and service industries. Patterns of high technological competition are characterized by a strong demand for innovation and a tendency of the innovative firms to gain and secure technological/innovation advantage in order to secure their market share in innovation sales.

Given the inter-industry heterogeneity in innovative patterns, selective technological policies directed at the industries following each pattern should identify what should be stimulated in those industries in order to maximize the benefits of innovation for society as a whole.

The cluster classified as output-competitive (cluster 3) shows an output-oriented innovation, with numerous product innovators. There are also many opportunities for the commercialization of innovation output. According to some authors (e.g. Edquist *et al.*, 2002) these are the innovation characteristics that most contribute to employment generation. These sectors should then receive particular attention and be the target of increased public resources. This could also increase the level of technological competition among firms in these sectors, since they tend to have relatively low levels of investment, which reduce the firms’ ability to engage in innovation.

In the cluster classified as input-competitive innovation (Cluster 4), the number of product innovators is small but there is a high degree of technological competition. Innovation in these sectors is mainly disembodied. This type of innovation generates knowledge that might be also useful in other sectors of the economy. For this reason, technological policies in these sectors should aim at increasing the level of innovation diffusion, which seems to be limited by market, organization and information obstacles.

The clusters classified as non-competitive (Cluster 1 and Cluster 2) face a relatively low demand for innovative output and are characterized by a small degree of technological competition. However, firms in both clusters have a relatively high ability to innovate, as judged by the level of sectoral investment and the relative unimportance of market, organizational and information problems. Suitable technological policies for Cluster 2 would have a market-pull dimension, aiming at increasing the demand for innovative products, which would lead to an increase in the firms’ innovative effort. In cluster 1, where only process innovation is widespread diffused, market-pull policies would probably be less relevant than technology-push policies, aiming at improving the firms’ innovation activities, especially in disembodied form.

The conclusions and policy implications of this study should consider, however, that the introduction of selective technological policies must be based on information on a wide range of factors apart from the levels of innovation diffusion and technological competition. In particular, information is required on the interdependences between industries and the role of positive externalities, in order to identify the sectors where innovation generates more social benefit. Also, it is crucial to complement the analysis of the inter-sectoral heterogeneity in innovation diffusion and technological competition with the study of intra-sectoral heterogeneity in the firms' innovation behaviour.

References

- Arvanitis, S., Hollenstein, H. (2001) Innovative activity and firm characteristics. A cluster analysis of Swiss manufacturing using firm-level data, in: *Innovative Networks: Co-operation in National Innovation Systems*. pp. 48–76 (OECD, Paris).
- Audretsch, D. B. (1997) Technological regimes, industrial demography and the evolution of industrial structures, *Industrial and Corporate Change*, 6, pp. 49–82.
- Castellacci, F. (2004) How innovation differs across sectors in Europe? Evidence from the CIS-SIEPI database, Working Paper, N° 04/04, Centre for Technology, Innovation and Culture, University of Oslo.
- Cefis, E., Orsenigo, L. (2001) The persistence of innovative activities: a cross countries and cross-sectors comparative analysis, *Research Policy*, 30, pp. 1139–1158.
- Cohen, W.M., Nelson, R. R., Walsh, J. P. (2002) Links and impacts: the influence of public research on industrial R&D, *Management Science*, 48, pp. 1–23.
- Coombs, R., Miles, I. (2000) Innovation, measurement and services: the new problematique, in S. J. Metcalfe, I. Miles (Eds.) *Innovation Systems in the Service Sectors. Measurement and Case Study Analysis*. pp. 85–104 (Kluwer Academic Publishers, Boston, Dordrecht, London).
- Dosi, G. (1982) Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change, *Research Policy* 11, pp. 147–162.
- Edquist, C., Hommen, L., McKelvey, M. (2002) *Innovations and Employment: Product versus Process Innovation* (Cheltenham, UK: Edward Elgar).
- Evangelista, R., Sirilli, G. (1995) Measuring innovation in services, *Research Evaluation*, 5, pp. 207–215.
- Evangelista, R. (1999) *Knowledge and Investment. The Sources of Innovation in Industry* (Cheltenham, UK: Edward Elgar).
- Evangelista, R. (2000) Sectoral patterns of technological change in services, *Economics of Innovation and New Technologies*, 9, pp. 183–221.
- Gallouj, F. (1999) Les trajectoires de l'innovation dans les services: vers un enrichissement des taxonomies évolutionnistes, in : Série Économie et Gestion des Services (EGS) *Économies et Sociétés*. Vol.1, pp. 143–169.
- Hollenstein, H. (2003) Innovation modes in the Swiss service sectors: a cluster analysis based on firm-level data, *Research Policy*, 32, pp. 845–863.
- Kaiser, H. F. (1958) The Varimax criterion for analytical rotation in factor analysis, *Psychometrika*, 23, pp. 187–200.
- Kleinknecht, A., Mohnen, P. (2002) *Innovation and firm performance: Econometric explorations of survey data* (Palgrave, Basingstoke).
- Kleinknecht, A. and Oostendorp, R. M. (2002) R&D and export performance: taking account of simultaneity, in: Kleinknecht and Mohnen (Eds) *Innovation and firm performance*. pp. 310 – 320 (London : Palgrave).
- Klevorick, A., Levin, R., Nelson, R., Winter, S.G. (1995) On the sources and significance of interindustry differences in technological opportunities, *Research Policy*, 24, pp.185–205.
- Kline, S. J., Rosenberg, N. (1986) An overview of innovation, in: R. Landau, N. Rosenberg (Eds) *The Positive Sum Strategy: Harnessing Technology for Economic Growth* (National Academy Press, Washington).
- Klomp, L. (2001) Measuring output from R&D activities in innovation surveys, paper presented at the *ISI 53 Conference*, Statistics Netherlands.
- Leiponen, A., Drejer, I. (2005) Technological regimes and strategy: intraindustry heterogeneity in the organization of innovation activities, paper presented to the *DRUID Tenth Anniversary Summer Conference 2005 on Dynamics of Industry and Innovation: Organizations, Networks and Systems*.
- Malerba, F. (2002) Sectoral systems of innovation and production, *Research Policy*, 31, pp. 247–264.
- Malerba, F., Orsenigo, L. (2000) Knowledge, innovative activities and industrial evolution, *Industrial and Corporate Change*, 9, pp. 289–314.
- Martins, Fraga O. Maria, Anciães, P. (2008), Patterns of innovation diffusion and technological competition in Portuguese manufacturing and service industries", *International Review of Applied Economics*, forthcoming.
- Nascia, L., Perani, G. (2002) Diversity of innovation in Europe, *International Review of Applied Economics*, 16, pp. 277–293.

- Nelson, R., Winter, S. (1977) In search of a useful theory of innovation, *Research Policy*, 6, pp. 36-76.
- Nelson, R., Winter, S. (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change* (The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, USA).
- OECD (1996) *Innovation, Patents and Technological Strategies* (OECD, Paris).
- OECD (1997) Revision of the high-technology sector and product classification, *STI Working Paper Series* N° 1997/2, OECD, Paris.
- Pavitt, K. (1984) Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory, *Research Policy*, 13, pp. 343-373.
- Pavitt, K., Robson, M., Townsend, J. (1989) Technological accumulation, diversification and organisation of technological activities in UK companies, 1945–1983, *Management Science*, 35, pp. 81–99.
- Peters, L., Swinnen, G., Tiri, M. (2004) Patterns of innovation in the Flemish business sector- a multivariate analysis of CIS-3 firm-level data, *IWT-Studies* N°47, IWT Observatory, Brussels.
- Pianta, M. (2000) The employment impact of product and process innovations, in: M. Vivarelli and M. Pianta (Eds.) *The employment impact of innovation: evidence and policy* (Routledge, London).
- Porter, M E. (1980) *Competitive Strategy* (New York: Free Press, New York).
- Sellenthin, M., Hommen, L. (2002) How innovative is Swedish industry? A factor and cluster analysis of CIS II, *International Review of Applied Economics*, 16, pp. 319-331.
- Veugelers, R., Cassiman, B. (1999) Make and buy in innovation strategies: evidence from Belgian manufacturing firms, *Research Policy*, 28, pp. 63-80.
- Winter, S G. (1984) Schumpeterian competition in alternative technological regimes, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 5, pp. 287-320.

5. Em Análise: Sector do Turismo - Evolução recente³

Neste artigo apresenta-se um breve panorama da evolução recente do turismo a nível mundial e da posição relativa de Portugal, ressalta-se a importância do sector do turismo na economia nacional, analisa-se a situação recente da actividade turística em Portugal e por fim destaca-se a boa *performance* da cidade de Lisboa. Na análise efectuada está subjacente a óptica do turismo receptor (inclui as actividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual) e essencialmente de turistas (visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado), assim como, uma tónica regional. O período temporal analisado diz respeito a 2005/2006 e para comparação evolutiva, escolheu-se um ano de início da década ou o mais aproximado, consoante o indicador e a disponibilidade de dados comparáveis.

5.1 Panorama actual do turismo mundial

De acordo com a Organização Mundial do Turismo⁴ (OMT) das Nações Unidas, a indústria do turismo apresentou em 2005 um crescimento moderado das chegadas internacionais de turistas (5,5%) face aos 10% alcançados em 2004, mas mesmo assim superior à tendência média de crescimento de longo prazo que se situa nos 4,1%. Ainda que com valores provisórios⁵, a OMT apurou para 2006 que as receitas globais do turismo mundial ascenderam a 735 mil milhões de dólares face aos 678 mil milhões de dólares de 2005 (acréscimo de 8,4%) e as chegadas de turistas não residentes evoluíram de 802 milhões em 2005 para 842 milhões em 2006 (crescimento de 4,9%).

No quadro das **regiões a nível mundial**, a Europa continua a liderar destacadamente, registando em 2006 um volume de chegadas de cerca de 457 milhões (quota de mercado de 54,3%) e um montante de receitas de aproximadamente 378 mil milhões de dólares (quota de mercado de 51,4%), ainda que as suas quotas de mercado tenham diminuído entre 2000 e 2006. Pela primeira vez, em 2006, a região da Ásia e Pacífico iguala em receitas a região do Continente Americano e Caraíbas (153,4 mil milhões de US\$ e 2º lugar *ex-aequo*), correspondendo a uma quota de mercado de 20,9%, enquanto no indicador chegadas permanece à frente (2º lugar) com uma quota de mercado de 19,9% face a 16,2% do Continente Americano e Caraíbas (3º lugar).

Em termos regionais europeus, e tendo por referência os países do grupo da Europa do Sul/Mediterrânica⁶, que abarca a sub-região da Europa do Sul a que Portugal pertence, em 2006 **Portugal** detém uma quota de mercado de 6,9% em relação às chegadas e de 5,7% nas receitas.

O Quadro 5.1 apresenta o *ranking* dos 10 principais países de destino turístico a nível mundial em termos de chegadas de turistas e receitas em 2000, 2005 e 2006 e as respectivas quotas de mercado em 2005 e 2006, assim como a posição de Portugal.

A França, a Espanha e os EUA mantêm as suas posições destacadas como líderes entre os principais países de destino turístico, quer nas chegadas de turistas quer nos montantes de receitas, com os EUA e a França a trocarem de posições entre si (a França é primeira nas chegadas e os EUA é primeiro nas receitas) e a Espanha a segunda nos dois indicadores. Destaca-se também, em 2006, em termos de países emergentes, o dinamismo da China (4º lugar nas chegadas e 5º nas receitas), e também o crescimento acentuado da Turquia (11º nas entradas e 9º nas receitas). **Portugal** é 19º em chegadas (quota de 1,3%) e 23º em receitas (quota de 1,1%), mas apesar de, entre 2000 e 2006, ter descido em número de chegadas (-6,6%), cresceu em cerca de 60% nas receitas, o que pode indiciar um *upgrading* em termos de exigência dos turistas que visitam Portugal.

³ Por **Merícia Gouveia e Leonilde Ventura** (GEE). O texto é da responsabilidade das autoras e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

⁴ UNWTO (*United Nations World Tourism Organization*).

⁵ Com base na informação já reportada pelos principais países de destino turístico.

⁶ De acordo com a OMT, agrega duas sub-regiões: a sub-região da Europa do Sul que inclui Portugal, Albânia, Andorra, Bósnia, Croácia, Macedónia, Grécia, Itália, Malta, São Marino, Sérvia e Montenegro, Eslovénia e Espanha e a sub-região da Europa Mediterrânica que engloba Chipre, Israel e Turquia.

Quadro 5.1

Principais países de destino em termos de chegadas e de receitas em 2000, 2005 e 2006

Rank em 2006	Países	Chegadas de turistas não residentes						Rank em 2006	Países	Receitas do turismo internacional					
		Milhões			Quotas de mercado (%)		Var. (%)			Mil milhões de dólares			Quotas de mercado (%)		Var. (%)
		2000	2005	2006*	2000	2006*	2006/2000			2000	2005	2006*	2000	2006*	2006/2000
1	França	77,2	75,9	79,1	11,3	9,4	2,5	1	EUA	82,4	81,8	85,7	17,4	11,7	4,0
2	Espanha	47,9	55,9	58,5	7,0	6,9	22,1	2	Espanha	30,0	48,0	51,1	6,3	7,0	70,3
3	EUA	51,2	49,2	51,1	7,5	6,1	-0,2	3	França	30,8	44,0	46,3	6,5	6,3	50,3
4	China	31,2	46,8	49,6	4,6	5,9	59,0	4	Itália	27,5	35,4	38,1	5,8	5,2	38,5
5	Itália	41,2	36,5	41,1	6,0	4,9	-0,2	5	China	16,2	29,3	33,9	3,4	4,6	109,3
6	Reino Unido	23,2	28,0	30,1	3,4	3,6	29,7	6	Reino Unido	21,9	30,7	33,5	4,6	4,6	53,0
7	Alemanha	19,0	21,5	23,6	2,8	2,8	24,2	7	Alemanha	18,7	29,2	32,8	3,9	4,5	75,4
8	México	20,6	21,9	21,4	3,0	2,5	3,9	8	Austrália	9,3	16,9	17,8	2,0	2,4	91,4
9	Áustria	18,0	20,0	20,3	2,6	2,4	12,8	9	Turquia	7,6	18,2	16,9	1,6	2,3	122,4
10	Fed. Russa	...	19,9	20,2	...	2,4	...	10	Áustria	9,9	16,0	16,7	2,1	2,3	68,7
19	Portugal	12,1	10,6	11,3	1,8	1,3	-6,6	23	Portugal	5,2	7,7	8,3	1,1	1,1	59,6
	Mundo	684,0	802,0	842,0	100,0	100,0	23,1		Mundo	474,0	678,0	735,0	100,0	100,0	55,1

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 5, nº 2, Junho de 2007

Notas: Chegadas de turistas internacionais às fronteiras (com a exclusão de excursionistas) para todos os países, com excepção da Alemanha e da Áustria que contabilizam as chegadas a estabelecimentos de turismo colectivo; As receitas do turismo resultam das despesas efectuadas pelos visitantes estrangeiros em alojamento, comida e bebida, gasolina, transportes no país, compras, etc.* valores provisórios; ... dados não disponíveis.

Quanto às **despesas em turismo** efectuadas a nível mundial (Quadro 5.2), constata-se que mais de metade (52,9% em 2006) são da responsabilidade dos países da Triade (UE15, EUA e Japão), com realce para a UE15 (39,4% em 2006). Em termos de países, a Alemanha, os EUA e o Reino Unido continuam a destacar-se claramente nas três primeiras posições sendo também de referir, em 2006, a ascensão da China à 5ª posição.

Quadro 5.2

Principais países em despesas no turismo em 2000, 2005 e 2006

Rank em 2006	Países/Agregados	Mil milhões dólares			Peso (%)		Variação (%) 2006/2000
		2000	2005	2006*	2000	2006*	
1	Alemanha	53,0	74,4	74,8	11,2	10,2	41,1
2	EUA	64,7	69,0	72,0	13,6	9,8	11,3
3	Reino Unido	38,4	59,6	62,6	8,1	8,5	63,0
4	França	17,8	30,5	31,2	3,8	4,2	75,3
5	Japão	31,9	27,3	26,9	6,7	3,7	-15,7
6	China	13,1	21,8	24,3	2,8	3,3	85,5
7	Itália	15,7	22,4	23,1	3,3	3,1	47,1
8	Canadá	12,4	18,4	20,8	2,6	2,8	67,7
9	Federação Russa	8,8	17,8	18,8	1,9	2,6	113,6
10	República da Coreia	7,1	15,4	18,2	1,5	2,5	156,3
	UE15	186,2	277,2	289,7	39,3	39,4	55,6
	Total Triade (UE15, EUA e Japão)	282,8	373,5	388,6	59,7	52,9	37,4
	Mundo	474,0	678,0	735,0	100,0	100,0	55,1

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 5, nº 2, Junho de 2007

Notas: Despesas em turismo efectuadas fora do país de residência por visitantes (excursionistas e turistas) de um dado país de origem; * valores provisórios.

5.2 Importância da Actividade Turística na Economia Portuguesa

De acordo com a mais recente Conta Satélite do Turismo do INE, a contribuição do sector do Turismo⁷ para o PIB foi de 4,6% em 2004, tendo apresentado um crescimento nominal face ao ano anterior superior ao do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, 7,7% para o Turismo e 4,0% para o PIB (Quadro 5.3). Segundo esta fonte, a despesa em Consumo Turístico Interior⁸, após uma evolução negativa de -1,1% em 2003, apresentou uma evolução nominal positiva de 6,9% em 2004, atingindo um valor de cerca de 13 450 milhões de euros, ou seja, 9,3% do PIB. Neste âmbito, os produtos que mais se destacaram foram os Transportes de passageiros (27,4%), a Restauração e bebidas (24,9%) e o Alojamento (21,8%). Em 2004, o consumo dos visitantes não residentes em Portugal correspondeu a 49,7% do Consumo Turístico Interior, cabendo os restantes 50,3% ao consumo efectuado pelos visitantes residentes em Portugal e a outras componentes.

O emprego das Actividades Características do Turismo registou uma evolução inversa à do emprego no total da economia, verificando-se entre 2003 e 2004, uma evolução positiva (3,0%) enquanto que o emprego na economia registou uma ligeira redução (-0,2%) (Quadro 5.3). O peso do emprego das Actividades Características do Turismo no total do emprego na economia foi de 7,6% em 2004.

Quadro 5.3
Peso do Sector do Turismo na Economia e no Emprego

	2000	2001	2002	2003	2004	Taxa variação 2001/2000	Taxa variação 2002/2001	Taxa variação 2003/2002	Taxa variação 2004/2003
Contribuição do Turismo para o PIB pm (10 ⁶ Euros)	5753,8	6384,1	6329,5	6218,0	6698,2	11,0	-0,9	-1,8	7,7
Peso do Turismo no PIB	4,7	4,9	4,7	4,5	4,6				
Consumo Turístico Interior (10 ⁶ Euros)	12307	12878	12726	12 577	13 450	4,6	-1,2	-1,2	6,9
Peso do Consumo Turístico no PIB	10,1	10,0	9,4	9,1	9,3				
PIB pm (10 ⁶ Euros)	122 270	129 308	135 434	138 582	144 128	5,8	4,7	2,3	4,0
Emprego nas Actividades Características do Turismo*	387 865	398 807	399 329	409 526	421 660	2,8	0,1	2,6	3,0
Emprego na Economia*	5 500 411	5 570 360	5 610 201	5 569 825	5 559 047	1,3	0,7	-0,7	-0,2
Peso do Emprego nas Act. Caract. Turismo no Emprego na Economia	7,1	7,2	7,1	7,4	7,6				

* Número de postos de trabalho

Fonte: INE, Conta Satélite do Turismo 2000-2002 e 2003-2004

Analisando o lado da procura turística por parte dos visitantes não residentes verifica-se que o peso das receitas do turismo⁹ (balança de pagamentos do Banco de Portugal) no PIB, que representa uma parcela do consumo turístico interior, situou-se em 4,3% em 2006 (Figura 5.1).

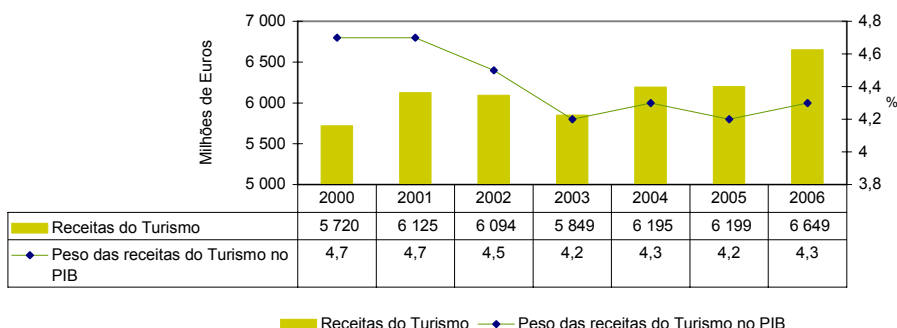
De acordo com esta fonte, a **actividade turística em Portugal** apresentou um desempenho bastante positivo em 2006, tendo as receitas do turismo registado um crescimento de 7,3%, em termos nominais, após uma variação quase nula em 2005 (0,1%).

⁷ Inclui: Produtos Característicos (Alojamento; Restauração e bebidas; Transporte de passageiros; Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos; Serviços culturais; Recreação e lazer; Outros serviços de turismo), Produtos Conexos (produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num determinado país) e Produtos Não específicos (bens e serviços não directamente relacionados com o turismo, mas que são alvo do consumo turístico).

⁸ O Consumo Turístico Interior engloba as despesas de consumo em turismo efectuadas pelos residentes e não residentes, em Portugal, no âmbito de uma deslocação para fora do seu ambiente habitual, por motivos de negócios e/ou outros.

⁹ Não inclui Transporte de passageiros.

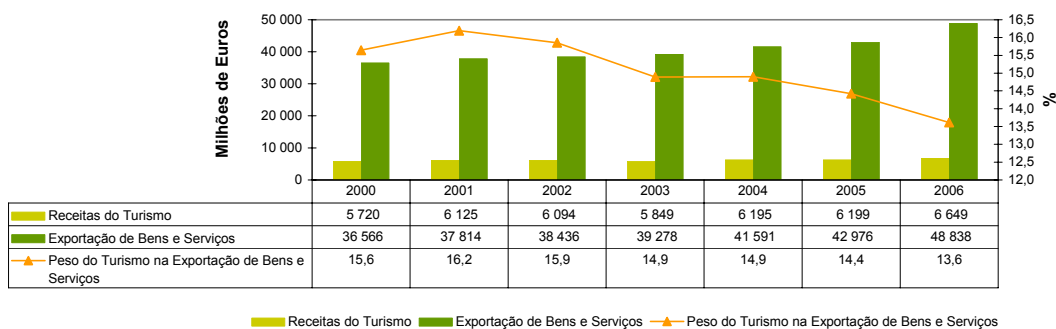
Figura 5.1
Peso das receitas do Turismo no PIB



Fontes: INE - PIB; BP - Receitas do Turismo

A Figura 5.2 mostra que entre 2000 e 2004, a evolução das receitas do Turismo acompanhou em geral a das exportações de Bens e Serviços, apresentando, no entanto, taxas de crescimento inferiores. Neste período, verificou-se uma descida do peso das receitas de Turismo na exportação de Bens e Serviços que passou de 15,6% em 2000 para 13,6% em 2004, devido essencialmente ao crescimento mais acentuado dos outros serviços.

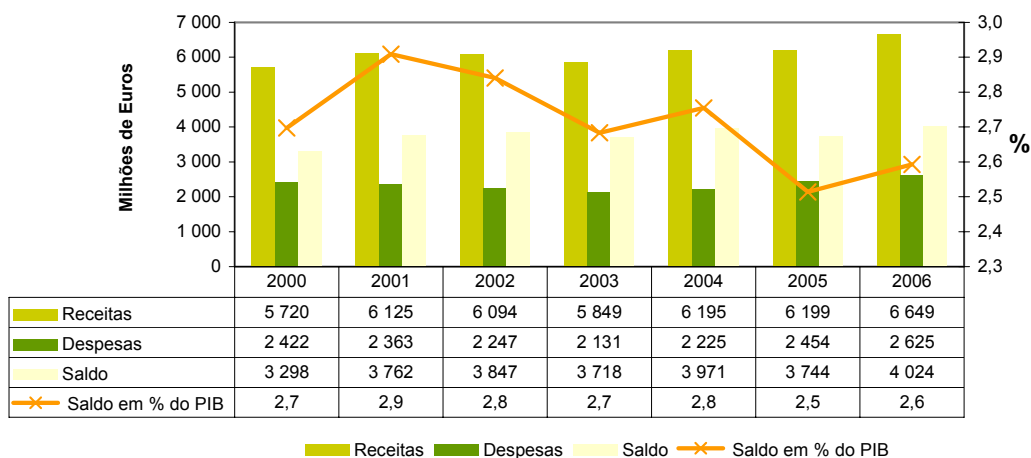
Figura 5.2
Peso do Turismo nos Bens e Serviços



Fonte: GEE, com base no Banco de Portugal

Entre 2000 e 2004, o saldo da Balança Turística apresentou uma evolução favorável situando-se, em 2006, em cerca de 4 mil milhões de euros, o que corresponde a 2,6% do PIB (Figura 5.3).

Figura 5.3
Balança Turística



Fonte: Banco de Portugal

5.3 Caracterização e evolução recente da actividade turística em Portugal

Entradas de turistas

A grande maioria dos turistas que visita Portugal é proveniente da Europa, particularmente dos países da UE. Relativamente aos seus países de residência, de acordo com o INE¹⁰, em 2006 a Espanha com 22,1% constituiu a principal origem das entradas de turistas em Portugal, seguindo-se o Reino Unido (20,0%), a França (13,3%) e a Alemanha (10,6%) (Quadro 5.4 e Figura 5.4).

Quadro 5.4

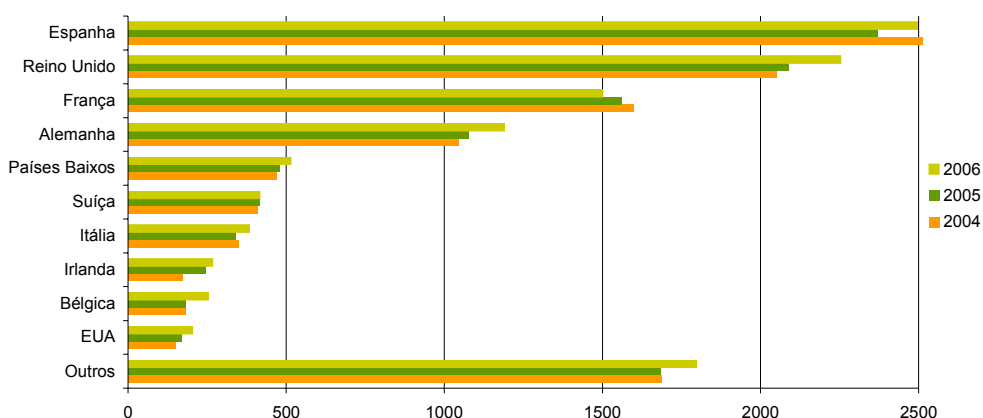
Estrutura das Entradas de Turistas não residentes por países de residência (%)

Países	Milhares			Estrutura (%)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Espanha	2 514	2 370	2 497	23,6	22,3	22,1
Reino Unido	2 052	2 089	2 254	19,3	19,7	20,0
França	1 598	1 560	1 501	15,0	14,7	13,3
Alemanha	1 047	1 075	1 191	9,8	10,1	10,6
Países Baixos	470	478	515	4,4	4,5	4,6
Suíça	411	418	417	3,9	3,9	3,7
Itália	350	341	384	3,3	3,2	3,4
Irlanda	174	245	267	1,6	2,3	2,4
Bélgica	184	182	254	1,7	1,7	2,3
EUA	151	171	204	1,4	1,6	1,8
Outros	1 688	1 683	1 798	15,9	15,9	15,9
TOTAL	10 639	10 612	11 282	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEE, com base no INE - Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2006

¹⁰ Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2006

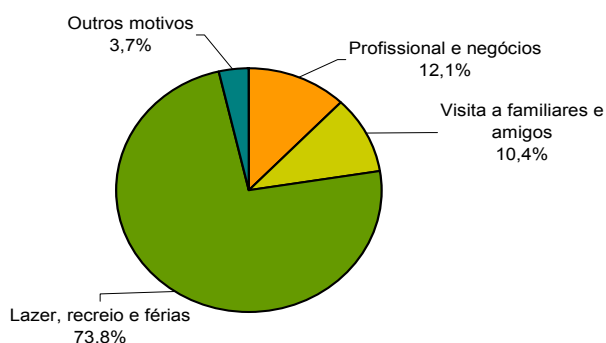
Figura 5.4
Entradas de Turistas não residentes, por países de residência



Fonte: GEE, com base no INE - Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2006

A distribuição das entradas de turistas, segundo o motivo principal da viagem, revela que, das entradas realizadas entre 2004 e 2006, o principal motivo foi o de “Lazer, Recreio e Férias” que esteve na origem de cerca de 74% das entradas de turistas no total dos 3 anos. Seguiu-se o motivo “Profissional e de Negócios”, com 12,1% e o motivo “Visita a familiares e Amigos”, com 10,4% das entradas (Figura 5.5).

Figura 5.5
Entradas de Turistas, por motivo principal da viagem, acumulado de 2004-2006



Fonte: INE, Inquérito ao Movimento de Pessoas e Fronteiras - 2004, 2005 e 2006

Analisando a entrada de turistas por países e segundo o motivo principal da viagem, nota-se que cerca de 87% dos turistas provenientes do Reino Unido e 66,4% dos turistas oriundos de Espanha procuram Portugal para “Lazer, Recreio e Férias”. No respeitante ao motivo “Profissional e de Negócios”, a Espanha volta a destacar-se com 23%. Na óptica do motivo principal da viagem, o Reino Unido pesa cerca de 24% no total do “Lazer, Recreio e Férias” e a Espanha cerca de 42% no total do motivo “Profissional e de Negócios”.

Quadro 5.5

Entradas de Turistas não residentes por países de residência, segundo o motivo principal da viagem (fronteira aérea e rodoviária) – 2006

Países	Milhares de entradas					Peso no total de cada país (%)				Estrutura (%)			
	TOTAL	Lazer, Recreio e Férias	Visita a Familiares e Amigos	Profissional e de Negócios	Outros Motivos	Lazer, Recreio e Férias	Visita a Familiares e Amigos	Profissional e de Negócios	Outros Motivos	Lazer, Recreio e Férias	Visita a Familiares e Amigos	Profissional e de Negócios	Outros Motivos
TOTAL	11282	8286	1219	1359	419	73,4	10,8	12,0	3,7	100,0	100,0	100,0	100,0
Alemanha	1191	931	120	112	28	78,2	10,1	9,4	2,3	11,2	9,8	8,2	6,6
Bélgica	254	194	23	32	6	76,1	9,2	12,6	2,2	2,3	1,9	2,4	1,3
Espanha	2497	1657	208	575	56	66,4	8,3	23,0	2,3	20,0	17,1	42,3	13,4
França	1501	1018	273	124	87	67,8	18,2	8,2	5,8	12,3	22,4	9,1	20,7
Irlanda	267	245	8	8	6	91,7	3,1	3,1	2,2	3,0	0,7	0,6	1,4
Itália	384	253	21	86	25	65,8	5,4	22,3	6,5	3,1	1,7	6,3	5,9
Países Baixos	515	446	29	31	10	86,6	5,6	6,0	1,8	5,4	2,3	2,3	2,3
Reino Unido	2254	1964	128	104	59	87,1	5,7	4,6	2,6	23,7	10,5	7,6	14,0
Suíça	417	244	116	18	39	58,6	27,8	4,2	9,4	2,9	9,5	1,3	9,3
EUA	204	113	47	27	17	55,5	23,0	13,3	8,2	1,4	3,8	2,0	4,0
Outros	1798	1221	246	243	88	67,9	13,7	13,5	4,9	14,7	20,2	17,9	20,9

Nota: Os dados apresentados têm carácter provisório.

Fonte: INE - Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras - 2006

Indicadores referentes aos estabelecimentos hoteleiros¹¹

Em 2006, o número de **dormidas** de turistas estrangeiros em Portugal situou-se em cerca de 25,2 milhões, mais cerca de 7% em relação a 2005 e 2002¹². O Reino Unido ocupou a 1ª posição com 7,3 milhões de dormidas, representando 28,8% do total, seguido da Alemanha (3,9 milhões e 15,3%) e da Espanha (3,2 milhões e 12,7%) (Quadro 5.6 e Figura 5.6).

Quadro 5.6

Dormidas e Estada Média por países de residência habitual

Dormidas por países de residência habitual					Estada média por países de residência habitual				
Unidade: Milhares					Unidade: Número de noites				
Países de Residência	2002	2005	2006	Taxa variação 2006/2002 (%)	Países de Residência	2002	2005	2006	Variação 2006-2002
Reino Unido	7406	7378	7258	-2,0	Irlanda	7,1	6,0	5,6	-1,5
Alemanha	4105	3899	3863	-5,9	Reino Unido	6,0	5,7	5,5	-0,5
Espanha	2068	2726	3194	54,4	Países Baixos	5,6	5,6	5,5	-0,2
Países Baixos	1825	1679	1794	-1,7	Alemanha	5,2	5,3	5,0	-0,2
França	1156	1112	1242	7,4	Suécia	5,0	4,9	4,8	-0,2
Irlanda	971	900	967	-0,4	Bélgica	4,3	4,0	3,9	-0,3
Itália	780	723	953	22,2	França	2,6	2,7	2,7	0,2
EUA	625	579	624	-0,2	Espanha	2,4	2,4	2,5	0,1
Bélgica	529	509	556	5,1	Itália	2,3	2,3	2,4	0,1
Suécia	677	591	553	-18,3	EUA	2,4	2,4	2,4	0,0
UE	20486	20947	22043	7,6	UE	4,4	4,3	4,1	-0,3
Estrangeiro	23563	23873	25217	7,0	Estrangeiro	4,2	4,0	3,9	-0,3
Portugal	10646	11648	12350	16,0	Portugal	2,2	2,1	2,1	-0,1
Total Geral	34 209	35 521	37 567	9,8	Total Geral	3,2	3,1	3,0	-0,2

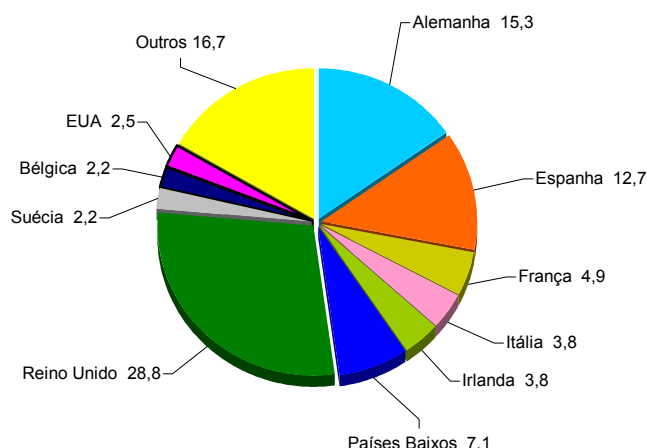
Fonte: GEE, com base no INE, Estatísticas do Turismo, 2002, 2005 e 2006

¹¹Fonte: INE, Estatísticas do Turismo. Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em: hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e apartamentos. Para fins estatísticos incluem aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

¹²A escolha de 2002 como ano de comparação ficou a dever-se à alteração efectuada na metodologia de apuramento dos dados dos estabelecimentos hoteleiros pelo INE e que inviabilizou a comparação com os valores dos anos anteriores.

Em termos de **estada média** de hóspedes¹³ constata-se que entre 2002 e 2006, a estada média de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros diminuiu de 4,2 para 3,9 noites, com a maior queda (-1,5 noites) a verificar-se nos residentes na Irlanda, cuja estada média passou de 7,1 para 5,6 noites. Em 2006, os países com estadas médias mais altas foram a Irlanda, o Reino Unido e os Países Baixos, com variações entre 5,6 e 5,5 noites e as mais baixas as da Espanha, Itália e EUA, que variaram entre 2,5 e 2,4 noites.

Figura 5.6
Dormidas de não residentes, por país de residência habitual -%
2006



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Conforme o Quadro 5.7, em Portugal, entre 2002 e 2006, as dormidas globais nos estabelecimentos hoteleiros aumentaram cerca de 10%, correspondendo a um acréscimo dos proveitos totais¹⁴ de cerca de 20%, ainda que a taxa bruta de ocupação-cama, entre 2002 e 2005¹⁵, tenha diminuído 2 pp. Contudo, este comportamento negativo da taxa de ocupação não reflecte uma queda em termos absolutos, uma vez que a capacidade hoteleira cresceu cerca de 10%, entre 2002 e 2005 (passou de 239 903 para 263 814 o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar).

¹³ Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

¹⁴ Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria actividade, como por exemplo, aluguer de salas, lavandaria, telefone, etc.

¹⁵ Optou-se por referir o período 2002-2005 (taxa bruta de ocupação-cama), já que as taxas não são comparáveis com as de 2006, uma vez que o INE passou a utilizar a taxa líquida de ocupação-cama. A taxa bruta de ocupação-cama corresponde à "relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes no período de referência, considerando como duas as camas de casa". Na taxa líquida de ocupação-cama contabilizam-se as camas efectivamente disponíveis.

Em termos de **estrutura regional**, em 2006, o Algarve permanece a região que atraiu mais visitantes (37,7% das dormidas), assim como a que contabilizou mais proveitos (30,4% do total), seguida de Lisboa que, neste último indicador, atingiu 28,4% dos proveitos totais, muito próxima do Algarve, ainda que nas dormidas representasse 21,7% (menos 10% que o Algarve). A Região Autónoma da Madeira foi a 3ª região mais procurada (12,3% do total das dormidas) e manteve as taxas de ocupação-cama mais elevadas, com 54,8% em 2006. As regiões do Centro e dos Açores, ainda que pesem pouco no total das dormidas (9,3% e 3,1%), foram as que registam maiores crescimentos entre 2002 e 2006 (respectivamente 79,6% e 51,7%).

Quadro 5.7

Dormidas, taxa de ocupação-cama e proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões

Regiões (NUTS II)	Dormidas (milhares)					Taxa bruta de ocupação-cama (%)				Proveitos totais (milhões de euros)				
	2002	2005	2006	Estrutura 2006 (%)	Taxa variação 2006/2002 (%)	2002	2005	2006 *	Variação 2005-2002 (pp)	2002	2005	2006	Estrutura 2006 (%)	Taxa variação 2006/2002 (%)
Portugal	34209	35521	37567	100,0	9,8	41,1	39,1	40,8	-2,0	1466,1	1591,3	1752,6	100,0	19,5
Continente	27962	28747	30657	81,6	9,6	33,6	37,0	39,0	3,4	1192,8	1289,8	1435,8	81,9	20,4
Norte	3262	3439	3844	10,2	17,8	29,4	28,0	30,1	-1,4	161,7	164,7	194,6	11,1	20,4
Centro	1953	3297	3508	9,3	79,6	28,3	26,9	27,6	-1,4	83,0	150,7	163,1	9,3	96,5
Lisboa	7548	7257	8163	21,7	8,1	38,8	41,6	46,4	2,8	437,4	443,2	497,9	28,4	13,8
Alentejo	904	939	979	2,6	8,2	32,2	28,8	28,4	-3,4	42,0	45,8	48,3	2,8	14,8
Algarve	14294	13814	14164	37,7	-0,9	45,6	42,5	44,2	-3,1	468,7	485,4	532,0	30,4	13,5
Reg. A. Açores	778	1136	1180	3,1	51,7	41,3	38,5	39,3	-2,8	36,1	52,6	54,2	3,1	50,0
Reg. A. Madeira	5469	5638	5729	15,3	4,8	56,5	55,1	54,8	-1,4	237,1	248,9	262,7	15,0	10,8

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo 2002, 2005 e 2006

Nota: * Taxa líquida de ocupação-cama

Considerando as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal por região e país de residência, em 2006 (Quadro 5.8 e Figura 5.7), verifica-se que estão concentradas em cerca de 10 países (83% do total do Estrangeiro), sendo 9 países da UE15 e os EUA.

Em 2006 e em termos de destino turístico regional, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores captaram mais turistas estrangeiros que nacionais, ao invés das restantes três regiões. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira atraíram preferencialmente os residentes no Reino Unido, no caso do Algarve de um modo destacado (50,5%) e na Madeira é praticamente igual aos da Alemanha, com respectivamente, 35,6% e 34,9% no total da região. Nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo foram os visitantes Espanhóis que predominaram, oscilando entre os 41,5% no Norte e os 31,5% em Lisboa. A Região Autónoma dos Açores atraiu maioritariamente turistas Suecos e Alemães, que representaram no conjunto cerca de 49% do total das dormidas dos 10 principais países emissores.

De notar a coincidência de alguns dos principais países emissores (Reino Unido, Alemanha, França, Itália e EUA) com os países do top 10 mundial em despesas efectuadas no turismo (ver Quadro 5.2).

Quadro 5.8

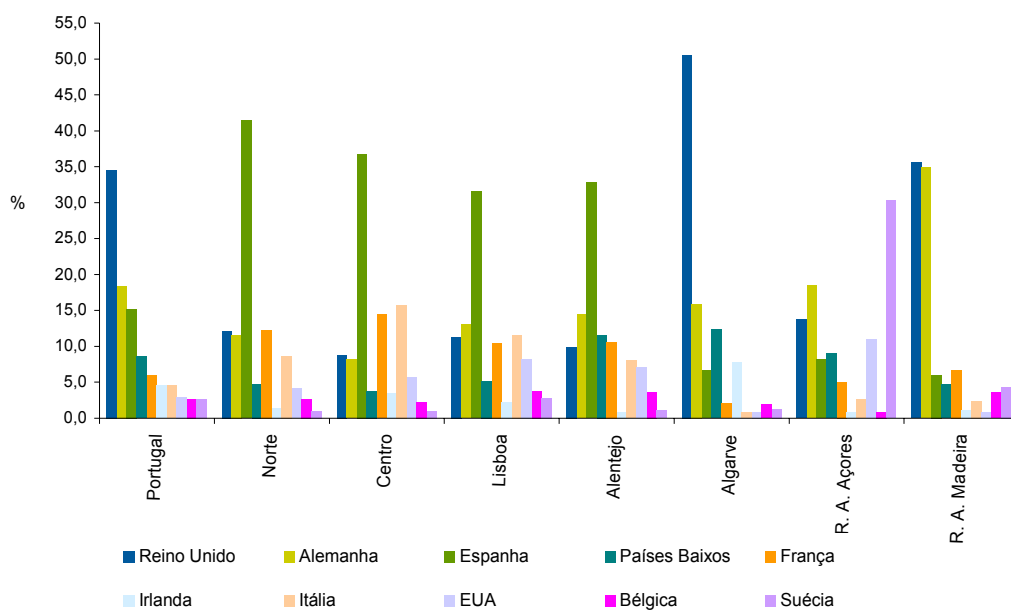
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões e principais países de residência – 2006

Região	Portugal		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Reg. A. Açores		Reg. A. Madeira	
Países de Residência	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)	Milhares	Peso no sub-total (%)
Reino Unido	7 257,6	34,6	143,6	12,1	87,8	8,8	479,5	11,3	21,0	9,9	5 047,0	50,5	49,6	13,8	1 429,0	35,6
Alemanha	3 862,8	18,4	136,9	11,5	81,3	8,1	553,1	13,0	30,5	14,4	1 590,3	15,9	66,6	18,5	1 404,0	34,9
Espanha	3 194,9	15,2	491,6	41,5	367,5	36,7	1 338,2	31,5	69,4	32,8	659,2	6,6	29,5	8,2	239,5	6,0
Países Baixos	1 795,3	8,5	56,4	4,8	38,0	3,8	220,7	5,2	24,5	11,6	1 235,2	12,4	32,6	9,0	187,9	4,7
França	1 241,1	5,9	145,5	12,3	144,1	14,4	442,1	10,4	22,5	10,6	201,6	2,0	18,2	5,0	267,1	6,6
Irlanda	967,3	4,6	16,4	1,4	35,2	3,5	94,1	2,2	1,8	0,9	771,4	7,7	2,8	0,8	45,6	1,1
Itália	953,3	4,5	102,5	8,6	157,5	15,7	490,2	11,6	16,9	8,0	79,0	0,8	9,3	2,6	97,9	2,4
EUA	623,7	3,0	49,0	4,1	56,6	5,7	348,3	8,2	14,9	7,0	84,8	0,8	39,4	10,9	30,7	0,8
Bélgica	556,4	2,6	31,4	2,6	22,7	2,3	158,9	3,7	7,7	3,6	189,1	1,9	3,1	0,9	143,5	3,6
Suécia	553,1	2,6	12,2	1,0	10,1	1,0	118,8	2,8	2,3	1,1	127,0	1,3	109,3	30,3	173,4	4,3
Sub-total	21 005,5	100,0	1 185,5	100,0	1 000,8	100,0	4 243,9	100,0	211,5	100,0	9 984,6	100,0	360,4	100,0	4 018,6	100,0
Portugal	12 350,0	32,9	2 292,4	59,6	2 297,6	65,5	2 380,9	29,2	714,6	73,0	3 330,7	23,5	514,7	43,6	819,2	14,3
Estrangeiro	25 216,5	67,1	1 552,0	40,4	1 210,6	34,5	5 781,7	70,8	263,9	27,0	10 833,0	76,5	665,4	56,4	4 909,9	85,7
UE	22 042,9	58,7	1 223,4	31,8	1 005,5	28,7	4 274,6	52,4	208,3	21,3	10 224,0	72,2	532,7	45,1	4 574,4	79,8
Total Geral	37 566,5	100,0	3 844,4	100,0	3 508,1	100,0	8 162,6	100,0	978,5	100,0	14 163,7	100,0	1 180,1	100,0	5 729,1	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base em INE, Estatísticas do Turismo 2006

Figura 5.7

Distribuição das dormidas dos 10 principais países emissores, por região (%) - 2006



Fonte: Cálculos GEE com base em INE, Estatísticas do Turismo 2006

Indicadores de tráfego aéreo

Grande parte dos turistas que se desloca a Portugal utiliza o transporte aéreo. Em 2006, o tráfego aéreo em Portugal ultrapassou os 24,5 milhões de passageiros, crescendo 12,3% face a 2004 (mais 2,7 milhões de passageiros), com os aeroportos do Porto e de Lisboa a registarem as maiores subidas no movimento de passageiros¹⁶, respectivamente, 15,6% e 15% e com Lisboa a ser responsável por cerca de 60% do acréscimo total, ou seja, por mais 1,6 milhões de passageiros. Por seu lado, os voos atingiram os 265,7 mil no total a que correspondeu um aumento de cerca de 8% em relação a 2004 (Quadro 5.9).

Considerando o movimento de passageiros de voos internacionais *low-cost* em 2006¹⁷ verificou-se um acréscimo de 38,6% em relação ao período homólogo, ascendendo a cerca de 24% o seu peso no total dos voos internacionais.

Quadro 5.9
Tráfego aéreo em 2004 e 2006

Aeroportos	Nº de voos			Nº de passageiros		
	2004	2006	Taxa variação 2006/2004 (%)	2004	2006	Taxa variação 2006/2004 (%)
Lisboa	122 206	132 456	8,4	10 705 206	12 314 314	15,0
Porto	43 725	47 067	7,6	2 944 135	3 402 816	15,6
Faro	32 580	37 431	14,9	4 643 626	5 089 672	9,6
Açores (1)	18 418	20 222	9,8	1 129 353	1 241 199	9,9
Madeira (2)	29 273	28 550	- 2,5	2 440 811	2 513 909	3,0
TOTAL	246 202	265 726	7,9	21 863 131	24 561 910	12,3

Fonte: Observatório do Turismo de Lisboa

Notas: (1) - Inclui os aeroportos de Ponta Delgada, S. Maria, Horta e Flores; (2) - Inclui os aeroportos do Funchal e do Porto Santo.

5.4 A performance turística de Lisboa

Como já foi referido acima, a actividade turística da região de Lisboa tem manifestado um comportamento favorável no contexto das regiões de Portugal. A cidade de Lisboa, principal pólo turístico da região, também tem vindo a evidenciar uma boa *performance* turística, corroborada pelo andamento de alguns indicadores (Quadro 5.10).

Neste quadro apresenta-se uma série de indicadores de actividade turística para a cidade de Lisboa, em 2005¹⁸ e compara-se com 2002, sempre que a disponibilidade dos dados o permita. Entre 2002 e 2005, as dormidas em estabelecimentos hoteleiros na cidade de Lisboa cresceram cerca de 13%¹⁹, o triplo do registado a nível nacional (que rondou os 4%) com a evolução mais acentuada a caber à Espanha (crescimento de cerca de 28%). Do total das dormidas, cerca de 73% são estrangeiros, dos quais 69% foram provenientes da UE15, com destaque, mais uma vez, para turistas espanhóis (21,7% dos estrangeiros) seguidos de longe pelos alemães (9,9%) e italianos (9,1%).

¹⁶ Inclui embarcados e desembarcados, nacionais e internacionais

¹⁷ Fonte: DGT, Análise Conjuntura do 4º Trimestre de 2006

¹⁸ Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005; últimos dados disponíveis.

¹⁹ De acordo com o Plano Regional de Promoção Turística da Região de Lisboa, espera-se um crescimento de 5,3% ao ano, do número de dormidas até 2009, para a Região de Lisboa (NUT II).

Quadro 5.10
Indicadores de actividade turística para a cidade de Lisboa, em 2002 e 2005

Indicadores	Unidade	2002	2005	Taxa variação 2005/2002 (%)
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	milhares			
Total na cidade de Lisboa, das quais:		4 525,3	5 109,2	12,9
Portugal		1 272,2	1 385,1	8,9
Estrangeiro		3 253,1	3 724,1	14,5
UE15 (excl. Portugal)		2 214,6	2 559,4	15,6
Espanha		630,8	806,4	27,8
Alemanha		325,1	367,7	13,1
Itália		342,0	338,7	- 1,0
França		287,3	314,7	9,5
Reino Unido		266,3	275,2	3,3
Países Baixos		99,7	116,3	16,6
EUA		268,6	252,6	- 6,0
Total em Portugal		34 209,0	35 520,6	3,8
Estada média no estabelecimento hoteleiro (1)	nº de noites			
Cidade de Lisboa		2,2	2,2	0,0
Portugal		3,2	3,1	-3,1
Estada média de hóspedes estrangeiros (2)	nº de noites			
Cidade de Lisboa		n.d.	2,4	
Portugal		n.d.	4,0	
Proporção de hóspedes estrangeiros	%			
Cidade de Lisboa		n.d.	66,5	
Portugal		n.d.	51,9	
Taxa bruta de ocupação-cama	%			
Cidade de Lisboa		44,5	43,2	-1,3(3)
Portugal		41,1	39,1	2,0 (3)
Proporção de dormidas entre Julho e Setembro	%			
Cidade de Lisboa		n.d.	29,9	
Portugal		n.d.	36,8	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2003 e 2005

Notas: n.d. = não disponível ; (1) - Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas;

(2) - Relação entre o número de dormidas de hóspedes estrangeiros e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas; (3) -

Variação em pontos percentuais

Em 2005, a estada média de turistas na cidade de Lisboa era de 2,2 noites (abaixo da média nacional que é de 3,1 noites) a taxa bruta de ocupação-cama era de 43,2% (acima dos 39,1% de Portugal) e a proporção de dormidas entre Julho e Setembro era de 29,9% (face ao total nacional de 36,8%). Estes dados indiciam uma actividade turística em que predominaram as estadas de curta duração (*city breaks*, turismo de negócios, golfe, etc.) e uma ocupação hoteleira superior e de menor sazonalidade em comparação com o total nacional

Para além destes dados estatísticos que retratam a cidade de Lisboa no contexto do total geral do país, tem interesse observar o comportamento recente de outros dados exemplificadores do turismo da região e cidade de Lisboa, nomeadamente, no âmbito do turismo de negócios, movimento de cruzeiros, tráfego aéreo, golfe e *city breaks* (Quadro 5.11). Refira-se que, o turismo de negócios, os *city breaks*²⁰ e o golfe, a

²⁰Estadia de curta duração para visitar várias atracções de uma cidade

par de outros 7 produtos turísticos, são definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) como produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal²¹.

Quadro 5.11

Evolução de alguns indicadores estratégicos para o turismo de Lisboa, em 2006

Indicadores	Fonte	2004	2006
Turismo de Negócios (Cidade de Lisboa)			
<i>Ranking</i> das cidades destino de congressos a nível mundial	ICCA (International Congress & Convention Association)	8ª posição (7ª a nível europeu)	9ª posição (8ª a nível europeu)
Golfe (Região de Lisboa)			
Evolução homóloga da ocupação nos campos de golfe (%)	Observatório do Turismo de Lisboa	2,4	6,0
Taxa de ocupação (%)		37,7	38,7
Movimento Aéreo (Aeroporto de Lisboa)			
<i>Ranking</i> europeu das chegadas e partidas de passageiros	ACI (Airports Council International)	n.d.	26ª posição
Crescimento homólogo de passageiros (%)	Observatório do Turismo de Lisboa	11,1	9,6
Crescimento homólogo de voos (%)		8,7	6,7
Movimento de Cruzeiros (Porto de Lisboa)			
Crescimento homólogo de navios (%)	Observatório do Turismo de Lisboa	1,9	7,2
Crescimento homólogo de passageiros (%)		14,0	13,1

Nota: n.d.= não disponível

No segmento do **turismo de negócios**, em 2006, de acordo com o *ranking* das cidades destino de congressos a nível mundial²², medido com base no número de congressos realizados em 2006, a cidade de Lisboa ocupava a 9ª posição (69 congressos), *ex-aequo* com Copenhaga, e a 7ª a nível europeu, sendo os três primeiros lugares, a nível mundial, ocupados por Viena (147), Paris (130) e Singapura (127).

Quanto ao produto turístico **city break**, o PENT afirma que o turista que visita Lisboa vem predominantemente por este motivo e que as tendências globais apontam para um acréscimo deste produto turístico, tanto mais que o aumento do turismo internacional é essencialmente resultante do crescimento de viagens de curta duração.

No *ranking*²³ europeu das **chegadas e partidas** de passageiros, em 2006, o Aeroporto de Lisboa situava-se em 26ª posição, com 12,3 milhões de passageiros, registando um crescimento de 9,6% face a 2005. No que se refere ao número de voos, a variação foi de 6,7% em 2006 (cerca de mais 132 mil voos) face a 2005.

O movimento de **cruzeiros** no Porto de Lisboa²⁴, equipado com três cais para navios-cruzeiro, cresceu 7,2% em 2006 em termos homólogos, atingindo o número de 269 navios (mais 18 que em 2005) e correspondendo a um acréscimo de 13,1% no número de passageiros (de cerca de 240 mil para cerca de 271 mil). Refira-se que, de acordo com as perspectivas para 2007 do *European Tourism Insights 2006*²⁵, o negócio dos cruzeiros a nível europeu vai continuar a evoluir muito favoravelmente.

Finalmente, o **golfe**, produto turístico com uma procura crescente, é referido como uma oportunidade para Portugal no *European Tourism Insights 2006*, tendo em conta os investimentos e o aumento previsto de 21% no número de campos em todo o país. Na região de Lisboa (cerca de 27% no total nacional de campos de golfe, de acordo com o PENT), a ocupação nos campos de golfe cresceu 6% em 2006, comparando com 2005, verificando-se uma percentagem de ocupação de 38,7% em 2006 contra 37,2% de 2005. Por nacionalidades, em 2006, a maior procura pertenceu aos portugueses (37%, contra 44,2% em 2004), seguidos dos britânicos e dos escandinavos com cerca de 22% cada.

²¹ São eles: Sol e Mar, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, Turismo de Negócios, Golfe, Gastronomia e Vinhos, Saúde e Bem-Estar, *Touring* Cultural e Paisagístico e *City Breaks*.

²² Fonte: ICCA (*International Congress & Convention Association*).

²³ Fonte: *Airports Council International* (ACI)

²⁴ Fonte: Observatório do Turismo de Lisboa

²⁵ Fonte: *European Travel Commission*, Maio 2007

Em termos prospectivos e com base nos resultados da Conta Satélite do Turismo da região de Lisboa²⁶, as projecções para 2017 do sector das Viagens e Turismo são em geral muito positivas, apontando para um crescimento de 4,1% ao ano, acima dos perspectivados 3,1% e 3,3%, respectivamente, para Portugal e para a UE.

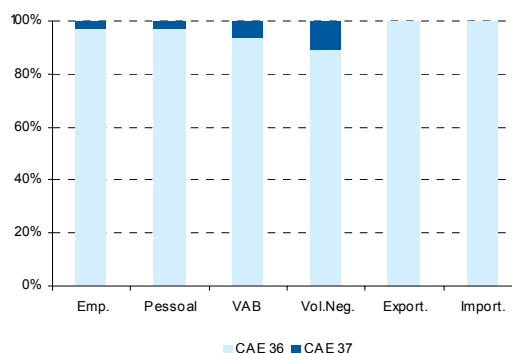
²⁶ Fonte: WTTC (*World Travel and Tourism Council*), Relatório “Lisbon – The impact of Travel and Tourism on Jobs and the Economy”

6. Em Análise: Fabricação de Mobiliário, Reciclagem e Outras Indústrias Transformadoras²⁷

■ Introdução

A Subsecção DN da Classificação das Actividades Económicas (CAE rev.2.1), designada “Indústrias Transformadoras não especificadas” integra, a dois dígitos as CAE 36 – “Fabricação de Mobiliário; Outras Indústrias Transformadoras, n.e.” e 37 – “Reciclagem” que apresentam, em 2004, a distribuição constante da Figura 1²⁸. A CAE 36 predomina no sector em relação a todas as variáveis consideradas e, nesta, a CAE 361 – Fabricação de Mobiliário e de Colchões representa mais de 70% das mesmas, com excepção das importações (47%).

Figura 6.1
Estrutura do sector DN (CAE 36 e 37) em 2004



A distribuição relativa das importações e das exportações refere-se a 2006²⁹

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE – Estatísticas das Empresas e Estatísticas do Comércio Internacional

■ Peso do sector na indústria transformadora

O sector DN representa, em 2004 e em relação ao conjunto da Indústria Transformadora, 4,7% do VAB, 7,7% do emprego, 12,1 % das empresas, 4,2% do volume de negócios e, em 2006, 2,8% das exportações e das importações. É na CAE 36 que têm origem os decréscimos do VAB (a preços constantes de 2000) e do emprego revelados a nível do sector (Quadro 1). Os pesos das CAE 36 (mobiliário e outras) e 37 (reciclagem) na Indústria Transformadora para as variáveis VAB e emprego e as respectivas contribuições para o sector constam do Quadro 2.

Em 2004, os pesos do sector no VAB e no emprego da Indústria Transformadora colocam Portugal em 10º e em 6º lugares, respectivamente, no conjunto dos países da UE27, sendo ambos superiores aos da média dos países da UE27 quer no que se refere ao sector DN quer à CAE 36 e, nesta, à CAE 361 (mobiliário). A CAE 37 (reciclagem), no entanto, apresenta valores inferiores aos da média da UE27 (Quadro 3).

²⁷ Por **Hortense Martins**, (GEE). O texto é da responsabilidade da autora e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

²⁸ A composição, a três dígitos, das CAE 36 e 37 consta do Quadro 2. Os principais produtos do sector constam do Anexo.

²⁹ Neste artigo utilizar-se-ão as designações e os significados tradicionais de exportações e importações. De facto, correctamente, dever-se-ia usar a denominação “entradas”, correspondente ao somatório das “chegadas” provenientes dos países comunitários, com as “importações” com origem nos países terceiros. Paralelamente, a denominação “saídas” é a acumulação das “expedições” para os países comunitários, com as “exportações” para os países terceiros.

Quadro 6.1
Principais variáveis do sector DN
(preços constantes de 2000)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var. média anual 00/04 (%)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Sector DN (CAE 36 + CAE 37)								Peso na Indústria Transformadora (%)						
1-VAB (milhões de euros)	785	785	783	751	783			-0,1	4,3	4,5	4,6	4,5	4,7		
2-Emprego (nº)	67 098	65 751	63 780	62 031	66 915			-0,1	7,2	7,2	7,0	7,0	7,7		
3-Empresas (nº)	9 344	9 060	9 389	9 393	9 737			1,0	12,1	12,5	11,9	12,0	12,1		
4-Volume de negócios (milhões de euros)	2 572	2 651	2 578	2 563	2 696			1,2 *	3,8	4,0	4,1	4,1	4,2		
5-Exportações (milhões de euros)	572	663	698	846	919	767	755	4,7 *	2,2	2,6	2,8	3,4	3,6	3,1	2,8
6-Importações (milhões de euros)	903	877	960	958	1 016	948	967	1,1 *	2,4	2,3	2,6	2,6	2,5	13,2	14,1
7-Emprego (milhares)															
	CAE 36														
1-VAB (milhões de euros)	754	753	744	709	732			-0,7	4,2	4,4	4,4	4,3	4,4		
2-Emprego (nº)	65 904	64 208	62 298	60 292	65 041			-0,3	7,0	7,1	6,8	6,8	7,5		
3-Empresas (nº)	9 228	8 939	9 210	9 180	9 466			0,6	12,0	12,4	11,7	11,7	11,8		
4-Volume de negócios (milhões de euros)	2 386	2 470	2 379	2 361	2 402			0,2	3,5	3,7	3,7	3,8	3,8		
5-Exportações (milhões de euros)	572	663	698	846	919	767	755	4,7 *	2,2	2,6	2,8	3,4	3,6	3,1	2,8
6-Importações (milhões de euros)	903	877	960	958	1 016	948	967	1,1 *	2,4	2,3	2,6	2,6	2,5	13,2	14,1
7-Emprego (milhares)	74,6	86,0	84,3	84,0	73,0	72,7	75,2	0,1 *							
	CAE 37														
1-VAB (milhões de euros)	31	33	39	41	51			13,4	0,17	0,19	0,23	0,25	0,30		
2-Emprego (nº)	1 194	1 543	1 482	1 739	1 874			11,9	0,13	0,17	0,16	0,20	0,22		
3-Empresas (nº)	116	121	179	213	271			23,6	0,15	0,17	0,23	0,27	0,34		
4-Volume de negócios (milhões de euros)	185	182	199	202	294			12,2	0,27	0,27	0,31	0,32	0,46		
7-Emprego (milhares)															

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE – 1, 2, 3 e 4 (Estatísticas das Empresas); 5 e 6 (Estatísticas do Comércio Internacional) - 2001 a 2004 - dados definitivos; 2005 e 2006 - dados declarados preliminares (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas); 7 - INE (Estatísticas do Emprego)

* As variações médias anuais relativas às exportações, às importações e ao emprego (7) referem-se ao período 2000/ 06

Nota: Variáveis 1, 4 e 5 deflacionadas com o deflactor do PIB e variável 6 deflacionada com o deflactor das importações a partir das Contas Nacionais Trimestrais (INE - Julho de 2007)

Quadro 6.2
Estrutura sectorial face à Indústria Transformadora

CAE	VAB (%)		Emprego (%)	
	2000	2004	2000	2004
DN - Indústrias Transformadoras, n.e.	4,34	4,67	7,16	7,73
36 - Mobiliário; Outras Indústrias Transformadoras, n.e.	4,17	4,37	7,03	7,51
361 - Fab. Mobiliário e de Colchões	3,38	3,57	5,88	6,35
362 - Fab. Joalharia, Ourivesaria e Artigos Similares	0,32	-	0,42	-
363 - Fab. Instrumentos Musicais	0,00	-	0,01	-
364 - Fab. Artigos de Desporto	0,03	0,03	0,04	0,04
365 - Fab. Jogos e Brinquedos	0,04	0,04	0,07	0,08
366 - Indústrias Transformadoras, n.e.	0,40	-	0,62	-
37 - Reciclagem	0,17	0,30	0,13	0,22
371 - Reciclagem de Sucata e de Desperdícios Metálicos	0,08	-	0,05	-
372 - Reciclagem de Desperdícios não Metálicos	0,09	-	0,08	-

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE – Estatísticas das Empresas

Quadro 6.3
Peso na Indústria Transformadora dos países da UE27 (2004)

Ano: 2004	VAB				Emprego			
	Portugal	UE27	Ordenação descendente		Portugal	UE27	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DN	4,7%	3,6%	10º	Estónia (7,8%)	7,7%	5,7%	6º	Estónia (10,3%)
36 - Mobiliário e Outras	4,4%	3,2%	8º	Estónia (7,2%)	7,5%	5,3%	6º	Estónia (10,0%)
361 - Mobiliário	3,6%	2,2%	7º	Estónia (6,1%)	6,3%	4,0%	5º	Estónia (8,7%)
37 - Reciclagem	0,3%	0,4%	15º	Roménia (1,0%)	0,2%	0,4%	19º	Luxemburgo (0,8%)

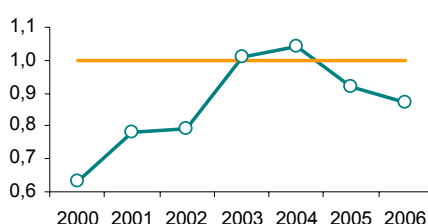
Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

■ Desempenho recente do sector

No período 2000/ 04 o sector DN apresenta crescimentos médios anuais, reais, de -0,1% para o VAB e para o emprego, 1,0% para o número de empresas e 1,2% para o volume de negócios. As exportações e as importações, no período 2000/ 06, apresentaram, respectivamente, crescimentos médios anuais, reais, de 4,7% e de 1,1% (Quadro 1). A taxa de cobertura, em 2006, das importações pelas exportações (valores correntes) foi de 0,87 tendo, desde 2000, apresentado o andamento revelado na Figura 2.

Figura 6.2

Evolução da cobertura das importações pelas exportações (Sector DN)

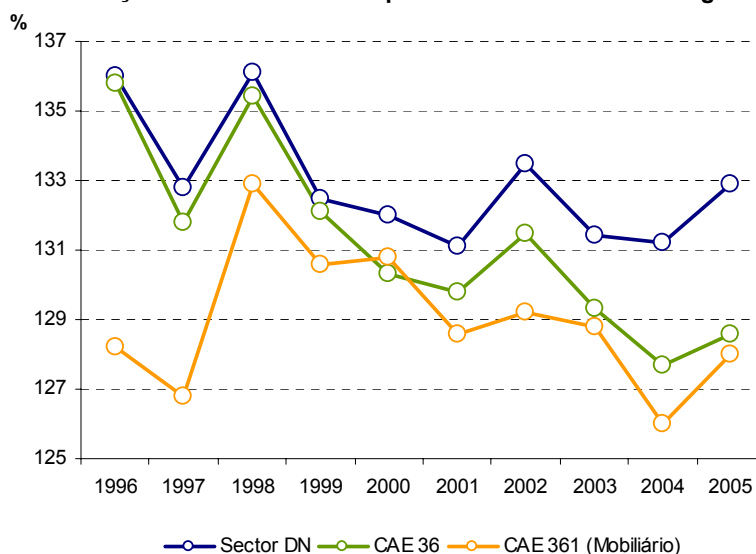


Fonte: INE – Estatísticas do Comércio Internacional

O sector e a CAE 36 (mobiliário) apresentam, em 2004, uma produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal³⁰, muito próxima da produtividade média dos países da UE27, enquanto que a CAE 37 (reciclagem) revela um valor superior (Quadro 4). A evolução deste indicador no período 1996 – 2004 (Figura 3) revela um crescimento consistente, embora irregular na CAE 37 (reciclagem) e um abrandamento a nível do sector e da CAE 361 (mobiliário), com recuperação de 2004 para 2005 (Quadro 4). Portugal é o país que apresenta, por trabalhador, o número de horas anuais trabalhadas mais elevado quer a nível do sector quer da CAE 37 (reciclagem), o mesmo não acontecendo para a CAE 361 (mobiliário).

Figura 6.3

Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho - Portugal



Fonte: GEE a partir de dados do EUROSTAT – Estatísticas Anuais das Empresas

³⁰ A "produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal" corresponde ao rácio VAB/ Custos com pessoal (incluindo encargos sociais por conta da empresa)

A França (sector DN), a Áustria (mobiliário) e a República Checa (reciclagem) são os países que mais investem em I&D. Portugal é o país que apresenta a maior proporção de emprego nesta área, para a CAE 37 (Quadro 4).

A evolução dos indicadores de actividade industrial do sector DN, no período 2000-2006, nas variáveis Produção Industrial, Emprego, Produtividade, Volume de Negócios, Remunerações do Pessoal e Número de Horas Trabalhadas pode observar-se na Figura 4, com base nos respectivos índices.

Uma primeira constatação é a de que a evolução do sector é, no período 2000-2004, superior à da média da Indústria Transformadora para todas as variáveis. As remunerações, o emprego e o número de horas trabalhadas acompanham a evolução global da Indústria Transformadora, aproximando-se do valor médio do índice, enquanto que a produção industrial, o volume de negócios e a produtividade começam a divergir, em 2005, para valores do índice inferiores aos da média da Indústria Transformadora, em 2006.

Quadro 6.4

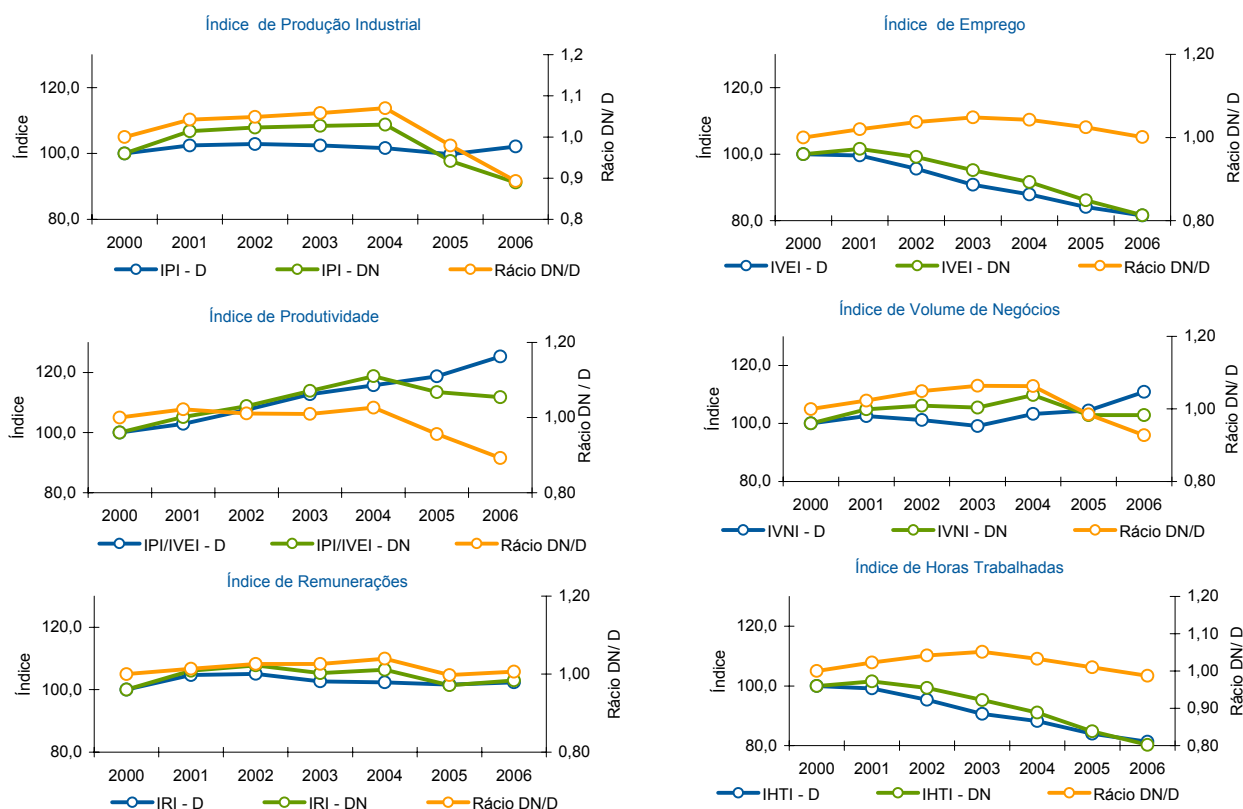
**Produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal.
Número de horas anuais de trabalho e Despesas em I&D nos países da UE27 (2004)**

Ano: 2004	Produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal				Número de horas anuais por trabalhador			Despesas em I&D em % do VAB		Proporção do emprego em I&D no nº de pessoas empregadas	
	Portugal	UE27	Ordenação descendente		Portugal	Ordenação descendente		Portugal	País em 1ª posição	Portugal	País em 1ª posição
			Posição de Portugal	País em 1ª posição		Posição de Portugal	País em 1ª posição				
Sector DN	1,31	1,32	12º	Letónia (1,96)	1 862	1º	Portugal	0,0%	França (2,4%)	0,2%	Finlândia (1,2%)
36 - Mobiliário e Outras	1,28	1,27	10º	Letónia (1,87)	1 860	1º	Portugal	0,0%	França (3,0%)	0,2%	França (1,3%)
361 - Mobiliário	1,26	1,24	13º	Letónia (1,91)	1 855	3º	R.Unido (2062)	0,0%	Áustria (1,8%)	0,2%	Alemanha (1,0%)
37 - Reciclagem	2,16	1,99	13º	Letónia (4,89)	1 915	1º	Portugal	0,0%	R.Checa (1,2%)	0,9%	Portugal

Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

Nota: Os valores 0,0% referem-se a valores não significativos a nível do arredondamento considerado

Figura 6.4
Dinâmica industrial



Fonte: GEE a partir de dados do INE - Folhas de Informação Rápida

Memo:

D - Indústria transformadora DI - Minerais não Metálicos

IPI - Índice de produção industrial; IVEI - Índice de emprego na indústria; IPI/IVEI - Índice de produtividade; IVNI - Índice do volume de negócios na indústria; IRI - Índice de remunerações na indústria; IHTI - índice de horas trabalhadas na indústria

■ Distribuição geográfica

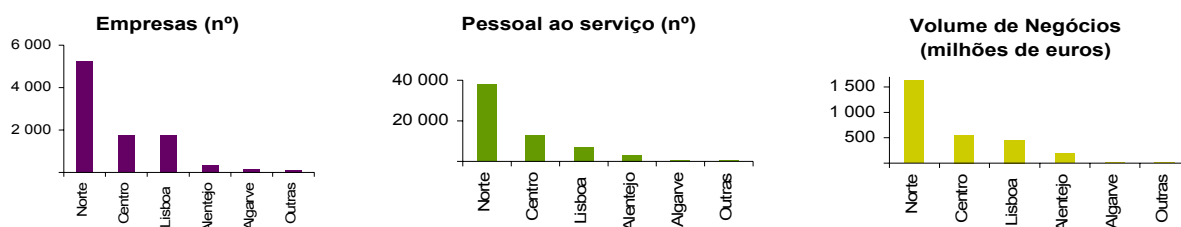
O sector DN concentra-se essencialmente na região Norte, no que respeita ao número de empresas, ao número de trabalhadores e ao volume de negócios (Figura 5). No entanto, quando comparado com os restantes sectores da Indústria Transformadora existentes em cada uma das regiões NUT II, o sector DN apresenta, no que respeita ao número de trabalhadores, uma maior densidade nas Regiões Centro e Alentejo (Quadro 5).

A Figura 6³¹ permite uma mais fácil interpretação do Quadro 5, sobressaindo:

- *O menor peso relativo do número de empresas na Região Norte;
- *A importância do sector no emprego e no volume de negócios na região Alentejo;
- *O menor significado do sector no conjunto da Indústria Transformadora nas regiões Lisboa e Algarve.

Figura 6.5

Estrutura geográfica do número de empresas, do pessoal e do volume de negócios do sector DN (2003)



Fonte: GEE a partir de dados do INE - Estatísticas das empresas

Quadro 6.5

Importância relativa do sector DN na actividade industrial das regiões

		2003		
Sector	CAE - Rev 2.1 e NUTS II	Empresas	Pessoal ao serviço (n°)	Vol. Negócios (milhões de euros)
D	Portugal	80 558	866 105	72 544
DN	Portugal	9 393	62 031	2 623
		(D=100 em cada região)		
	Portugal	11,66	7,16	3,62
	Norte	14,17	4,35	6,37
	Centro	9,50	6,30	3,91
	Lisboa	11,84	4,43	1,85
	Alentejo	7,14	9,09	5,57
	Algarve	8,18	4,87	2,84
	R.A. Açores	...	...	...
	R.A. Madeira	...	...	...

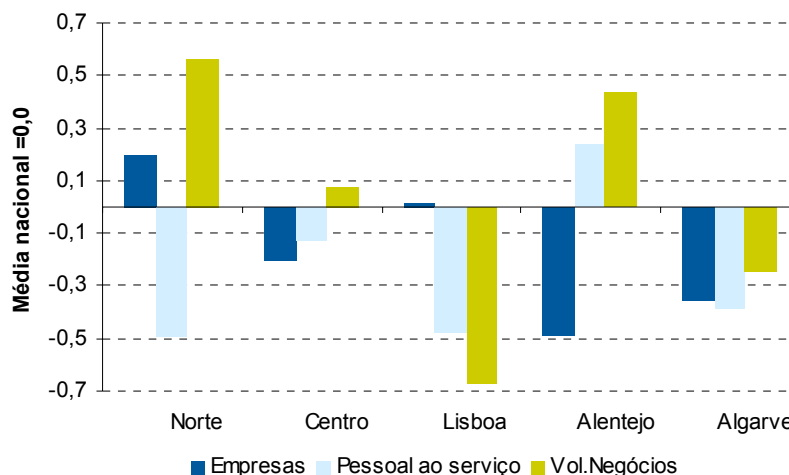
D = Indústria Transformadora

DN = Indústrias Transformadoras n.e.

Fonte: GEE a partir de dados do INE - Estatísticas das Empresas

³¹ Para cada uma das variáveis em análise (número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios) recorreu-se ao logaritmo do rácio da importância relativa do sector na indústria transformadora da região face à média nacional. Decorre da função utilizada serem registados como desvios positivos (negativos) os pesos relativos superiores (inferiores) à média verificada no País.

Figura 6.6
Importância relativa do sector DN na actividade industrial da região (2004)
(Desvios face à média nacional. Escala logarítmica.)



■ Estrutura e dinâmica empresarial

A CAE 361 (mobiliário) apresenta, em 2004, uma estrutura dimensional muito atomizada, sendo de 93,2% a percentagem das empresas que têm menos de 20 trabalhadores, com valores percentuais superiores aos valores médios da Indústria Transformadora para o escalão dimensional de 1-9 (Quadro 6.A). A dimensão média (em número de trabalhadores) quer das empresas do sector DN quer das CAE 36 (mobiliário e outras) e 37 (reciclagem) é, em 2004, inferior ao valor médio dos países da UE27 (Quadro 6.B).

No contexto da dinâmica empresarial, em 2006 (Quadro 7.A), o sector DN contribuiu com 8,4% das sociedades constituídas na Indústria Transformadora (2 164 sociedades) e com 10,9% do total das sociedades dissolvidas (995 sociedades)³² salientando-se, em 2006, a recuperação do número de constituições, o acréscimo do peso na Indústria Transformadora do número de dissoluções e a superiorização das dissoluções sobre as constituições na CAE 361 (mobiliário), em 2005, com influência no total do sector DN.

As Taxas de Natalidade³³ do sector DN apresentam uma descida consistente ao longo do período 2002-2005, acompanhando a descida verificada para a Indústria Transformadora. Simultaneamente, as Taxas de Mortalidade³⁴ vão aumentando ao longo do período considerado, com excepção do ano de 2005, em que decresce para o sector DN. Salientam-se, em 2005, as taxas de natalidade superiores às da média do sector ocorridas nas regiões Centro e Alentejo, associadas a taxas de mortalidade também superiores às da média do sector (Quadro 8.B).

Estas duas regiões, em conjunto com a região Norte, contribuem decisivamente para o valor do Indicador de Turbulência³⁵ do sector em 2005. Em 2006, pela primeira vez no período 2002-2006, este indicador

³² Para efeitos da análise apresentada apenas serão considerados os movimentos relativos às "sociedades", isto é, não serão tidas em consideração as constituições e dissoluções relativas à categoria "Empresários em nome individual", uma vez que este é o critério seguido internacionalmente nesta matéria. As "Sociedades" incluem Pessoas Colectivas e EIRL (Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada). Pessoas colectivas incluem Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas, Cooperativas, Agrupamentos Complementares de Empresas e Sociedades civis sob a forma comercial.

³³ Taxa de Natalidade = número de sociedades constituídas no período t dividido pelo número de sociedades activas em t (EUROSTAT)

³⁴ Taxa de Mortalidade = número de sociedades dissolvidas no período t dividido pelo número de sociedades activas em t (EUROSTAT)

³⁵ Indicador de Turbulência = | (nº sociedades constituídas + nº sociedades dissolvidas) / (nº sociedades constituídas - nº sociedades dissolvidas) |

(IT será tanto mais elevado quanto maiores e mais aproximados forem os valores de entradas e saídas de sociedades)

apresenta valores superiores aos do conjunto da Indústria Transformadora quer para o sector quer para as CAE 36 e 361 (Quadro 7.C).

Quadro 6.6

Estrutura dimensional e dimensão média, em número de trabalhadores, nos países da UE27 (2004)

6.A - Estrutura Dimensional

Número de trabalhadores	CAE 361 (mobiliário)	D - Ind. Transf.
1 -9	84,6%	80,3%
10 -19	8,6%	9,4%
20 - 49	...	6,5%
50 - 249	1,8%	3,3%
> 250	...	0,4%

6.B - Dimensão média (nº de trabalhadores)

Ano: 2004	Portugal	UE27	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DN	7	8	15º	Eslováquia (47)
36 - Mobiliário e Outras	7	8	11º	Eslováquia (51)
361 - Mobiliário	8	9	16º	Eslováquia (65)
37 - Reciclagem	7	9	18º	Lituânia (31)

Fonte: GEE, a partir de dados de base do EUROSTAT – Estatísticas Anuais das Empresas

Quadro 6.7

Constituição, dissolução de sociedades e Indicador de Turbulência no sector DN

7.A - Constituição e Dissolução de Sociedades; Rácio Soc .constituídas/ Soc. dissolvidas						7.B - Indicador de Turbulência Sector DN, CAE 36 e CAE 37					
	Sector DN	36 - Mobiliário e Out.	361 - Mobiliário	37 - Reciclagem	Peso do Sector DN na Ind. Transf. (%)		Sector DN	36 - Mobiliário e Out.	361 - Mobiliário	37 - Reciclagem	D - Ind. Transf.
Constituição de Sociedades						Indicador de Turbulência					
2002	320	279	201	41	9,6	2002	1,6	1,6	1,7	1,2	1,7
2003	195	163	107	32	9,4	2003	4,5	5,7	5,3	1,9	5,6
2004	177	149	103	28	9,6	2004	4,4	5,2	3,7	2,3	11,7
2005	172	137	99	35	9,4	2005	27,5	7,0	8,9	1,1	55,9
2006	183	146	105	37	8,5	2006	3,9	5,8	4,4	1,3	2,7
Dissolução de Sociedades											
2002	72	68	50	4	8,7						
2003	124	114	73	10	8,6						
2004	112	101	59	11	7,2						
2005	185	183	124	2	9,7						
2006	108	103	66	5	10,9						
Constituídas/ Dissolvidas											
2002	4,4	4,1	4,0	10,3							
2003	1,6	1,4	1,5	3,2							
2004	1,6	1,5	1,7	2,5							
2005	0,9	0,7	0,8	17,5							
2006	1,7	1,4	1,6	7,4							

Fonte: GEE a partir de dados do INE - Anuários Estatísticos Regionais

**7.C - Indicador de Turbulência
Sector DN (CAE36 + CAE37)**

	2002	2003	2004	2005
Portugal	1,6	4,5	4,4	27,5
Norte	1,7	4,6	4,5	183,0
Centro	1,4	3,4	4,3	17,4
Lisboa	1,6	6,8	4,3	7,0
Alentejo	1,6	15,0	13,0	8,0
Algarve	1,0	1,0	1,0	2,0
R.A.Madeira	1,0	3,0	1,0	9,0
R.A.Açores	1,0	1,0	1,0	1,0

Quadro 6.8

Taxas de Natalidade e de Mortalidades das sociedades no sector DN e na Indústria Transformadora

8.A - Taxas de Natalidade e de Mortalidade no Sector DN e na Indústria Transformadora

	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade	
	Sector DN	Ind.Transf.	Sector DN	Ind.Transf.
2002	7,81	7,73	1,76	1,92
2003	4,39	4,51	2,79	3,14
2004	3,93	3,99	4,11	3,36
2005	3,64	3,78	2,29	3,91

8.B - Taxas de Natalidade e de Mortalidade no Sector DN

	Taxa de Natalidade				Taxa de Mortalidade			
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Portugal	7,81	4,39	3,93	3,64	1,76	2,79	4,11	2,29
Norte	7,79	4,60	3,89	3,61	2,10	2,97	2,49	3,57
Centro	7,89	4,15	3,76	3,98	1,37	2,28	2,34	4,47
Lisboa	6,83	3,62	3,72	2,76	1,49	2,68	2,32	3,68
Alentejo	7,09	6,45	4,76	5,51	1,57	5,65	5,56	7,09
Algarve	10,00	5,56	3,57	1,56	0,00	0,00	0,00	4,69

Fonte: GEE a partir de dados do INE - Anuários Estatísticos Regionais

■ Comércio internacional

Após um crescimento anual médio de 16,3% no período 2000-2004, as exportações do sector registaram um decréscimo acentuado (-8,2%) entre 2004 e 2006. A taxa de cobertura das importações pelas exportações que, em 2004, foi superior a 1 decresce para 0,85 em 2006 (Quadro 9). O peso relativo das exportações do sector no comércio internacional de Portugal subiu consistentemente entre 2000 e 2004 decrescendo nos anos seguintes (Figura 6.7).

No plano internacional (Quadro 10), os três principais exportadores mundiais em 2004 foram a República Popular da China, os EUA e Hong Kong. No seu conjunto, estes países representavam cerca de 32% das exportações mundiais do sector (66,1% do mercado para os dez principais países). Portugal ocupava em 2004 a 31ª posição no *ranking* mundial dos países exportadores, com uma quota de 0,5% do mercado mundial. Esta posição reflecte uma subida, associada a um aumento da quota mundial, de 3 posições face ao *ranking* de 2001.

Quadro 6.9

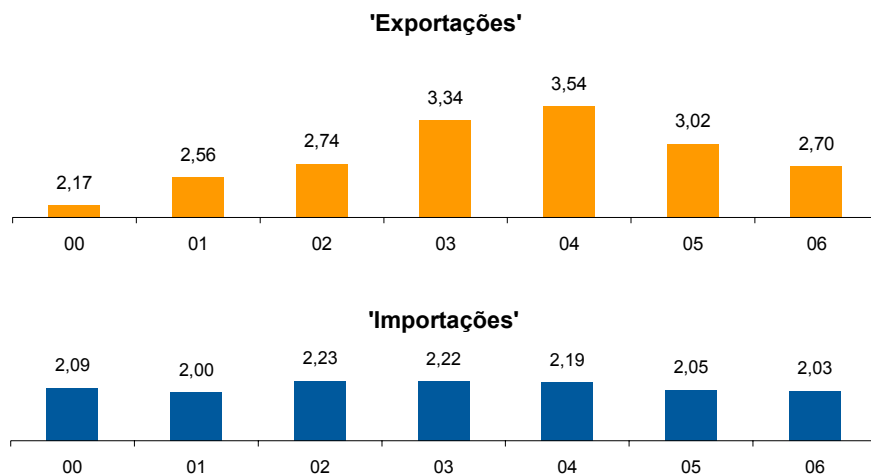
Balança Comercial Portuguesa – sector DN ^[1]

	milhões de Euros				Taxa média de variação (%)		
	1995 ^[1]	2000	2004	2006	95-00	00-04	04-06
Importação (cif)	469	903	1 007	1 037	13,99	2,76	1,49
Exportação (fob)	376	572	1 046	881	8,76	16,28	-8,21
Saldo (fob-cif)	- 93	- 331	39	- 156	28,84		
Cobertura (fob/cif)	0,80	0,63	1,04	0,85			

[1] milhões de ECU

Fonte: dados de base declarados do INE; 1995, 2000 e 2004 - últimas versões; 2006 - versão preliminar não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, para o comércio intracomunitário)

Figura 6.7
Peso relativo do sector DN no comércio internacional de Portugal (%)
(preços correntes)



Quadro 6.10
Quotas de mercado na exportação mundial do sector DN (CAE 25)
(preços correntes)

Posição	2001	Milhões de dólares	Estrutura (%)	Posição	2004	Milhões de dólares	Estrutura (%)
	Mundo	177.331	100,0		Mundo	248.257	100,0
1	R. P. China	19.468	11,0	1	R. P. China	36.105	14,5
2	Hong-Kong	18.420	10,4	2	EUA	21.933	8,8
3	EUA	17.589	9,9	3	Hong-Kong	21.221	8,5
4	Itália	15.723	8,9	4	Itália	19.039	7,7
5	Alemanha	10.521	5,9	5	Alemanha	15.189	6,1
6	Bélgica	8.896	5,0	6	Índia	14.538	5,9
7	Israel	8.033	4,5	7	Israel	11.149	4,5
8	Índia	7.692	4,3	8	Bélgica	9.838	4,0
9	Canadá	6.128	3,5	9	Reino Unido	7.640	3,1
10	Japão	5.758	3,2	10	França	7.470	3,0
11	França	5.489	3,1	11	Canadá	7.230	2,9
12	Reino Unido	5.100	2,9	12	México	6.031	2,4
13	México	4.909	2,8	13	Japão	5.872	2,4
14	Suíça	3.388	1,9	14	Suíça	5.864	2,4
15	Tailândia	3.285	1,9	15	Polónia	5.360	2,2
16	Países Baixos	3.214	1,8	16	Tailândia	4.269	1,7
17	Polónia	2.732	1,5	17	Áustria	3.553	1,4
18	Espanha	2.728	1,5	18	Espanha	3.546	1,4
19	Coreia do Sul	2.418	1,4	19	Países Baixos	3.421	1,4
20	Malásia	2.406	1,4	20	Malásia	3.346	1,3
34	Portugal	562	0,3	31	Portugal	1.212	0,488

Nota: O total do Mundo corresponde à informação disponível na base de dados da ONU, não englobando exaustivamente todos os países.

Fonte: United Nations Statistics Division

■ Mercados de destino

As exportações do sector DN representavam, em 2006, 2,8% das exportações da indústria transformadora, valor superior ao registado em 2000 (2,2%). Os fluxos do comércio internacional reportam-se exclusivamente à CAE 36 (mobiliário e outras).

As exportações deste sector contribuíram com 0,3% para o crescimento das exportações da indústria transformadora em 2006. Este valor foi obtido através da análise *shift-share*³⁶, tendo igualmente sido apurados os contributos dos diferentes subsectores (Quadro 11).

Os principais 10 mercados de destino representavam em 2006 cerca de 90,1% das exportações do sector DN (88,8% em 2000).

No período 2004 a 2006, a Espanha e a França mantêm-se como os dois principais mercados de destino do sector DN. Em 2006, representavam cerca de 64,9% das exportações do sector. Dado o peso do mercado espanhol (34,5% em 2006) e o acréscimo das exportações para este país de 2005 para 2006, o seu contributo para o crescimento das exportações do sector foi o mais elevado (2,89 pontos percentuais) (Quadro 12).

Quadro 6.11
Exportações por CAE (até 3 dígitos)

CAE	Taxa de Cresc.	Exportações (Milhões de euros)				Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
		2000/04	2004	2005	2006	(%)	p.p.			(%)	p.p.		
						2005				2006			
D - Indústria Transformadora	2,7	28.748	28.777	32.422	100,0	0,1	100,0	0,1	100,0	12,7	100,0	12,7	
DN - Indústrias Transformadoras, n.e.	16,3	1.046	897	909	-508,5	-0,52	3,64	-14,3	0,3	0,04	3,12	1,4	
36 - Mobiliário; Out.Indústrias Transformadoras, n.e.	16,3	1.046	897	909	-508,5	-0,52	3,64	-14,3	0,3	0,04	3,12	1,4	
361 - Mobiliário e Colchões	20,4	770	730	740	-138,8	-0,14	2,68	-5,3	0,3	0,03	2,54	1,3	
362 - Joalharia, Ourivesaria e Artigos Similares	4,9	85	42	17	-146,5	-0,15	0,30	-50,5	-0,7	-0,09	0,15	-58,6	
363 - Instrumentos Musicais	20,9	3	2	2	-0,6	0,00	0,01	-6,4	0,0	0,00	0,01	-12,9	
364 - Artigos de Desporto	7,8	17	11	11	-20,3	-0,02	0,06	-35,1	0,0	0,00	0,04	3,4	
365 - Jogos e Brinquedos	-1,3	19	18	21	-4,1	0,00	0,07	-6,3	0,1	0,01	0,06	15,9	
366 - Indústrias Transformadoras, n.e.	10,7	151	93	117	-198,2	-0,20	0,53	-38,4	0,7	0,08	0,32	25,9	

Fonte: GEE a partir de dados de base INE - Estatísticas do Comércio Internacional

Quadro 6.12
Principais mercados de destino

Países	Taxa de Cresc.	Exportações (Milhares de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
	2000-2004	2004	2005	2006	2005				2006			
TOTAL	16,3	1.045.805	896.518	908.704	100,0	-14,27	100,0	-14,3	100,0	1,36	100,0	1,4
INTRA-UE 27												
Espanha	24,5	303.354	287.504	313.445	10,6	-1,52	29,0	-5,2	212,9	2,89	32,1	9,0
França	17,8	295.058	299.647	276.501	-3,1	0,44	28,2	1,6	-189,9	-2,58	33,4	-7,7
Suécia	34,6	52.810	42.341	45.003	7,0	-1,00	5,0	-19,8	21,8	0,30	4,7	6,3
Alemanha	2,8	70.486	57.186	44.109	8,9	-1,27	6,7	-18,9	-107,3	-1,46	6,4	-22,9
Reino Unido	40,6	103.315	50.912	29.056	35,1	-5,01	9,9	-50,7	-179,4	-2,44	5,7	-42,9
República Checa	44,1	805	5.679	14.986	-3,3	0,47	0,1	605,4	76,4	1,04	0,6	163,9
Itália	0,3	20.369	9.996	12.378	6,9	-0,99	1,9	-50,9	19,5	0,27	1,1	23,8
Bélgica	-21,5	20.677	7.511	8.040	8,8	-1,26	2,0	-63,7	4,3	0,06	0,8	7,0
EXTRA-UE 27												
Angola	12,3	40.057	43.311	65.279	-2,2	0,31	3,8	8,1	180,3	2,45	4,8	50,7
EUA	-10,9	8.562	9.964	10.363	-0,9	0,13	0,8	16,4	3,3	0,04	1,1	4,0

Fonte: GEE a partir de dados de base INE - Estatísticas do Comércio Internacional

³⁶ Contributo (p.p.) para o crescimento das exportações da Indústria Transformadora no ano t é igual ao produto da taxa de variação homóloga verificada nas exportações do sector (sub sector) pelo peso relativo do sector (sub sector) no ano (t-1) /100.

■ Mercados de origem

As importações do sector DN têm como origem predominante o mercado intracomunitário (88,8% das importações) sendo a Espanha, a França e a Itália os principais fornecedores de Portugal. A contribuição de 2,8% do sector para o acréscimo das importações da Indústria Transformadora deve-se essencialmente à CAE 365 (jogos e brinquedos) (Quadros 13 e 14).

Quadro 6.13
Importações por CAE (3 dígitos)

CAE	Taxa de Cresc.	Importações (Milhões de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
	2000/04	2004	2005	2006	2.005				2.006			
D - Indústria Transformadora	1,2	39.610	40.030	42.504	100,0	1,1	100,0	1,1	100,0	6,2	100,0	6,2
DN - Indústrias Transformadoras, n.e.	2,8	1.007	977	1.042	-7,1	-0,08	2,54	-3,0	2,6	0,16	2,44	6,7
36 - Mobiliário; Out.Indústrias Transformadoras, n.e	2,76	1.007	977	1.042	-7,1	-0,076	2,54	-3,0	2,65	0,163	2,4	6,7
361 - Mobiliário e Colchões	8,33	474	464	483	-2,2	-0,024	1,20	-2,0	0,75	0,046	1,2	4,0
362 - Joalharia, Ourivesaria e Artigos Similares	-12,48	83	70	67	-3,2	-0,034	0,21	-16,1	-0,12	-0,008	0,2	-4,4
363 - Instrumentos Musicais	-8,90	10	10	09	-0,1	-0,001	0,03	-3,7	-0,03	-0,002	0,0	-6,8
364 - Artigos de Desporto	7,48	57	57	62	-0,1	-0,001	0,14	-0,6	0,20	0,013	0,1	8,9
365 - Jogos e Brinquedos	2,25	192	195	231	0,7	0,008	0,48	1,6	1,45	0,090	0,5	18,5
366 - Indústrias Transformadoras, n.e.	0,87	191	181	191	-2,3	-0,024	0,48	-5,0	0,39	0,024	0,5	5,3

Fonte: GEE a partir de dados de base INE - Estatísticas do Comércio Internacional

Quadro 6.14
Principais mercados de origem

Países	Taxa de Cresc.	Importações (Milhares de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
	2000-2004	2004	2005	2006	2005				2006			
TOTAL	2,8	1.006.543	976.583	1.042.031	100,0	-2,98	100,0	-3,0	100,0	6,70	100,0	6,7
INTRA-UE 27												
Espanha	5,5	373.232	369.169	388.608	13,6	-0,40	37,1	-1,1	29,7	1,99	37,8	5,3
França	23,7	151.035	154.027	163.124	-10,0	0,30	15,0	2,0	13,9	0,93	15,8	5,9
Itália	-2,7	146.160	127.352	125.980	62,8	-1,87	14,5	-12,9	-2,1	-0,14	13,0	-1,1
Alemanha	-1,1	76.803	81.786	94.217	-16,6	0,50	7,6	6,5	19,0	1,27	8,4	15,2
Holanda	-2,1	53.752	53.680	67.333	0,2	-0,01	5,3	-0,1	20,9	1,40	5,5	25,4
Reino Unido	-10,8	34.641	20.336	24.370	47,7	-1,42	3,4	-41,3	6,2	0,41	2,1	19,8
Bélgica	-9,5	22.324	22.428	17.483	-0,3	0,01	2,2	0,5	-7,6	-0,51	2,3	-22,0
Polónia	47,1	8.865	10.576	13.115	-5,7	0,17	0,9	19,3	3,9	0,26	1,1	24,0
Áustria	-3,7	4.458	5.490	12.954	-3,4	0,10	0,4	23,1	11,4	0,76	0,6	136,0
EXTRA-UE 27												
R.P.China	5,0	63.293	60.525	62.203	9,2	-0,28	6,3	-4,4	2,6	0,17	6,2	2,8

Fonte: GEE a partir de dados de base INE - Estatísticas do Comércio Internacional

ANEXO

Principais produtos do sector DN e respectivas percentagens no volume de vendas nas CAE correspondentes, em 2005

Principais Produtos		
CAE 36 (mobiliário e outras)	Partes de assentos n.e (excepto para medicina, cirurgia, odontologia, veterinária, salões de cabeleireiro e semelhantes), inclui para aeronaves	24,3%
	Móveis de madeira, do tipo utilizado em salas de jantar e salas de estar	8,7%
	Assentos dos tipos utilizados em veículos automóveis	8,0%
	Outros móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir, excepto camas	6,7%
	Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas, por elementos	5,2%
	Outros artefactos de ouro, excepto artefactos de filigrana	3,9%
	Colchões de molas metálicas	3,5%
	Móveis de madeira, n.e. (excepto os utilizados em escritórios ou estabelecimentos, cozinhas, quartos, salas de jantar ou de estar, de plástico, vime, bambu e semelhantes)	3,1%
	Partes de móveis: de madeira	2,7%
	Camas de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir	2,6%
	Assentos estofados, com armação de madeira	2,4%
	Outros móveis de metal, do tipo utilizado em escritórios, de altura > 80 cm (inclui móveis compostos por elementos desmontáveis)	1,7%
	Outros móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas	1,7%
	Assentos, estofados, com armação de metal	1,6%
	Secretárias, de metal, do tipo utilizado em escritórios, de altura ≤ 80 cm	1,6%
	Velas, pavios, círios e artigos semelhantes	1,6%
	Estantes e outros móveis de metal, do tipo utilizado em escritórios, de altura ≤ 80 cm	1,3%
	Artefactos de joalheria e suas partes, de metais preciosos (incluídos os revestidos, folheados ou chapeados)	1,3%
	Outros artefactos de ourivesaria, de prata, excepto artefactos de filigranas	1,3%
	Móveis de metal, n.e.	1,2%
	Outros produtos da actividade	15,7%
CAE 37 (reciclagem)	Produtos metálicos reciclados	76,9%
	Produtos não metálicos reciclados	18,9%
	Serviços desmantelamento	3,7%
	Outros produtos da actividade	0,5%

Fonte: GEE com base em dados do INE - Estatísticas da Produção Industrial (2005)

7. Competitividade: *Ease of Doing Business* 2008

O Banco Mundial divulgou recentemente o relatório *Doing Business* 2008, o quinto da série anual, que disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*), com base em dados reportados a Junho de 2007. Ainda que a informação recolhida seja de 2007, o título refere-se a 2008, uma vez que pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor pode esperar encontrar em 2008. Este índice é apresentado como um *ranking* que compara 178 economias, mais 3 do que no anterior. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas por regulamentações em vigor, a saber: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos e encerramento de empresas.

Cada uma destas áreas é composta por indicadores, num total de 35 (mais 2 que no relatório anterior), que se debruçam sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade (ver Quadro 7.1). Estes indicadores são baseados em informação factual relativa às leis e regulamentos em vigor e estão focados nas empresas nacionais, especialmente nas pequenas e médias empresas.

Quadro 7.1

Áreas e conteúdo do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios”

(*Ease of Doing Business*) - 2008

Áreas	Conteúdo
Criação de empresas	Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada.
Processo de licenciamento	Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado.
Contratações e despedimentos	Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores assim como os custos de contratação e de despedimento.
Registo de propriedade	Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades.
Obtenção de crédito	Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito.
Protecção dos investidores	Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa.
Fiscalidade	Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos.
Procedimentos alfandegários	Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens.
Cumprimento de contratos comerciais	Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos.
Encerramento de empresas / falências	Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas.

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2008

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos fornecidas por parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais, Ministério da Justiça, UCMA e Direcção-Geral de Registos e Notariado.

O cálculo do índice agregado passa por duas fases de tratamento dos dados relativos às dez áreas a aos 178 países. A primeira corresponde ao cálculo da média dos *rankings* em percentil das áreas para cada país em análise, e a segunda trata da ordenação de todas as economias tendo por base os resultados da primeira fase.

O relatório defende que a metodologia do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” resulta bem dada a sua simplicidade e ajusta-se facilmente relativamente às metas económicas específicas, mas admite também que ainda apresenta deficiências na cobertura de algumas áreas importantes. As alterações de metodologia introduzidas em 2007 centraram-se em três áreas do índice “Facilidade em Fazer Negócios” (processo de licenciamento, contratações e despedimentos e efectivação de contratos) e visaram uma melhor adequação do conteúdo dos indicadores à área em análise.

Contudo, o relatório refere ainda como limitação o facto de a metodologia não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Como nesta edição do *ranking* “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações, o *ranking* de 2007 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 178 economias analisadas. Deste modo, a análise que segue tem subjacente estas alterações.

7.1 Principais resultados do *Doing Business 2008* para Portugal

Na presente abordagem, seleccionaram-se 32 países para objecto de análise, nomeadamente os dez primeiros classificados e os países da UE27³⁷. O Quadro 7.2 apresenta para estes países os *rankings* do indicador agregado “Facilidade em Fazer Negócios” para 2008 e 2007, assim como os referentes a cada uma das 10 áreas para 2008.

No *ranking* global de 2008, as dez primeiras posições são idênticas às recalculadas para o ano anterior, com excepção da 10ª posição da Islândia (era 11ª). Singapura estava em 1º lugar, seguida da Nova Zelândia e dos EUA.

No âmbito da UE, os primeiros classificados foram a Dinamarca (5ª posição), o Reino Unido (6ª posição) e a Irlanda (8ª posição). **Portugal** surge na 37ª posição tendo subido 5 lugares face a 2007 (era 42ª)³⁸ e a Espanha posicionaram-se logo abaixo em 38º, mantendo a posição anterior. Portugal está também melhor classificado que o Luxemburgo (42º), a Itália (53º) e a Grécia (100º) e que seis países dos alargamentos (Hungria, Bulgária, Roménia, Eslovénia, República Checa e Polónia). A Itália e a Grécia (último lugar) foram os países da UE15 com pior desempenho.

Dos países dos alargamentos da UE, as posições mais favoráveis foram detidas pelos países bálticos, com a melhor a pertencer à Estónia (17ª), que está à frente de países como a Alemanha (20º), a Holanda (21º) e a França (31º). As piores verificaram-se na Eslovénia (55ª), na República Checa (56ª) e na Polónia (74ª).

Em termos evolutivos, entre os *rankings* de 2007 e 2008, a Hungria (de 51º para 45º), a Bulgária (de 54º para 46º) e a Roménia (55º para 48º) foram os países que mais lugares conquistaram enquanto as maiores descidas verificaram-se na Polónia (de 68º para 74º lugar) e na Grécia (de 95º para 100º), precisamente os países da UE pior classificados.

Em relação a **Portugal**, a melhoria de posição do índice agregado, de 42º para 37º lugar entre 2007 e 2008 ficou a dever-se essencialmente à significativa subida na área do “Registo de Propriedade”, ao passar de 97º para 65º lugar do *ranking*. Esta melhoria de *performance* no *ranking* de 2008 reflecte as medidas implementadas no âmbito da simplificação e modernização de registos, nomeadamente, na queda significativa do tempo de registo (passou de 81 para 42 dias). Em sete das dez áreas, as evoluções no *ranking* foram nulas ou marginais (entre -2 e +2 posições): “Criação de empresas”, “Processo de Licenciamento”, “Contratações e Despedimentos”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”. Nas restantes duas áreas os

³⁷ Não inclui Malta e Chipre, por não constarem do grupo dos 178 países analisados no relatório.

³⁸ Na edição do *Doing Business 2007* Portugal ocupava a 40ª posição tendo em consideração a metodologia então utilizada e o grupo de 175 países.

movimentos foram um de subida no *ranking*, a dos “Procedimentos Alfandegários” (mais 3 posições) e outro de descida, a da “Obtenção de Crédito” (menos 6 posições).

No relatório são identificadas as áreas que foram alvo de reformas positivas e negativas em 2006/2007³⁹, surgindo **Portugal** com menção positiva em seis áreas: “Registo de Propriedade”, “Criação de empresas”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”.

Tendo em consideração a posição relativa no índice agregado em 2008 (37º lugar), agruparam-se as dez áreas consoante as respectivas *performances* se situavam acima, abaixo ou muito abaixo daquela referência. Igualmente se faz uma breve análise comparativa entre **Portugal** e os países seleccionados (ver Quadros 7.2 e 7.3). O Quadro 7.3 comporta informação comparativa, por indicador, entre a Espanha (principal parceiro comercial de Portugal), a República Checa (país com a dimensão da população idêntica à de Portugal e um PIB *per capita* próximo, ainda que mais baixo) e a OCDE.

Desempenhos acima da média do índice agregado:

- ♦ **Encerramento de Empresas: 20º lugar** (19º no *ranking* 2007⁴⁰). Os países da UE melhor posicionados foram a Finlândia (5º lugar) e a Irlanda (6º lugar). A Espanha detinha o 17º lugar, ligeiramente acima de Portugal, o que pode ser parcialmente explicado pelo comportamento do indicador “número de anos para completar o processo de falência”, que em Espanha era de 1 ano (muito próximo da média da OCDE) e em Portugal era o dobro.
- ♦ **Procedimentos Alfandegários: 31º lugar** (28º no *ranking* 2007). O 1º lugar pertencia a Singapura, sendo de destacar os países nórdicos (2º, 5º e 6º lugares para a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega, respectivamente) e o 7º lugar da Estónia. A Espanha estava na 47ª posição, muito atrás de Portugal, sendo de realçar o indicador “custos de exportação” que em Portugal era muito mais baixo que em Espanha e mesmo que na OCDE.
- ♦ **Protecção dos Investidores: 33º lugar** (32º no *ranking* 2007). Os países anglo-saxónicos distinguiram-se nesta área, com a Nova Zelândia a liderar e a Irlanda (5º lugar) e o Reino Unido (9º lugar) a registarem, de longe, os melhores desempenhos da UE. A Espanha e a República Checa estavam ambas na 83ª posição, muito abaixo de Portugal, que se manteve em nível idêntico ao da OCDE no “índice de protecção dos investidores”.

Desempenhos abaixo da média do índice agregado:

- ♦ **Criação de Empresas: 38º lugar** (36º no *ranking* 2007). Os países anglo-saxónicos lideram nesta área, cabendo a 1ª posição à Austrália e a 1ª da UE à Irlanda (5ª posição). A Espanha ficou na 118ª posição, muito atrás de Portugal. Refira-se que a descida de duas posições de Portugal não reflecte directamente a evolução dos quatro indicadores desta área, já que se verificou uma melhoria em todos, face ao período anterior.
- ♦ **Cumprimento de Contratos Comerciais: 49º lugar** (igual ao *ranking* 2007). A China foi o 1º país nesta área e a Letónia, com o 3º lugar, foi o melhor classificado da UE. A Espanha estava no 55º lugar, 6 lugares abaixo de Portugal.
- ♦ **Registo de Propriedade: 65º lugar** (97º no *ranking* 2007). Esta área é liderada pela Nova Zelândia, sobressaindo a Lituânia (4º lugar) e a Eslováquia (5º lugar) como os países da UE com melhor desempenho. A Espanha, com a 42ª posição, situou-se muito acima de Portugal, diferindo substancialmente no indicador “número de dias” para efectuar um registo (42 dias em Portugal contra 18 em Espanha). Contudo, foi nesta área que Portugal registou a maior subida no *ranking* (mais 32 posições).

³⁹ O relatório divulgou também o *Top 10 reformers in 2006/2007*, sendo de referir o 10º lugar ocupado pela Bulgária.

⁴⁰ Trata-se do posicionamento resultante do ajustamento efectuado à metodologia que foi aplicada a 178 países no *Doing Business* 2008.

- ♦ **Fiscalidade: 66º lugar** (65º no *ranking* 2007). De distinguir a 2ª posição de Singapura e a 6ª posição da Irlanda, a melhor dos países da UE. A Espanha quedou-se pela 93ª posição, muito abaixo de Portugal.
- ♦ **Obtenção de Crédito: 68º lugar** (62º no *ranking* 2007). Nesta área, há que distinguir o Reino Unido (que lidera) e a Alemanha (3ª posição), como os países da UE melhor colocados. A Espanha detinha a 13ª posição, muito acima de Portugal.

Desempenhos muito abaixo da média do índice agregado:

- ♦ **Processo de Licenciamento: 112º lugar** (114º no *ranking* 2007). Dos países da UE, a Dinamarca distinguiu-se pela sua boa performance (6º lugar), seguida pela Estónia que, com o seu 14º lugar, surge à frente dos restantes países da UE. A Espanha ocupava o 46º lugar do *ranking*, muito acima de Portugal, assim como a República Checa (83º lugar).
- ♦ **Contratações e Despedimentos: 157º lugar** (igual ao *ranking* 2007). Os EUA e Singapura lideram nesta área, destacando-se a Dinamarca como o país da UE melhor classificado (10º lugar). A Espanha posicionou-se em 154º lugar, ligeiramente acima de Portugal. A República Checa teve um dos seus melhores desempenhos (55º lugar), tendo sido classificada *top reformer* em 2006/2007 no conjunto dos indicadores desta área.

Em síntese e face a Espanha, Portugal apresentava melhores posicionamentos nas áreas “Criação de empresas”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Procedimentos Alfandegários” e “Cumprimento de Contratos Comerciais” e piores desempenhos nas áreas “Processo de Licenciamento”, “Contratações e Despedimentos”, “Registo de Propriedade”, “Obtenção de Crédito” e “Encerramento de Empresas.

Quadro 7.2
Índice Agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*) e respectivas Áreas - Ranking 2008

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Número de ordem em 178 países	
	2007 (*)	2008									Cumprimento de contratos	Encerramento de empresas
Singapura	1	1	9	5	1	13	7	2	2	1	4	2
Nova Zelândia	2	2	3	2	13	1	3	1	9	16	13	16
EUA	3	3	4	24	1	10	7	5	76	15	8	18
Hong Kong, China	4	4	13	60	23	58	2	3	3	3	1	15
Dinamarca	5	5	18	6	10	39	13	19	13	2	30	7
Reino Unido	6	6	6	54	21	19	1	9	12	27	24	10
Canadá	7	7	2	26	19	28	7	5	25	39	43	4
Irlanda	8	8	5	20	37	79	7	5	6	20	39	6
Austrália	9	9	1	52	8	27	3	51	41	34	11	14
Islândia	11	10	14	23	42	8	13	64	27	11	4	12
Finlândia	14	13	16	39	127	17	26	51	83	5	7	5
Suécia	13	14	22	17	107	7	36	51	42	6	53	19
Estónia	18	17	20	14	156	21	48	33	31	7	29	50
Bélgica	19	19	19	37	36	161	48	12	65	48	22	9
Alemanha	16	20	71	16	137	47	3	83	67	10	15	29
Holanda	23	21	41	84	92	22	13	98	36	14	36	8
Letónia	20	22	30	82	96	85	13	51	20	19	3	64
Áustria	22	25	83	40	62	30	26	122	80	12	6	21
Lituânia	24	26	57	57	124	4	36	83	71	23	18	31
França	32	31	12	17	144	159	36	64	82	25	14	32
Eslováquia	31	32	72	50	75	5	7	98	122	90	50	36
Portugal	42	37	38	112	157	65	68	33	66	31	49	20
Espanha	38	38	118	46	154	42	13	83	93	47	55	17
Luxemburgo	44	42	41	36	164	116	97	107	17	32	2	46
Hungria	51	45	67	87	81	96	26	107	127	45	12	53
Bulgária	54	46	100	103	57	62	13	33	88	89	90	72
Roménia	55	48	26	90	145	123	13	33	134	38	37	81
Itália	50	53	65	78	56	49	68	51	122	62	155	25
Eslovénia	53	55	120	62	166	99	68	19	63	69	79	34
República Checa	61	56	91	83	55	54	26	83	113	30	97	108
Polónia	68	74	129	156	78	81	68	33	125	40	68	88
Grécia	95	100	152	42	142	93	84	158	86	65	87	38

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2008

Nota: (*) - Valores recalculados para 2007, com excepção do Luxemburgo, que só passou a constar do *Doing Business* 2008.

Quadro 7.3 (continua)

Áreas e indicadores do agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*) – 2008

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		República Checa		OCDE
		Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	
Indicador Agregado "Facilidade em Fazer Negócios"		37 (42)		38 (38)		56 (61)		
Criação de empresas	Número de procedimentos	7		10		10		6,2
	Número de dias	7	38	47	118	17	91	14,9
	Custos (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	3,4	(36)	15,1	(108)	10,6	(79)	5,1
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	34,7		13,7		34,9		32,5
Processo de licenciamento	Número de procedimentos	20		11		36		14,0
	Número de dias	327	112	233	46	180	83	153,3
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i>)	54,0	(114)	64,9	(48)	18,5	(109)	62,2
Contratações e despedimentos	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	48		56		31		30,8
	- Índice de dificuldade de contratação	33	157	78	154	33	55	25,2
	- Índice de rigidez de horas	60	(157)	60	(152)	40	(68)	39,2
	- Índice de dificuldade de despedimento	50		30		20		27,9
	Custos de trabalho não salariais (% do salário)	24		33		35		20,7
	Custos de despedimento (semanas de ordenados)	95		56		22		25,7
Registo de propriedade	Número de procedimentos	5		4		4		4,9
	Número de dias	42	65	18	42	123	54	28,0
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4	(97)	7,1	(41)	3,0	(57)	4,6

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		República Checa		OCDE
		Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	
Obtenção de crédito	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito)	4		6		6		6,4
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação de crédito)	4	68	6	13	5	26	4,8
	Cobertura de registos públicos de antecedentes de crédito (% da população adulta)	67,1	(62)	44,9	(12)	4,2	(21)	8,6
	Cobertura de agências privadas de antecedentes de crédito (% da população adulta)	11,3		8,3		53,0		59,3
Protecção dos investidores	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6		5		5		6,0
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	5	33	6	83	2	83	6,4
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	7	(32)	4	(81)	5	(81)	5,1
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	6		5		8		6,5
Fiscalidade	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:							
	Número de pagamentos a efectuar	8		8		12		15,1
	Número de horas a dispende	328		298		930		183,3
	Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	15,2	66	23,7	93	5,9	113	20,0
	Impostos laborais e contribuições (%)	26,8	(65)	37,6	(91)	39,5	(111)	22,8
	Outros impostos (%)	2,8		0,8		3,2		3,4
Procedimentos alfandegários	Taxa total de imposto (% do lucro)	44,8		62,0		48,6		46,2
	Número de documentos para exportação	6		6		5		4,5
	Número de dias para exportação	16		9		16		9,8
	Custos de exportação (US\$ por contentor)	580	31	1 000	47	775	30	905,0
	Número de documentos para importação	7	(28)	8	(43)	7	(27)	5,0
	Número de dias para importação	16		10		18		10,4
Cumprimento de contratos comerciais	Custos para importação (US\$ por contentor)	994		1 000		860		886,1
	Número de procedimentos	35		39		27		31,3
	Número de dias	577	49	515	55	820	97	443,3
Encerramento de empresas / falências	Custos (% da dívida)	17,7	(49)	17,2	(59)	33,0	(97)	17,7
	Número de anos para completar o processo de falência	2,0		1,0		6,5		1,3
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i>)	9	20	15,0	17	15,0	108	7,5
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	74,0	(19)	76,9	(15)	21,3	(115)	74,1

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2008

Nota: () - Valores recalculados para 2007

8. Agenda

8.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Privatização	O Conselho de Ministros de 11 de Outubro de 2007 aprovou o Decreto-Lei que rege a reprivatização de parte, que não exceda 5%, do capital social da EDP, Energias de Portugal, S. A. (EDP), prosseguindo, deste modo, com a implementação do Programa de Reprivatizações para o biénio 2006-2007. Esta reprivatização efectua-se por intermédio de emissão de obrigações susceptíveis de permuta ou reembolso com acções representativas do capital social da EDP, a emitir pela Parpública, Participações do Estado, SGPS, S. A. A opção por esta modalidade de reprivatização visa conciliar a maior dispersão das acções com a preservação da estabilidade do seu núcleo accionista. As condições da operação serão definidas posteriormente por Resolução do Conselho de Ministros.
Formação Profissional	Foi aprovada, em 17 de Outubro de 2007, a Resolução do Conselho de Ministros que estabelece um conjunto de medidas de reforma da formação profissional, acordada com a generalidade dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social. Esta Resolução, vem enquadrar as medidas de reforma da formação profissional que têm como objectivo aumentar o acesso dos jovens e adultos a oportunidades de qualificação ao longo da vida, bem como assegurar a relevância e a qualidade do investimento em formação, criando um quadro mais ajustado à aplicação dos fundos estruturais de que Portugal vai beneficiar no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Para a implementação desta reforma prevê-se a concretização dos seguintes instrumentos estruturantes: a) Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações, criando, nesse âmbito, o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Caderneta Individual de Competências; b) Estabelecimento dos princípios do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões que, por razões de interesse colectivo ou por motivos inerentes à capacidade do trabalhador, obrigam a restringir o princípio constitucional da liberdade de escolha de profissão, regulando as estruturas responsáveis pela sua preparação, acompanhamento e avaliação.
Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico	O Conselho de Ministros de 25 de Outubro de 2007 aprovou o Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos. Este diploma atribui transitoriamente ao Instituto da Água, I.P., (INAG) competência para a emissão de títulos de utilização dos recursos hídricos no âmbito do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico e das utilizações de recursos hídricos já existentes referentes aos centros electroprodutores aos quais foi reconhecido o direito à utilização do domínio hídrico afecto as respectivos aproveitamentos hidroeléctricos. No caso do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), que identifica um conjunto de potenciais localizações de novas barragens, visa-se garantir que a sua operacionalização fique a cargo de uma só entidade pública e não dispersa por diferentes comissões de coordenação e desenvolvimento regional, em função da localização específica de cada barragem.

Iniciativa	Sumário
	O PNBEPH tem como meta atingir uma capacidade instalada hidroeléctrica nacional superior a 7000 MW em 2020, em que os novos grandes aproveitamentos hidroeléctricos a implementar deverão assegurar valores de potência instalada adicional da ordem de 2000 MW, contribuindo desta forma para o cumprimento do objectivo estabelecido pelo Governo em termos de produção de energia com origem em fontes renováveis para o ano 2020, a redução da dependência energética nacional e a redução das emissões de CO₂. A concretização do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico prevê um investimento total de aproximadamente 1,1 milhões de euros.
Convenção da Patente Europeia	Foi aprovada, em Conselho de Ministros de 25 de Outubro de 2007, a proposta de Resolução que aprova o Acto de Revisão da Convenção sobre a Concessão de Patentes Europeias (Convenção sobre a Patente Europeia), adoptado em Munique, a 29 de Novembro de 2000. A Convenção da Patente Europeia tem por objectivo facilitar e reforçar a protecção das invenções nos Estados contratantes, reduzindo os custos da sua obtenção, pelo estabelecimento de um processo europeu único de concessão de patentes, fundado sobre um direito material uniforme. A Patente Europeia confere ao seu titular, em cada um dos Estados contratantes para os quais foi concedida, os mesmos direitos que lhe conferiria uma patente nacional concedida nesse Estado. Com esta aprovação é revogada a Convenção sobre a Concessão de Patentes Europeias (Convenção sobre a Patente Europeia), adoptada em Munique, a 5 de Outubro de 1973.

8.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<i>Protecção no Desemprego - Comissão de Recursos</i> Portaria n.º 1301/2007 - I Série n.º 191, de 03/10	Cria, no âmbito do novo regime jurídico de protecção social do desemprego, a comissão de recursos. Esta comissão, prevista no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, funcionará como reforço das garantias dos beneficiários. De facto, o novo regime de protecção no desemprego estabeleceu que o incumprimento dos deveres de procura activa de emprego e do plano pessoal de emprego pode ter como consequência a cessação do subsídio de desemprego. Nesta situação, os desempregados poderão apresentar, junto da comissão agora criada, recurso não contencioso da decisão de anulação do subsídio pelos centros de emprego. Para além de criar esta comissão, a presente portaria define as suas atribuições e competências, a nomeação e duração dos mandatos dos seus titulares, bem como a periodicidade da emissão de relatórios globais de actividade. A presente portaria produz efeitos desde 29 de Junho de 2007 (data da sua assinatura).
<i>Coeficientes de Desvalorização da Moeda</i> Portaria n.º 768/2007 - I Série n.º 130, de 9/07	Actualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2007, nos termos dos artigos 44.º (correção monetária das mais-valias e das menos-valias) do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e 50.º (correção monetária) do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para efeitos de determinação da matéria colectável dos referidos impostos.
<i>Declaração Aduaneira Electrónica</i> Portaria n.º 767/2007 - I Série n.º 130, de 9/07	Estabelece as formas e as condições gerais de acesso ao serviço de declarações electrónicas na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais (DGAIEC) sobre o Consumo e define as modalidades de envio por transmissão electrónica de dados, o regime de dispensa de entrega de documentos e os casos de obrigatoriedade de apresentação de declarações

Assunto Diploma	Sumário
	electrónicas. Os operadores e particulares que pretendam aderir ao serviço de declarações electrónicas da DGAIEC devem aceder ao sítio da Internet com o endereço www.e-financas.gov.pt/dgaiec para efeitos de credenciação. A apresentação de declarações por transmissão electrónica de dados é obrigatória nos seguintes casos: - Para as declarações de trânsito comunitário; - Para as declarações de exportação; - Para as declarações sumárias e para as declarações de entrada e saída dos meios de transporte e apresentação de mercadorias neles transportadas; - Para os operadores da área dos impostos especiais sobre o consumo; - Para os operadores registados previstos na legislação fiscal automóvel.
<i>QREN - Programa Operacional Temático Potencial Humano</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 - I Série n.º 197, de 12/10	Cria a estrutura de missão para o Programa Operacional (PO) Temático Potencial Humano.
<i>Exploração de Massas Minerais (Pedreiras)</i> Decreto-Lei n.º 340/2007 - I Série n.º 197, de 12/10	Adequa o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras) à realidade do sector, de modo a possibilitar o equilíbrio entre o progresso económico e as preocupações ambientais. Destacam-se como principais alterações: o restabelecimento do princípio do interlocutor único, a clarificação da intervenção e das competências fiscalizadoras das diferentes entidades e a criação de instrumentos legais com novas abordagens técnico-administrativas como é o caso dos projectos integrados e dos planos trienais. Clarificam-se as competências da Administração Central e das Câmaras Municipais quanto ao licenciamento da exploração, e, simultaneamente, introduzem-se novas regras no processo de licenciamento, com o objectivo de o desburocratizar, e clarificam-se alguns conceitos. Com este novo diploma é alterado o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro.
<i>Aquisição Online de Marca Registrada</i> Portaria n.º 1359/2007 - I Série n.º 198, de 15/10	Determina que o sítio da Internet onde pode ser feita a aquisição on-line de marcas registadas é www.empresonline.pt . Estabelece as taxas a pagar na aquisição on-line e presencial de marcas registadas, as quais são respectivamente, de 100 € e de 200 €, para a aquisição de uma marca com uma classe de produtos ou serviços. Por cada classe adicional a taxa é de 44 €, quer na aquisição on-line quer na aquisição presencial.
<i>QREN - Gestão dos Programas Operacionais</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007 - I Série n.º 202, de 19/10	Cria as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos programas operacionais regionais do continente.
<i>Regulamento das Custas Processuais</i> Lei n.º 26/2007 - I Série n.º 140, de 23/07	Autoriza o Governo a proceder a uma ampla e profunda revisão do sistema das custas processuais, com vista à uniformização e simplificação do sistema. O Governo fica também autorizado a reduzir o âmbito das isenções de custas processuais e a eliminar o benefício de dispensa de pagamento prévio, conferido ao Estado. Pretende-se com esta revisão estabelecer um sistema de custas processuais assente no pagamento único de uma taxa de justiça e no pagamento de encargos que reflectam os custos efectivos da justiça. A presente autorização traça as seguintes linhas de orientação para a elaboração do futuro Regulamento das Custas Processuais: - Simplificar e modernizar o sistema de custas processuais e das formas de pagamento das mesmas; - Reunir num só diploma as normas procedimentais respeitantes às custas processuais e transferir as normas substantivas para a lei de processo; - Integrar critérios de Justiça distributiva na determinação da taxa de justiça, procurando racionalizar o recurso aos tribunais através da adopção de medidas que visam dar um tratamento diferenciado aos «litigantes em massa» e prevendo critérios que combinam o valor da acção e a efectiva complexidade do processo; - Moralizar o sistema de isenções de custas, eliminando certos privilégios do Estado e pessoas colectivas públicas. Em contrapartida, reforçar o direito de defesa dos arguidos e a protecção jurídica aos trabalhadores em caso de despedimento e acidentes de trabalho, alargando o âmbito das isenções nestas matérias. Em suma, o Governo fica autorizado a, no prazo de 180 dias, aprovar um regulamento das custas processuais, a revogar o Código das Custas Judiciais e a alterar os Códigos de Processo Civil, de Processo Penal e de Procedimento e de Processo Tributário.
<i>Custas e Multas Processuais</i> Portaria n.º 1375/2007 - I Série n.º 204, de 23/10	Determina, no âmbito das regras que regulam o pagamento de custas e multas processuais, que o pagamento efectuado com recurso a meios electrónicos se consideram efectuados quando for junto ao processo o comprovativo do pagamento do mesmo, reportando-se o pagamento efectuado à data constante do documento comprovativo. Esta alteração entra

Assunto Diploma	Sumário
	em vigor a 24 de Outubro de 2007. Altera a Portaria n.º 1433-A/2006, de 29 de Dezembro.
<i>Educação - Percursos Formativos de Nível Secundário</i> Decreto-Lei n.º 357/2007 - I Série n.º 208, de 29/10	Define os procedimentos e as condições de acesso a modalidades especiais de conclusão do nível secundário de educação e respectiva certificação, por parte de adultos com percursos formativos de nível secundário incompletos, desenvolvidos ao abrigo de planos de estudo extintos. Este processo destina-se a alunos com mais de 18 anos e será da competência de escolas com ensino secundário públicas, particulares e cooperativas e de entidades formadoras de cursos EFA de nível secundário.
<i>Lei da Água - Domínio Público Hídrico</i> Decreto-Lei n.º 353/2007 - I Série n.º 207, de 26/10	Estabelece o procedimento de delimitação do domínio público hídrico. Pela primeira vez o procedimento de delimitação do domínio público hídrico é objecto de regulamentação. Pretende-se com estas normas garantir a necessária clarificação administrativa quanto à sua tramitação, conferindo-lhe maior eficácia, no sentido de clarificar as situações existentes, com vista a uma gestão eficiente dos recursos hídricos, públicos e privados.
<i>Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM)</i> Despacho n.º 24 930/2007 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série n.º 209, de 30/10	Altera o Despacho n.º 26 689/2005, de 5 de Dezembro, que aprovou o Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM), no que se refere aos montantes de incentivos a conceder, os quais não podem ultrapassar o montante total dos auxílios de minimis definidos pela Comissão Europeia. De acordo com o Regulamento CE n.º 1998/2006, da Comissão de 15 de Dezembro, o valor relativo aos auxílios de minimis passou de 100 000 € para 200 000 €. Este Regulamento é aplicável em todos os Estados membros de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013.

8.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Contratação Pública - Presidência do Grupo "Public Procurement Network" - PPN	Lisboa	12 a 13 de Novembro de 2007
Conferência sobre <i>Business & Biodiversity</i>	Lisboa	12 a 13 de Novembro de 2007
<i>Lisbon Research and Policy Workshop:</i> Quais as potencialidades dos novos esquemas de financiamento para apoiar a inovação tecnológica e científica? Ponderando os incentivos públicos e privados, nacionais e globais	Lisboa	12 a 13 de Novembro de 2007
Conselho ECOFIN / Eurogrupo	Bruxelas	13 de Novembro de 2007
Conferência sobre a "Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação para a competitividade das PMEs"	Lisboa	13 de Novembro de 2007
2ª Reunião do Grupo para a inovação no serviço público (IPSG)	Lisboa	15 a 16 de Novembro de 2007
II Conferência Internacional de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência	Lisboa	15 a 16 de Novembro de 2007
Reunião Ministerial EuroMed sobre Migrações	Algarve	18 a 19 de Novembro de 2007
Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE) - inclui Ministros da Defesa e do Desenvolvimento	Bruxelas	19 a 20 de Novembro de 2007
2ª reunião do Grupo e-government	Lisboa	19 de Novembro de 2007
Conferência de Encerramento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (organizado com a Presidência do Conselho de Ministros do Governo de	Lisboa	19 a 20 de Novembro de 2007

Portugal)

Mesa Redonda – “O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África”	Lisboa	20 de Novembro de 2007
Cimeira UE-ASEAN	Singapura	22 de Novembro de 2007
Conselho Competitividade	Bruxelas	22 a 23 de Novembro de 2007
Conselho ECOFIN (Orçamento)	Bruxelas	23 de Novembro de 2007
Conferência sobre "Qualidade e Inovação: uma relação biunívoca"	Porto	26 a 27 de Novembro de 2007
Conferência sobre "Valorizar a aprendizagem: práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais"	Lisboa	26 a 27 de Novembro de 2007
Cimeira UE-China	China	28 de Novembro de 2007
Seminário "Inovação no Turismo Europeu"	Estoril	29 a 30 de Novembro de 2007
Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (Energia)	Bruxelas	3 de Dezembro de 2007
Conselho ECOFIN / Eurogrupo	Bruxelas	3 a 4 de Dezembro de 2007
Africa Finance & Investment Forum 2007 "Desbloquear o potencial de Investimento Africano"	Lisboa	5 a 6 de Dezembro de 2007
Conferência PMEs e Empreendedorismo	Porto	6 a 7 de Dezembro de 2007

Abreviaturas utilizadas

VH	Varição homóloga
VH real	Varição homóloga real
M3M	Média móvel de 3 meses
VH/M3M	Varição homóloga da média móvel de 3 meses
v.c.s.	Valores corrigidos de sazonalidade
VE	Valor efectivo
N/(M12M) N-12	Valor do mês N dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12
SRE-VE	Saldo das respostas extremas (valor efectivo)
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
BP	Banco de Portugal
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
FOB	“Free on Board”
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto